

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC - SP

Marina Andres de Hoffmann de Chayo

**Governos militares e governo Alfonsín, 1976 – 1989:
uma análise da política econômica argentina.**

Mestrado em Economia Política

Dissertação apresentada à Banca
Examinadora
da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo, como exigência
parcial para obtenção do título de
Mestre em Economia Política, sob
a orientação do Professor Doutor
Julio Manuel Pires.

São Paulo

2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Errata

Folha	Linha	Onde se Lê	Leia-se
13	5	meditar	militar
15	22	foi-lhes	foi-lhe
15	22	apresentassem	apresentasse
20	13	Forças	forças
28	17	P.N.R	P.R.N
28	24	Forças	forças
32	2	del	dela
34	28	originavam residiam	originavam e residiam
34	29	dos ingressos	das rendas
36	20	marco	março
38	23	na tocante	no tocante
39	6	disciplina	disciplinar
39	10	mas o ele	mas ele
55	10	bens, e as	bens, as
63	10	todo o segmento	todo el segmento
65	20	37,6% a.a	37,6% a.m
66	7	a tecnologia	da tecnologia
69	nota 35	avals	avais
73	3	a cohesión	la cohesión
76	7	de o documento deixar	do documento era deixar
81	23	de se reduzir	de reduzir
87	nota 59	presidência	gestão
95	7	tabela 15	tabela 14
99	1	dos ingressos	das receitas
99	2	egressos	despesas
100	23	P.N.R	P.R.N
103	14	tabelas 4.3 e 4.5	tabelas 15 e 10
104	4	na outorga	no outorgamento
107	26	1986	1987
108	15	bonos	títulos
109	24-27	encontra-se na fonte (KANENGUISER, 2003, p. 77)	
112	18	dos ingressos	das receitas
114	25	os bancos	aos bancos
116	16	17%	17% semanal

Lista de tabelas

Tabela 1: Evolução do PBI e taxas de inflação 1975-1983.....	47
Tabela 2: Taxa de câmbio real 1976-1983.....	50
Tabela 3: Composição do PIB 1975- 1983.....	52
Tabela 4: Evolução das exportações e principais categorias de exportação: 1975- 1983.....	54
Tabela 5: Exportações argentinas por regiões 1976 – 1983.....	56
Tabela 6: Evolução das importações argentinas e principais categorias de importação: 1975 – 1983.....	57
Tabela 7: O novo triângulo comercial 1979-1983.....	58
Tabela 8: Saldo da balança comercial 1976-1983.....	59
Tabela 9: Endividamento externo da Argentina 1975 – 1983.....	66
Tabela 10: Evolução trimestral do salário real industrial, os preços relativos não agropecuários/agropecuários, os termos de intercâmbio e o preço da carne, 1985-1988.....	92
Tabela 11: Evolução do salário real em diversas atividades econômicas, 1984 – 1987.....	94
Tabela 12: Evolução mensal do índice de preços ao consumidor, 1985-1989.....	94
Tabela 13: Evolução trimestral do déficit fiscal como proporção do PIB, 1984 – 1987.....	95
Tabela 14: Evolução trimestral do Balanço de Pagamentos, 1984 – 1988.....	96
Tabela 15: Indicadores do setor externo 1980 – 1989.....	99
Tabela 16: Ativos monetários em poder do público 1980 – 1989.....	101
Tabela 17: Evolução de (1) serviço da dívida externa/exportações, (2) dívida externa/produto bruto e (3) juros da dívida externa/exportações. 1970 – 1986.....	103
Tabela 18: Evolução do índice de preços ao consumidor por semana, em 1989.....	119
Tabela 19: Evolução mensal dos preços relativos atacadistas. Janeiro 1989 – janeiro	120

BANCA EXAMINADORA

A Chloé y a Victor, mi orgullo y energía.

A Cinthya y Hugo, ejemplos de vida, admiración y de integridad.

A Sebas y Pata, mis queridos hermanos.

A Raúl, que no está presente físicamente pero sí en mi corazón.

A Rafael, que siempre me motiva a seguir adelante.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio Manuel Pires, por sua ampla disponibilidade e pela valiosa oportunidade deste trabalho. Aos professores que participaram da banca de qualificação: Prof. Dr. Carlos Eduardo Ferreira de Carvalho, sempre disposto a me ajudar, nos aspectos burocráticos e acadêmicos do mestrado e ao Prof. Dr. Antonio Carlos de Moraes, pelas infinitas correções do meu “portugol”.

À simpática e amável Sonia, secretária do programa, pelas conversas –lamentavelmente breves – mas sempre produtivas, sem esquecer da sua fundamental ajuda na facilitação e solução de problemas e trâmites burocráticos.

À minha amiga Ivanilze Estácio, Iva, que se dedicou à revisão e correção do texto final. À Biblioteca Ben Gurion do Clube ”A Hebraica” de São Paulo, pelo uso diário de seu acervo e espaço e a todas as suas funcionárias: bibliotecárias Maria Eunice, Madalena e Ivanilze e todas as auxiliares da biblioteca: Dalva, Daniela, Jacqueline, Liliane, Patrícia e Wanderleya, pela grande ajuda, cordialidade e respeito pelo meu trabalho.

À Dra. Marta por sempre me fazer ver e compreender as minhas limitações, mas também as minhas capacidades.

To Mrs. Daniela Stipp for helping me with ICT; one of many subjects she masters. She efficiently taught me, in a very short period of time to make wonderful and gigantic tables. I am no longer afraid of them, thank you!

Aos meus amigos e companheiros da PUC, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, por fazer a vida e a convivência universitária mais divertida. Obrigada Andrea, Vinicius, João Paulo, Talita, André, entre muitos outros.

À simpática Sheila pela sua rápida e eficiente ajuda.

À minha prática de esporte, o Triathlon - minha paixão - por treinar a minha resistência em todos os aspectos e níveis da minha vida e por me outorgar novas amizades. Os treinos foram inspiradores, pois durante eles muitos *insights* surgiram, resolvendo assim muitas dúvidas e ajudando na elaboração de frases e parágrafos. Ao Kim e ao Edson por sempre terem a enorme paciência de me escutar falar da dissertação e aparecer pouco nos treinos.

À minhas novas amigas Dri –a “nadante” profissional - e Andrea –Cururu, ex-concorrente de categoria- sempre alegres, por terem lido trechos do meu trabalho e escutar o tempo todo falar dele.

À Mônica, à Claudia e ao Silvio, à Lu – a “poliglota” – e à Ju, da Sumaré por serem, além de amigos, excelentes professores e também por me escutarem sempre com o mesmo assunto... tese... mestrado...dissertação...economia argentina...enfim...

E a minha família pelo carinho, pela tolerância e pela compreensão.

E a todos aqueles aqui não nomeados, mas que me deram força para continuar, perseverar e enfrentar o árduo mas gratificante trabalho de finalizar esta dissertação de mestrado.

A todos, mais uma vez,

MUITO OBRIGADA!

Resumo/Abstract

Este trabalho resenha o período compreendido entre 1976 e 1989, para possibilitar uma explicação possível da profunda crise na qual a Argentina se encontra desde o período da “década perdida”. Estuda a economia argentina, especificamente o governo de Raúl Alfonsín – o primeiro governo constitucional após a ditadura e o período imediatamente anterior, compreendido entre 1976 e 1983, condição *sine qua non* dado que condicionou o governo democrático, limitando o desempenho e a evolução do país. Destaca o surgimento da pesada carga herdada como consequência da dívida externa. Esta pesada carga constituída tanto pelos empréstimos de fato contraídos (junto com os correspondentes juros contratados) quanto pela estatização de grande parte da dívida. Destaca também os motivos pelos quais o processo de consolidação democrático defrontou-se com tantas dificuldades encerrando-se emoldurado numa crise tão profunda, ainda que ocorresse a entrega de poder de um presidente constitucional para outro, escolhido num contexto de vigência plena de mecanismos de representação política e de respeito às liberdades políticas.

Palavras-chaves: Política econômica, economia argentina, crise econômica, inflação, finanças públicas.

This work will study the 1976-1989 period with the aim to understand why Argentina is in this chaotic path since “the lost decade”. We will focus on Alfonsín constitutional government and take a look at the previous military administrations, from General Videla to General Bignone that left behind a complicated future for the nation, a huge public debt and a non-productive economy.

Key Words: Political economy, argentine economy, inflation, public finance.

Sumário Geral

Introdução.....	11
1.Capítulo I. A ditadura e a crise econômica 1976 -1983.....	15
1.1. O governo do General Videla.....	15
1.2. Os governos presidenciais posteriores: Viola, Galtieri, Bignone.....	27
1.3. Política econômica da ditadura militar.....	34
1.3.1. Objetivos da políticaeconômica.....	34
1.3.2. Razões internas e externas das mudanças econômicas.....	36
1.3.3. O plano Martínez de Hoz: as medidas implementadas.....	38
1.3.3.1. A evolução do plano.....	51
1.3.4. O endividamento externo.....	60
2.Capítulo II. Governo democrático de Alfonsín.....	69
2.1. A política econômica e a herança do governo militar 1976 – 1983.....	69
2.2. O governo Alfonsín.....	72
2.2.1. Dívida externa.....	74
2.2.1.1. Etapa Grinspun.....	75
2.2.1.2. Etapa Sourrouille.....	79
2.2.2. A primeira etapa da política econômica: a gestão Grinspun.....	84
2.2.3. A segunda etapa da gestão econômica: o plano Austral.....	87
2.2.3.1 Resultados do plano Austral.....	93
2.2.3.2. Decadência do plano Austral e suas primeiras mudanças.....	96
2.2.4. Última tentativa de controle da economia: o plano Primavera.....	110
2.2.5. A hiperinflação: a especulação financeira, a crise social e o golpe de mercado.....	114
2.2.6. As eleições presidenciais de 14 de maio de 1989: o desenlace eleitoral	121
3.Considerações finais.....	125
4. Referências bibliográficas.....	128

Lista de tabelas

Tabela 1: Evolução do PBI e taxas de inflação 1975-1983.....	33
Tabela 2: Taxa de câmbio real 1976-1983.....	36
Tabela 3: Composição do PIB 1975-1983.....	38
Tabela 4: Evolução das exportações e principais categorias de exportação: 1975-1983.....	40
Tabela 5: Exportações argentinas por regiões 1976 – 1983.....	42
Tabela 6: Evolução das importações argentinas e principais categorias de importação: 1975 – 1983.....	43
Tabela 7: O novo triângulo comercial 1979-1983.....	44
Tabela 8: Saldo da balança comercial 1976-1983.....	45
Tabela 9: Endividamento externo da Argentina 1975 – 1983.....	52
Tabela 10: Evolução trimestral do salário real industrial, os preços relativos não agropecuários/agropecuários, os termos de intercâmbio e o preço da carne, 1985-1988.....	78
Tabela 11: Evolução do salário real em diversas atividades econômicas, 1984 – 1987.....	80
Tabela 12: Evolução mensal do índice de preços ao consumidor, 1985-1989.....	80
Tabela 13: Evolução trimestral do déficit fiscal como proporção do PIB, 1984 –	81

1987.....	
Tabela 14: Evolução trimestral do Balanço de Pagamentos, 1984 – 1988.....	82
Tabela 15: Indicadores do setor externo 1980 – 1989.....	85
Tabela 16: Ativos monetários em poder do público 1980 – 1989.....	87
Tabela 17: Evolução de (1) serviço da dívida externa/exportações, (2) dívida externa/produto bruto e (3) juros da dívida externa/exportações. 1970 – 1986.....	89
Tabela 18: Evolução do índice de preços ao consumidor por semana, em 1989.....	105
Tabela 19: Evolução mensal dos preços relativos atacadistas. Janeiro 1989 – janeiro	106

Lista de Abreviaturas e Siglas

ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
B.B	Bunge & Born
BCRA	Banco Central de la República Argentina
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAC	Cámara Argentina de Comercio
CEA	Centro de Exportadores de Cereales
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEMA	Centro de Estudios Macroeconómicos Argentino
CEMLA	Centro de Estudios Monetários Latino-americanos
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CES	Conferencia Económica Social
CGE	Confederación General Económica
CGI	Confederación General de la Industria
CGT	Confederación General del Trabajo
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CINA	Confederación Industrial Argentina
CONADEP	Comisión Nacional para la Desaparición de las Personas
CONINAGRO	Confederación Intercooperativa Agropecuaria
CRM	Conta de Regulación Monetaria
E.U.A	Estados Unidos da América
ELMA	Empresa Líneas Marítimas Argentinas
ENtel	Empresa Nacional de Telecomunicaciones
FAA	Federación Agraria Argentina
FED	Reserva Federal (dos Estados Unidos)
FF.AA	Forças Armadas
FIEL	Fundación de Investigaciones Económicas Latinoamericanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
G-7	Grupo dos Sete

INDEC	Instituto Nacional de Estadísticas y Censos
J.M	Junta Militar
MAS	Movimiento al Socialismo
MIA	Movimiento Industrial Argentino
MID	Movimiento de Integración y Desarrollo
N.Y	Nova York
OEA	Organização dos Estados Americanos
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
P.A.N	Plano Alimentício Nacional
P.J	Partido Justicialista
P.R.N	Processo de Reorganização Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
RFA	República Federal da Alemanha
SEGBA	Servicios Eléctricos del Gran Buenos Aires
SIP	Secretaría de Información Pública
SOMISA	Sociedad Mixta Siderúrgica Argentina
SRA	Sociedad Rural Argentina
U.C.R	Unión Cívica Radical
UIA	Unión Industrial Argentina
URSS	União de Repúblicas Socialistas Sovieticas
Y.P.F	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

Introdução

Afirma-se que os anos de 1980 foram uma “década perdida” para a América Latina quanto ao crescimento econômico. Os dados do desempenho da região como conjunto são eloquentes. Em 1989, por exemplo, o produto por habitante do continente era 8,3% inferior ao de 1980. Entre os casos mais extremos encontra-se a Argentina - nosso objeto de estudo - com uma diminuição de 23,5% neste indicador.

Este estancamento deixou uma pesada carga para o futuro, como ficou demonstrado pelo comportamento das taxas de investimento. A Argentina, ao final da década evidenciava taxas de investimento inferiores a 10 pontos do PIB. A queda, comparada com os valores de 1980, foi superior a 12 pontos do produto. Destacam-se também os registros hiperinflacionários de 1989.

As economias latino-americanas sofreram o impacto de um forte choque externo negativo nos últimos anos de 1970 e nos primeiros de 1980. A partir deste impacto, as dificuldades próprias do estilo de acumulação vigentes na região, baseado na substituição de importações se agravariam, até se tornar, em alguns casos, fora de controle. Entendendo a substituição de importações como um processo de industrialização apoiado numa base industrial pré-existente, respondendo a impulsos gerados no exterior (no caso, as duas grandes guerras e a crise dos anos 1930), onde se expande inicialmente no país a indústria leve e, em etapas posteriores, outros setores de complexidade crescente, com destaque para a produção de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

O choque externo originou-se pela combinação de uma significativa queda nos termos de intercâmbio e um abrupto incremento da taxa de juros internacional. Após a moratória mexicana de 1982 acrescentou-se a este panorama o racionamento nos mercados externos. Dado que uma parte importante da dívida externa era pública, o choque repercutiu fortemente sobre as contas fiscais. Deste modo, desde o começo da crise, a maior parte das economias da América Latina, incluindo a Argentina, sofrerá dois desequilíbrios básicos: o da balança de pagamentos e o das contas fiscais.

As respostas a estes problemas foram muito diversas, sendo a Argentina um dos países com resultados mais negativos. A diversidade destas respostas se justifica por vários fatores. Em primeiro lugar, têm que ser consideradas as “condições iniciais”: o nível de

endividamento externo de cada país no começo do período; o grau de abertura da economia e o estado das contas fiscais. Em segundo lugar, é importante ter em conta algumas características da evolução posterior, tal como o comportamento dos termos de intercâmbio comercial durante a década e o valor relativo de financiamento que os credores externos outorgavam para cada país no começo e durante o processo de ajuste. No plano fiscal é preciso considerar também o impacto que teve o choque externo sobre as contas públicas, o volume de financiamento externo obtido posteriormente pelo setor público dos distintos países e a capacidade do Estado em obter rendas a partir de recursos naturais, já que constituem uma fonte importante de financiamento fiscal em várias nações latino-americanas. É necessário também, colocar a atenção nas diferenças do grau de eficiência com que se efetuaram, nos distintos casos, os cortes públicos e em que proporção o ajuste recaiu no investimento público. A eficiência no incremento ou manutenção da carga tributária foi muito variada, nos distintos países da área.

No caso da Argentina ocorria uma situação intermediária em matéria de endividamento externo e de abertura da economia. Apesar de ter conseguido melhorar o resultado dos fluxos com o resto do mundo, esses ganhos tenderam a se reverter a partir de 1985. As contas fiscais mostravam também fortes desequilíbrios no período anterior ao choque externo. Em geral estes déficits eram financiados principalmente por fontes externas. O governo foi relativamente eficaz para obter um incremento na arrecadação (particularmente na impositiva) que permitisse fazer frente à tendência crescente dos pagamentos de juros ao exterior. As características do desequilíbrio externo e fiscal, sua magnitude e sua persistência, geraram fortes distorções no funcionamento dos mercados financeiros. A dívida pública interna e a taxa de inflação movimentaram-se frequentemente em trajetórias explosivas. O grau de incerteza econômica e política também cresceu como consequência das frequentes crises nas negociações com os credores externos privados e com os organismos multilaterais de crédito, particularmente o Fundo Monetário Internacional.

No plano político, a Argentina evoluiu rapidamente de um regime autoritário para uma democracia representativa, nos primeiros anos da década de 1980. A retomada do sistema democrático não foi resultado de um processo gradual de abertura política. Seu elemento detonante foi à intensa crise do regime militar, debilitado pelas fortes dissidências

internas. As graves dificuldades na condução da economia, já notórias em 1980, contribuíram para gerar esta situação crítica. Uma outra causa importante foi a derrota das Forças Armadas na Guerra das Malvinas, na metade de 1982. A partir deste momento, a relação entre as três forças - a Marinha, o Exército e a Aeronáutica - atingiu o ponto de máximo de conflito, levando o regime militar à desorientação. Iniciou-se uma retirada não planejada dos militares, que não estavam em condições de negociar numa posição sólida com as forças civis. Ficou longe o projeto de impulsionar a formação de uma força política-partidária afim ao “processo militar” que desse continuidade ao novo marco institucional.

O novo governo constitucional de Alfonsín teria de que se defrontar com a dupla tarefa, de extraordinária complexidade: a construção de uma nova ordem institucional e, simultaneamente, a administração do Estado, no contexto das urgências colocadas pela instabilidade econômica; pelo retrocesso produtivo e pelo próprio enfraquecimento da capacidade da gestão estatal; pela continuidade do conflito civico-militar; pela corrupção na gestão dos assuntos públicos e pela deterioração do sistema judicial, entre outros aspectos.

Cinco anos depois, em 1989, pela primeira vez na história institucional argentina um presidente eleito em comícios completamente livres, Raúl Alfonsín transferia os atributos de mando a um sucessor proveniente de um partido da oposição, eleito num contexto de vigência plena dos mecanismos de representação política e de respeito pelas liberdades civis. Assumiu então a presidência Carlos Menem, candidato do principal partido opositor, o Justicialismo.

Transcorridos sete anos desde Malvinas, a transição política parecia completar-se, dadas as enormes dificuldades e quedas. Os anos noventa iniciavam-se com sinais claros de consolidação do sistema democrático. No entanto, no plano econômico, acumulavam-se sucessivos fracassos em distintas tentativas de estabilização. Após cada tentativa, parece que não se retorna ao ponto anterior. Pelo contrario, em diversos planos observa-se uma progressiva deterioração. As margens de manobra da política econômica estreitavam-se. Para o começo dos anos 1990 este caminho para sociedades mais abertas e pluralistas mostrava sinais de consolidação.

Mas a economia não refletiu a evolução do cenário político, objeto de análise dos próximos capítulos.

Para a Argentina, os anos oitenta começaram com uma profunda crise financeira e cambial e se encerravam com o país afundado numa acentuada instabilidade. Assim o testemunham o desenvolvimento dos dois acontecimentos hiperinflacionários durante um ano: o primeiro deles durante os últimos meses da administração de Alfonsín e o segundo no começo de 1990.

Este trabalho apresentará uma resenha do período compreendido entre 1976 e 1989, para possibilitar uma explicação possível da profunda crise na qual a Argentina se encontra desde o período da “década perdida”.

Para tal propósito o trabalho tem a seguinte estrutura. No primeiro capítulo encontraremos os governos militares compreendidos no período de 1976 a 1983. A política econômica será desenvolvida conjuntamente com algumas características do governo militar.

A seguir, o segundo capítulo tratará sobre o primeiro governo constitucional, a presidência de Raúl Alfonsín. A ênfase será dada na política econômica, mas serão comentados alguns aspectos políticos de certa relevância, para contextualizar e dar um panorama mais abrangente.

Assim o objetivo será de individualizar ao máximo, na medida do possível, cada aspecto da sociedade argentina para se obter uma análise o mais objetiva possível.

Finalmente gostaria de advertir ao leitor sobre as divergências presentes nos dados estatísticos, devido à manipulação com objetivos políticos que lamentavelmente escapam ao alcance dos pesquisadores.

Capítulo I

A ditadura militar e a crise econômica (1976-1983)

1. O governo de Videla

Em Buenos Aires, os três homens que se preparavam para conduzir o período mais sangrento da história moderna argentina convocavam um deselegante, mas influente advogado, para implementar um plano econômico funcional à sua estratégia política. José Alfredo Martínez de Hoz tinha demonstrado suas qualidades como ministro, quatorze anos antes, no governo de José Maria Guido, criando um bom vínculo com as Forças Armadas, a partir de uma história que se resumia a um passado ligado ao poder rural e a um presente cheio de contatos com o sistema financeiro internacional.

Martínez de Hoz estava consciente de que não era o único candidato a elaborar o plano econômico do governo que se instalaria à força e, tinha, portanto que aproveitar o exíguo tempo que lhe foi concedido em 19 de março de 1976 para convencer, no apartamento do anfitrião - Emilio Eduardo Massera - e outros dois líderes da conspiração, Jorge Rafael Videla e Orlando Ramón Agosti. Exceto as diferenças ideológicas entre os protagonistas deste encontro, os quatro compartilhavam o sonho golpista e, curiosamente, todos tinham 50 anos.

Os comandantes militares estavam atentos desde o início da noite, no entanto próximo da madrugada, foi-lhes pedido que apresentassem argumentos que levassem à execução do golpe. O advogado solicitou cinco anos para promover as reformas que imaginava e outros cinco para permitir a sua consolidação, porém Videla concedeu-lhe somente o primeiro pedido.

Frente aos acontecimentos, ao sair da casa de Massera, o futuro ministro chamou a sua fiel secretária e dedicou-se a ditar, sem pausa, o plano que seria conhecido em 2 de abril de 1976: “El objetivo primero de nuestro programa económico es el bienestar humano... resulta indispensable restablecer la actividad económica sobre bases que tiendan a estimular la actividad productiva. Se trata de una economía de producción”, destacaria o entusiasmado ministro no seu discurso de 150 minutos pela rádio e televisão, antes de

inaugurar uma gestão que provocaria uma queda próxima aos 30% no salário real, o fechamento de mais de 10.000 estabelecimentos industriais e o legado de 22% de lares argentinos com suas necessidades básicas insatisfeitas.

Ao iniciar o governo, Martínez de Hoz começou a formar sua equipe e escolheu como homem de sua confiança máxima, Guillermo Walter Klein que, por ser jovem, precisou demonstrar bastante competência para ser respeitado pelos membros do gabinete econômico. Paralelamente, ofereceu a presidência do Banco Central a Luis Otero Monsegur, companheiro na Associação de Empresários Livres. O dono do Banco Francês decidiu não ter qualquer participação na função pública, mas indicou o nome de Adolfo Diz, que Martínez de Hoz conheceu numa conferência em 1970 organizada na Sociedade Rural Argentina. Ex-representante do Fundo Monetário Internacional (FMI) na gestão de Krieger Vasena, em 1974, Diz começou a dirigir, na capital asteca, o Centro de Estudos Monetários Latino-americanos (CEMLA), fundado em 1952 como a meca de estudos dos banqueiros centrais da região.

Em 26 de março de 1976, Diz encontrava-se reunido na sede do centro acadêmico com um grupo de colaboradores, entre eles o argentino Pedro Pou e o uruguaio Arturo Porzecanski. Sabia que na Argentina estava ocorrendo uma mudança no poder, mas ainda ingênuo politicamente, acreditou que se tratava de uma revolta dos setores de esquerda. No entanto, foi informado discretamente que um avião oficial o esperava para o levar imediatamente à Argentina.

Diz embarcou na aeronave para se transformar, a partir do 2 de abril, no segundo vértice do primeiro plano de endividamento mais agressivo na história moderna do país. Precavido, caso sua nova gestão não durasse muito tempo, o economista não renunciou a seu cargo no CEMLA, simplesmente pediu licença: “Ministro, yo se manejar un automovil a 120 kilometros por hora, no a 800”, advertiu a Martínez de Hoz apenas chegando à convulsionada Buenos Aires, após 17 anos de estar do país (KANENGUISER, 2003, p. 22).

Em março do mesmo ano uma Junta Militar assumiu o governo do país, integrada por aqueles que no dia anterior eram os comandantes e chefes do governo constitucional: o tenente general Jorge Rafael Videla (do Exército), o almirante Emilio Eduardo Massera

(da Armada) e o brigadeiro Orlando Ramón Agosti (da Força Aérea). Todos prestaram juramento para respeitar fielmente os objetivos básicos e os “estatutos para o processo de reorganização da Nação Argentina”, e justificaram a interrupção do funcionamento das instituições, argumentando “o propósito de terminar com o desgoverno, a corrupção e o flagelo” (RAPOPORT, 2008, p. 608).

O golpe militar de março de 1976 marcou o começo de uma nova era na história política da Argentina, pois não só eliminou todo tipo de atividade política e sindical - assim como outros golpes de Estado anteriores - mas também marcou um regime de terror de características inéditas no país, reconhecido como “terrorismo de Estado”. Usufruidando uma impunidade total conseguida por meio do monopólio da força e do controle de aparato estatal, as Forças Armadas organizaram uma estrutura clandestina cuja metodologia era a de aniquilar, sem deixar vestígios, todos aqueles considerados inimigos da “civilização ocidental e cristã”. Os direitos humanos básicos foram violados de forma sistemática e planejada pela organização repressiva que, operando à margem da lei, compunha-se tanto por civis recrutados, quanto por membros dos diferentes aparatos repressivos do Estado. Essa organização criminosa se auto-denominou de “Processo de Reorganização Nacional” (P.R.N).

O golpe violou não só a Constituição e as leis argentinas, mas também os próprios decretos repressivos da nova Junta Militar (J.M) . Assim, o governo militar promulgou a pena de morte, mas nenhum dos presos políticos foi oficialmente executado. Preferiu-se eliminá-los sem deixar rastros, sem assumir a responsabilidade do ato, perante a opinião pública. Mais de 30.000 pessoas desapareceram, vítimas de sequestros e torturas, em campos de concentração clandestinos. Em nome da “Libertad, la Familia y la Civilización Occidental y Cristiana” proliferaram as torturas, os sequestros, os campos de concentração clandestinos, a desintegração moral e física de famílias inteiras, a tortura de pais na presença dos filhos e de filhos diante dos pais, o roubo e a venda dos pertences das vítimas, o roubo de crianças nascidas em cativeiro.

Esta nova forma de organização repressiva potencializou um outro fenômeno típico do período: a falta de hegemonia dentro das Forças Armadas (FF.AA). A luta entre facções e

entre as armas manteve-se durante todo o período e acentuou-se na medida em que aumentou a instabilidade política. Um sintoma deste enfrentamento faccioso foi à repartição das estruturas estatais, que desde o início constituíram-se em feudos controlados pelas distintas armas. Este fato criou o marco propício para que a disputa pelo controle do poder entre as armas caracterizasse o período analisado e contribuísse para fragilizar as reformas estruturais que se pretenderam impor à sociedade.

O dia da posse foi registrado em ata na qual se fixavam o propósito e os objetivos básicos da organização do delito e do crime coletivo que se autodenominou como “Processo de Reorganização Nacional”. O documento definia que os objetivos desta nova etapa eram: “Restituir os valores que servem de fundamento à condução integral do Estado, enfatizando o sentido de moralidade, idoneidade e eficiência imprescindíveis para reconstruir o conteúdo e a imagem da Nação, erradicar a subversão e promover o desenvolvimento econômico da vida nacional baseado no equilíbrio e participação responsável dos distintos setores, a fim de assegurar a posterior instauração de uma democracia republicana, representativa e federal, adequada à realidade e exigências da solução e de progresso do povo argentino”.(TRANCOSO, 1984, p.13)

Nessa mesma ata dispuseram-se às primeiras medidas de governo. Declarou-se a caducidade dos mandatos das autoridades constitucionais nos âmbitos nacional, estadual e municipal; o fim das funções dos deputados e senadores e dos conselhos deliberativos comunais de todo o país; a remoção dos membros da Corte Suprema de Justiça e a suspensão, por tempo indeterminado, das atividades políticas e sindicais. Houve a intervenção da CGT¹ e da CGE². Os funcionários das Forças Armadas atribuíram-se cargos dos governos estaduais e municipais, ao mesmo tempo em que efetuou-se o afastamento massivo de funcionários do governo deposto. A ex-presidente foi levada a Neuquén como prisioneira e numerosos ex-ministros, legisladores, governadores e funcionários foram presos.

De imediato, as medidas repressivas estenderam-se ao âmbito político. Suspendeu-se o direito à greve, eliminou-se o foro sindical e muitos dirigentes foram detidos. Forças combinadas de segurança ocuparam as principais fábricas e indústrias do país e,

¹ Confederação Geral do Trabalho.

² Confederação Geral Econômica.

enquanto as empresas demitiam os ativistas sindicais e trabalhadores envolvidos em atividades grevistas, outros tantos eram detidos e levados em caminhões militares, de acordo com “listas negras” previamente elaboradas. Os empregados estatais foram colocados em “stand by” de seus cargos³, ditou-se uma Lei de Prescindibilidade para depurar quem eram os funcionários da administração pública e de outros organismos estatais. Também foi proibida, de forma absoluta, a existência de cinco pequenos partidos de extrema esquerda e dissolveram-se instituições e organizações políticas, culturais e estudantis qualificadas com marcada tendência marxista, muitas delas ligadas à Tendência Revolucionária do Peronismo. O ex-presidente Campora exilou-se na embaixada de México e dirigentes de diferentes setores de esquerda e representantes políticos e sindicais foram assassinados já nas primeiras horas do golpe.(DUHALDE, 1983, p.54-60).

A Junta Militar tinha um Estatuto para regulamentar suas funções e atribuições. Dali em diante, o exercício do Poder Executivo Nacional estaria a cargo de um oficial superior das Forças Armadas, designado pela Junta. O Presidente teria atribuições legislativas, para as quais contaria com o apoio de uma Comissão de Assessoramento Legislativo, integrada pelos membros da Corte Suprema de Justiça, do Procurador Geral da Nação e do Fiscal de Investigações Administrativas.

Em cumprimento às suas atribuições, a J.M designou o general Videla como presidente da Nação, além de permanecer no cargo de comandante do Exército. No seu gabinete predominavam os militares e destacavam-se José A. Martínez de Hoz na Economia e o general Albano Harguindeguy, no Interior. Em poucos dias, o titular de Economia – representante do liberalismo econômico - anunciou o plano econômico cujo êxito estava condicionado à manutenção do novo modelo político.

O poder político do regime militar mostrou-se original: tanto na designação dos membros do gabinete quanto na dos interventores dos distintos níveis de governo, distribuíram-se os 33% dos cargos para cada uma das Forças Armadas. Assim, cada repartição pública converteu-se em um reduto fechado do Exército, da Armada ou da Aeronáutica. Por outra parte, o presidente ficou sob a autoridade das Forças Armadas, que, por sua vez,

³ Os empregados públicos foram afastados provisoriamente de seus cargos, para uma avaliação posterior pelos militares.

afirmou a sua autonomia com relação ao Poder Executivo.(NUESTRO TIEMPO, 1991, volume 19, p.16).

A arbitrariedade foi uma das características fortes do Processo. A J.M atribuiu-se direitos para reformular a Constituição, ditar leis, resoluções e até condenações, editadas sob o rótulo de Atas Institucionais. Precisamente, mediante uma Ata de Responsabilidade Institucional, editada no dia 23 de junho, sancionou-se a perda dos direitos políticos e sindicais; a impossibilidade para exercer cargos públicos; a prisão e a proibição de administrar seus bens pessoais a uma longa lista de figuras políticas e sindicais, entre as quais se encontravam a ex-presidente e seus antecessores Campora e Lastiri; Lorenzo Miguel, o ex-titular da CGE, Julio Broner; Carlos Menem, o ex-reitor da Universidade de Buenos Aires, Rodolfo Puiggros e Carlos Ruckauf, entre outros. Também modificou-se o Código Penal, incorporando a pena de morte “que será cumprida por fuzilamento e se executará no local e pelas Forças que o Poder Executivo designar, dentre às 48 horas de se encontrar firme o ditame” (TRANCOSO, 1984, p.14).

Videla afirmou que, na nova etapa iniciada, seguiria sendo prioritária a luta contra a chamada subversão, qualquer que fosse a forma adotada. Visto que a Junta Militar exerceu as atribuições correspondentes a todos e cada um dos poderes, a luta anti-subversiva adquiriu as características de um terrorismo de Estado só limitado pelos fatos e pela vontade daqueles que exerciam o poder. (GROISMAN, 1984, p.62). Por outro lado, a repressão encontrava-se descentralizada e compartimentada de fato e de direito. Estabeleceram-se zonas de operações que eram rastreadas à procura de informação, recorrendo ao interrogatório de suspeitos, sob torturas, exercendo represálias contra famílias inteiras e executando reféns. Neste contexto, os chefes dos corpos militares transformaram-se em soberanos de cada zona, contando com a colaboração das forças de segurança autônomas e, regularmente, concorrendo com serviços de segurança de armas rivais. Cada Força Armada parecia atuar independentemente junto aos serviços de informação do Estado e com as polícias federal e das províncias⁴. A estes últimos, acrescentaram-se as forças para-policiais, vinculadas à ultra-direita, julgadas pelo

⁴ O então embaixador norte-americano em Buenos Aires, Robert Hill, ratifica num informe secreto esta modalidade repressiva. Cf. Muleiro, Vicente, “Una falsa disyuntiva”, Clarin, 22 de marco de 1998.

ministro de Relações Exteriores como anticorpos, isto é, como mecanismos espontâneos de autodefesa do corpo social.

Os “subversivos” ou supostos simpatizantes eram presos em suas residências ou locais de trabalho. Entre os lugares de detenção existiam centros clandestinos –como *La Perla y El Olimpo*–, alguns dos quais ficavam em estabelecimentos militares (Escola de Mecânica da Armada, Campo de Mayo, etc), cujo conhecimento não era público. Assim, os detidos, submetidos à tortura e outras humilhações, entravam numa zona obscura, na qual toda intervenção jurídica – *hábeas corpus* - ou humanitária era quase impossível e tornava-se arriscada para aqueles que a realizassem⁵. As autoridades respondiam as reclamações dos familiares afirmando o desconhecimento do paradeiro das vítimas. Esta metodologia repressiva, mantida em segredo, deu origem a uma nova figura: o detido-desaparecido. (NUESTRO TIEMPO, 1991, volume 19, p.14).

Não existia reconhecimento oficial das execuções. Nenhum juiz civil ou militar assinou uma sentença de morte, apesar de que a reforma do Código Penal incluía aquela pena para certos atos terroristas: de fato, sem o devido processo assassinavam-se muitos detidos. Diariamente, as notícias davam conta dos resultados da “luta antissubversiva”. Em geral, apelava-se a eufemismos para informar operações quase sempre fatais para os guerrilheiros. As poucas informações só davam o número de mortos, mas não a sua identidade. Em fins de 1976, *Amnesty International* estimava que na Argentina registravam-se 15 execuções diárias. Quase que diariamente se informava sobre a aparição de cadáveres em locais pouco frequentados. Em geral, eram corpos sem identificação, geralmente jovens, alvejados e com sinais de tortura. Quando os cadáveres deixaram de aparecer, o silêncio foi à resposta oficial aos apelos dos familiares dos desaparecidos (DUHALDE, 1983, p.144). Muitos assassinatos constituíam represálias das forças de segurança em resposta a atentados da denominada subversão. Outros não tinham nenhuma justificativa, como a chamada “Noche de los lápices”, em 16 de

⁵ O informe mais importante dedicado a esta questão é o da Comisión Nacional de Desaparición de Personas, presidida pelo Ernesto Sabato, de cujas páginas tiramos grande parte da informação que outorgamos, cf. CONADEP, *Nunca más*, Buenos Aires, 1984. Existe também abundante informação no trabalho da OEA, que citamos adiante, assim como sobre os testemunhos dos processos aos principais responsáveis dos governos militares, realizados após o retorno à democracia e que deram se a conhecer a través da imprensa e de publicações especiais.

setembro de 1976, na qual sete alunos platenses que reclamavam a passagem escolar, foram sequestrados e outros seis desapareceram.

A mesma situação - de sequestro e de assassinato - viveram personalidades estrangeiras destacadas, como o ex-ministro e ex-senador uruguaio Zelmar Michelini; o ex-presidente da Câmara de Deputados uruguaia Hector Gutierrez Ruiz (em maio de 1976) e o ex-presidente de Bolívia, general Juan José Torres (em junho de 1976). Mediante a chamada “Operación Cóndor”, numa ação conjunta das Forças Armadas dos países do Cone Sul, realizaram-se também manobras ilegais que envolviam cidadãos estrangeiros ou argentinos no exterior.

Os sequestros e assassinatos dirigiam-se sobretudo a setores vinculados à guerrilha, mas atingiram também a militantes combativos do peronismo ou das várias organizações de esquerda e inclusive de outros partidos, como os radicais Sergio Karakachoff e Domingo Teruggi (setembro de 1976). Tiveram o mesmo destino homens da cultura, como Rodolfo Walsh, Hector German Oesterheld e Haroldo Conti (ligados a agrupações guerrilheiras), advogados defensores de militantes políticos ou a desaparecidos, jornalistas, ativistas sindicais, estudantes e cidadãos que, por qualquer motivo, caíram sob a suspeita do aparato repressivo (Cf. CONADEP, 1984). Houve casos que tiveram repercussão internacional porque afetaram cidadãos estrangeiros, como Dagmar Hagelin, cidadã sueca, desaparecida em 1977.

Também sequestraram os filhos das detidas-desaparecidas nascidos na prisão e entregues a famílias de militares ou de indivíduos chegados ao governo.

A perseguição fez-se extensiva, de um modo diferente, ao campo da cultura. A censura afetou os meios de comunicação de massa, controlados ferrenhamente pelo Estado. Os canais da televisão e as rádios foram divididos entre as Forças Armadas, numa luta pelo controle dos meios que incluiu a Secretaria de Informação Pública (SIP) conduzida alternadamente pela Armada e pelo Exército. Cada canal ou emissora exercia a censura mediante disposições internas, indicações, sugestões ou listas negras normalmente sem assinatura. O severo controle ideológico e policial abarcou desde o repertório de música popular até a atividade editorial, teatral e cinematográfica. Revistas, jornais e editoras tiveram que fechar as suas portas. Os intelectuais e jornalistas que discordavam do regime começaram a receber ameaças ou foram censurados, situação que afetou também

as personalidades do meio artístico. Vários atores e diretores sofreram discriminação ideológica e foram obrigados a abandonar o país. O “Ente Nacional de Cinematografia” multiplicou a proibição de exhibições e efetuou cortes em grandes quantidades de filmes nacionais e internacionais. O inflexível controle ideológico estava direcionado, entre outros objetivos, a uma mudança na mentalidade dos argentinos: devia-se desestabilizar a memória coletiva ligada às identidades sociais e políticas de um ciclo histórico, e sua extinção era a aspiração do P.R.N. (LANDI, 1984, p.109).

O âmbito educativo também foi submetido ao mesmo controle asfixiante. Para o regime militar, a subversão tinha uma das suas raízes ideológicas nas escolas e nas universidades. Um panfleto instrutivo do Ministério de Educação, cuja leitura e seu posterior comentário foram obrigatórios, sustentava a necessidade de atuar na educação para erradicar a subversão, mostrando a falsidade das doutrinas e concepções inculcadas durante anos. Assim, chegou-se a questionar princípios da matemática moderna e proibiram-se livros de contos infantis. Proibiu-se aos alunos homens, na educação média ter o cabelo comprido e usar barba, impôs-se o uso obrigatório de terno e gravata e para alunos de ambos os sexos proibiu-se o uso de calças jeans. A perseguição ideológica acentuou-se no nível universitário, em especial na Universidade Nacional do Sul, onde, entre outras decisões, foi desfeito, o Departamento de Economia e a maioria do seus integrantes foram detidos ou obrigados a abandonar o país. O desaparecimento, a prisão ou o exílio afetaram centenas de estudantes, professores e pesquisadores. A “limpeza” do corpo docente foi acompanhada pela mudança de conteúdos ministrados nos cursos. As ciências sociais e humanas, particularmente as carreiras de Antropologia, Sociologia e Psicologia, foram alvos de depuração e desmembramento. O debate de ideias e a crítica sucumbiram a uma educação autoritária, na qual se privilegiava o hierárquico e o elitista. (NUESTRO TIEMPO, 1991, volume 19, p. 42).

Sob o silêncio com que se pretendeu encobrir a metodologia da luta contra a subversão, começaram a surgir suas características. Em meados de maio de 1976, a Conferência Episcopal Argentina publicou uma carta pastoral suscitando a possibilidade de errar

“si en el afán de obtener seguridades, que deseamos vivamente, se produjeran detenciones indiscriminadas, incompresiblemente largas, ignorancia sobre el destino de los detenidos, incomunicaciones de rara duración, negación de auxilios

religiosos. Si con el mismo fin, se suprimiera alguna garantía constitucional, se limitara o postergara el derecho de defensa [...]. Si buscando una necesaria seguridad, se confundiera con la subversión política, con el marxismo o la guerrilla, los esfuerzos generosos, de raíz frecuentemente cristiana, para defender la justicia, los mas pobres o los que no tienen voz”. (RAPOPORT, 2008, p. 612)

Em outubro de 1976, no jornal “Buenos Aires Herald”, o jornalista James Neilson criticou a legitimação que fez o chanceler argentino, da violência da direita em resposta à violência guerrilheira. Algumas pessoas foram detidas, mas logo liberadas e as primeiras denúncias efetuadas pelas organizações defensoras dos direitos humanos alertaram sobre a existência de campos clandestinos de detenção e tortura, até então desconhecidos pela maioria da população.

Mas a primeira oposição seria ao terrorismo estatal proveniente do exterior. O novo presidente norte-americano- James Carter- assumiu o poder em janeiro de 1977, decidido a mudar as prioridades políticas para a América Latina. Partindo dos direitos humanos, para dar um conteúdo diferente na luta entre Leste e Oeste, começou a pressionar os governos que violavam tais direitos. A aberta e pública pressão sobre a ditadura de Videla traduziu-se - contradizendo a primeira reação da embaixada norte-americana em Buenos Aires - na redução da ajuda militar e em sanções econômicas ao país. Por outro lado, em março do mesmo ano, a *Amnesty International* publicou um documento desfavorável sobre a situação da liberdade na Argentina.

No final do mês de abril realizou-se a primeira manifestação de protesto pelos desaparecidos. Um grupo de mulheres começou sua ronda na Plaza de Mayo, protestando contra o desaparecimento e a morte de seus filhos. Conhecidas como “Madres de Plaza de Mayo”, este grupo continuou semanalmente sua empreitada, de forma solitária e incompreendida, mas sua atividade era conhecida no plano internacional. De sua parte, a Asamblea Permanente por los Derechos Humanos levantou 425 casos de sequestros ante à Corte Suprema. Em outubro de 1977, surgiu publicamente Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones políticas. Esta organização apresentou um pedido, reclamando pelos desaparecidos e pela liberdade dos presos políticos.

O governo reagiu tentando impedir a atividade dos organismos defensores dos direitos humanos. Em dezembro de 1977, logo depois que o Movimento Ecumênico - organismo

integrado por religiosos de distintas religiões - realizou uma missa pelos desaparecidos na Igreja de Santa Cruz, vários de seus dirigentes foram detidos, entre eles uma freira francesa, Alice Domon. Dois dias depois, sua companheira, Leonie Duquet e a fundadora de Madres de Plaza de Mayo, Azucena Villaflor, também desapareceram. O sequestro das missionárias francesas provocou um escândalo internacional que o governo tentou atenuar, atribuindo o crime à organização dos Montoneros.

Mesmo assim, a pressão internacional denunciando a violação dos direitos humanos não parou. Mesmo sendo impulsionada pelos E.U.A, o governo militar atribuiu-a a uma campanha de difamação financiada pela subversão marxista. O governo nacional julgava que as preocupações de outros governos ou de organismos internacionais, pelo que acontecia na Argentina, constituíam intromissão nos assuntos internos do país. Apesar disto, em setembro de 1977, Videla viajou aos E.U.A com a intenção de “solucionar muchas de las distorsiones que han empañado las relaciones entre los dos países”. Em Washington, reconheceu que na guerra contra os subversivos produziram-se “sujeiras” e que numa ação repressiva dispersa era difícil o controle total desde os estratos mais altos. Finalizando a sua viagem, na televisão norte-americana, o presidente aceitou parcialmente a responsabilidade do governo pelos desaparecimentos, que considerou resultante de excessos cometidos na repressão.

Uma convocação esportiva passou a constituir um eixo político da gestão militar. O Campeonato Mundial de Futebol de 1978 foi instrumentado para conseguir consenso e apoio social. A índole monetária da política econômica estava provocando recessão e queda na produção industrial, a inflação parecia irreduzível, os salários reais deterioravam-se e começavam as manifestações inconformadas com a situação. Neste contexto, o regime tentou capitalizar o sucesso esportivo, apelando para o espírito do Campeonato Mundial, como condição para abandonar o pessimismo, consolidar a união dos argentinos, conseguir outras vitórias e transformar o país. Por outro lado, os esforços desenvolvidos para conseguir uma participação de êxito neste evento tentavam reverter a imagem desprestigiada do governo argentino no estrangeiro. Grande parte da opinião pública dos países europeus, participantes do Mundial, era hostil ao governo. E as autoridades militares se inquietavam com as campanhas das organizações internacionais

em defesa dos direitos humanos para boicotar o Campeonato Mundial e desestimular o turismo.

Durante o conflito com o Chile (pelo Canal de Beagle), o assunto dos direitos humanos colocou em evidência o exílio da Junta. O governo de Carter, como represália à violação destes direitos, suspendeu a ajuda militar dando assim um duro golpe nos governantes argentinos. A necessidade de melhorar a imagem do país levou a Junta Militar a convidar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA a visitar o país, já que esta organização tinha formulado duras críticas à repressão estatal na Argentina.

A Comissão permaneceu no país entre os dias 6 e 20 de setembro de 1979. O governo preparou previamente o terreno, deslocando vários dos prisioneiros e desmantelando algumas prisões clandestinas. A CIDH, integrada por destacados juristas americanos, devia receber e obter informações sobre o assunto, transmiti-las aos países integrantes da OEA e apresentar um relatório sobre as atividades desenvolvidas. Durante a sua permanência em Buenos Aires reuniu-se com as mais altas autoridades públicas, membros da Corte Suprema de Justiça, importantes figuras políticas, sindicalistas, integrantes de entidades empresariais, religiosos e com as organizações defensoras dos direitos humanos. Visitou cárceres legais e centros de detenção militares e comprovou a existência de corpos enterrados clandestinamente, em alguns cemitérios. Mas a maior repercussão se deu por ocasião das denúncias de familiares dos detidos/desaparecidos, nos escritórios da Comissão em Buenos Aires, Córdoba e Tucuman. Foram denunciados 5.580 casos de sequestros e desaparecimentos. O Informe respectivo foi apresentado e aprovado pela Comissão em abril de 1980. Suas sugestões e conclusões constituíram uma grave denúncia em relação aos procedimentos adotados pelo governo militar. A ditadura reagiu, proibindo a circulação do Informe, mas permitiu a difusão de uma versão mais limpa, acompanhando-a de uma refutação escassamente convincente. A punição da comunidade americana, em relação ao governo argentino, significou de fato uma derrota no campo das relações internacionais. (Cf. ORGANIZACION DE ESTADOS AMERICANOS, CIDH, 1980).

A sucessão presidencial constituiu-se como o assunto que aumentou as divergências existentes entre os militares. Em 30 de setembro de 1980 venceu o prazo imposto pelas mesmas autoridades para nomear o sucessor presidencial de Videla. Tanto a J.M, quanto

os comandantes de tropas começaram a discussão para eleger um substituto. A escolha levava implicitamente à definição da estratégia de seguir com o governo das Forças Armadas. O candidato mais forte era Viola, aparentemente partidário da abertura política. Mas desde a Armada e desde os setores duros do Exército, pouco dispostos a fazer concessões, havia objeções à sua designação. Após um mês sem acordos, a Junta Militar nomeou Viola como sucessor de Videla, em março de 1981. Tudo indicava que o novo presidente contaria com menos poder e menos consenso das castas militares, em relação ao seu antecessor. (BABINI, 1991, p.15).

2. Os governos presidenciais posteriores: Viola, Galtieri, Bignone

Finalmente, em 29 de março de 1981, o general Roberto Eduardo Viola assumiu o poder. O novo presidente procurou o apoio entre os políticos para tirar o regime militar da situação problemática que lhe foi conduzida, pela política econômica e pela metodologia repressiva que já era visível. Seus propósitos ficaram evidenciados ao convidar, para sua equipe, indivíduos conhecidos de determinados setores políticos tais como: Oscar Camilion, destacado dirigente do MID e Amadeo Frugoli, do conservadorismo. No crucial Ministério de Economia designou Lorenzo Sigaut, substituindo Martínez de Hoz. Dentre seus assessores políticos encontravam-se o autonomista correntino José A. Romero Feris, o conservador Francisco Moyano e o ex-midista Guillermo Acuña Anzorena. Como governadores provinciais designou vários dirigentes políticos.

No dia seguinte à sua posse, Viola adiantou que “habrán de sancionarse los instrumentos legales que los habilitaran [a los partidos] a fin de que se integren activamente a la tarea común de consolidar una democracia sólida, estable y moderna”. (RAPOPORT, 2008, p. 615). O diálogo político – que em Videla, dois anos antes, não passava de promessas vagas transformou-se numa necessidade, dadas as dificuldades do regime. Contudo a relativa distensão que se insinuava não foi acompanhada com a realização das medidas prometidas por Viola. (DE RIZ, 1984, p.18). A intenção de dialogar e facilitar a participação não contava com a aprovação de certos setores militares. Leopoldo

Fortunato Galtieri, o comandante do Exército, prematuramente distanciado, questionou a autoridade de Viola, considerou perigosos os anúncios inclinados à abertura e insistiu em pontuar que o poder residia na Junta Militar.

A doença cardíaca de Viola foi o argumento para tirá-lo do poder. No início de dezembro, Galtieri encontrou-se com ele e tentou convencê-lo a renunciar por razões de saúde, mas ele, apesar de ter-se negado inicialmente, no dia 11 de dezembro viu-se forçado a apresentar sua demissão. Assim, a atividade golpista voltou-se contra um dos protagonistas do golpe de março de 1976, após apenas oito meses na presidência. (BABINI, 1991, p. 29-41). A nomeação de Galtieri, substituindo Viola, evitava os conflitos dentro das Forças Armadas e aparentemente consolidava a frente interna militar. O novo presidente instituiu-se o cargo do Poder Executivo em 22 de dezembro, sem deixar seu cargo como membro da Junta Militar. No seu gabinete destacou-se o ministro de Economia, Roberto T. Alemann, revelando o retorno do liberalismo ortodoxo à administração desta área. À frente do Ministério de Relações Exteriores e Culto designou-se Nicanor Costa Mendez. Em outros ministérios incorporaram-se representantes de setores políticos minoritários, tradicionalmente próximos dos militares. Ao assumir o governo, Galtieri reconheceu a perda de credibilidade do P.N.R. O novo presidente criou uma estratégia orientada para três objetivos. Primeiro, consolidar o poder presidencial, nomeando governadores adeptos, rompendo com o sistema de distribuir os cargos proporcionais às Forças Armadas. Em segundo lugar, preocupou-se em manter a promessa de abertura eleitoral sob o controle oficial. Finalmente, impulsionou a formação de um partido herdeiro do P.R.N., integrado por figuras do liberalismo, do conservadorismo e de partidos provinciais afins. O novo partido, que se pretendia centrista, deveria ser capaz de confrontar com as Forças políticas tradicionais.

No início de 1982, a necessidade governamental de recuperar consenso enfrentava-se com um panorama complicado, tanto pela renovada atividade da frente multipartidária, quanto pela intensificação dos conflitos sindicais, em resposta à política econômica. Também as organizações de direitos humanos começaram a exigir a investigação das violações contra tais direitos e o julgamento dos responsáveis.

No âmbito trabalhista, o enfrentamento com o governo intensificou-se durante o mês de março. As manifestações contra o congelamento salarial determinado pelo ministro

Alemann, a rejeição ao planos de privatização previstos e as suspensões nas fábricas automotivas foram algumas das instâncias da renovada agitação sindical. Tudo isso resultou , em 30 de março, numa mobilização na Plaza de Mayo, convocada pela CGT e conduzida por Saúl Ubaldini. Desta forma, num âmbito mais favorável, os protestos sindicais começavam a deixar para trás o medo massivo que até então os tinha paralisado. Dois dias depois, a Argentina iniciou a única guerra da sua história moderna. Em 2 de abril, tropas argentinas ocupavam as Ilhas Malvinas, numa ação que representava uma reivindicação legítima de um governo ilegítimo. Tratava-se de consolidar a deteriorada frente interna mediante um triunfo improvável. (RAPOPORT, 1997, p.391). À procura de um consenso perdido no decorrer de mais de um quinquênio, o presidente tentou fortalecer sua figura, unindo a sociedade argentina em torno de uma causa cara aos sentimentos nacionais, procurando ganhar o apoio popular mediante a retórica nacionalista e conseguir o respaldo dos dirigentes políticos⁶.

Os meios de comunicação, sob o controle do governo, acompanharam o episódio bélico com enorme triunfalismo. Nas ilhas havia um único jornalista autorizado pela chefia de operações, de modo que a informação era parcial e escassa. Entretanto, os jornais, as revistas e a televisão nacionais alimentavam uma euforia sem fundamentos, comemorando as ações argentinas. O êxito não pareceu diminuir, apesar dos resultados do primeiro encontro entre as tropas argentinas e britânicas, no dia 25 de abril. Foi nas Ilhas Georgias, que o tenente Astiz – envolvido no desaparecimento das freiras francesas e no assassinato da jovem sueca- rendeu-se sem resistência. Entretanto, os jornais fantasiavam a heróica resistência do corpo de “lagartos” que ele comandava. O desembarque britânico nas Ilhas Malvinas, entre 20 e 21 de maio, foi o prenúncio de uma derrota que os militares argentinos tinham considerado impossível.

Quando era iminente o ataque à última resistência argentina à capital malvinense, o Papa João Paulo II visitou Buenos Aires, depois de passar pela Grã-Bretanha. Sua visita ocorreu entre os dias 11 e 12 de junho, e revelou-se o desgosto do governo militar pela prévia parada realizada no país inimigo. Durante a sua breve estada, o Sumo Pontífice foi aclamado por uma multidão. Sua presença foi interpretada como uma tentativa de

⁶ Para mais informação e detalhes sobre a Guerra das Malvinas ver, Larra, Raúl. Cronología de los hechos mas importantes del conflicto argentino-británico por las Islas Malvinas y Georgias del Sur entre el 2 de abril y el 15 de junio de 1982. Estrategia, n. 71-72, abril-septiembre 1982, pág. 96.

convencer os chefes militares da inconveniência de prosseguir a guerra, assim como também para proporcionar um consolo frente à previsível derrota militar.

Finalmente, em 14 de junho, o general Mario Benjamín Menendez⁷ assinou a rendição. Foi a pior derrota militar da história argentina. As tropas argentinas passaram a ser prisioneiras de guerra e perderam todos os armamentos, equipamentos e abastecimentos. Morreram 730 argentinos e restaram quase um milhão de feridos e a sociedade argentina recebeu a notícia da derrota com surpresa, já que a campanha publicitária oficial montada em torno da guerra tinha comentado até então a suposta vantagem do país nas ações bélicas. Assim, a fugaz reconciliação do povo com o governo por uma causa nacional ficou pulverizada.

Galtieri entretanto pareceu ignorar as consequências da derrota e em vez de abandonar o poder, por ter sido o principal responsável pelo desastre militar, decidiu no dia seguinte, convocar o povo a comparecer à Plaza de Mayo. Mas o desânimo, a exasperação e a reprovação eram os sintomas da população e apenas cerca de mil pessoas foi escutar a palavra presidencial. Sob a pressão do ministro do Interior, Galtieri desistiu de seu propósito de falar em público e dirigiu sua mensagem pela televisão. Aqueles presentes na Plaza de Mayo foram reprimidos e retiraram-se, manifestando sua insatisfação contra o governo, a Polícia e as Forças Armadas. O discurso de Galtieri não falava de “rendición” nem expressava a menor autocritica e considerava que o derrotismo era uma traição. (Cf. DOCUMENTOS ANEXOS A LA CRONOLOGIA DE LOS HECHOS, 1982). Mas, entre as Forças Armadas começou o questionamento à atitude do presidente. Desde o Estado Maior criticou-se a orientação da J.M que colocou a Argentina junto aos países inimigos (Cuba, Nicarágua e Líbia) e a prejudicou perante o seu principal aliado, os E.U.A. Finalmente, os chefes militares decidiram em 17 de junho remover Galtieri e tiraram-lhe a atribuição para designar o seu sucessor. A partir de então, o regime entrou em declínio.

A procura por um sucessor de Galtieri foi extremamente caótica. Cada uma das armas tinha um plano e, para executá-lo, um candidato. Finalmente, a Armada e a Força Aérea decidiram a sua desvinculação da Junta Militar e o Exército decidiu assumir o cargo do Executivo, designando o general Reynaldo B. Bignone como novo presidente.

⁷ Governador do território insular, assumiu o 7 de abril.

(RAPOPORT, 1997, p. 415). Para essa nova etapa, o Exército tinha como único objetivo institucionalizar a nação: “institucionalizar la nación, en el menor tiempo posible, el que será acordado con los dirigentes políticos, en función de los pasos necesarios para la organización de los partidos”. (RAPOPORT, 1997, p. 415).

Bignone reuniu-se primeiramente com os dirigentes políticos e comprometeu-se a retornar a normalidade democrática a partir do 1 de julho, data em que assumiu o governo. Fixou para março de 1984 o momento da institucionalização do país. Os integrantes da Multipartidária (que unia os cinco principais partidos políticos), conscientes da crise do P.R.N., dispuseram-se a negociar com o poder militar as condições da saída eleitoral, sem prejudicar suas demandas. A nomeação do gabinete suscitou suas primeiras reações desfavoráveis. Uma vez mais, na conformação da equipe do governo, prevaleciam figuras próximas ao entorno militar e ligadas ao liberalismo econômico.

O novo governo militar devia encarar, entre outros, dois problemas fundamentais: a fixação de um calendário que desembocava na saída eleitoral e a retirada do governo, sem investigações nem sanções para os militares governantes durante estes anos. Para os testas-de-ferro do regime, mesmo em retirada, era fundamental resguardar alguns aspectos do passado e negociar algumas garantias.

Também era necessária, em função de uma saída ordenada e compartilhada, a recomposição da J.M. A quebra da frente interna militar indicava a possibilidade de que o caminho empreendido pelo Exército não fosse compartilhado pelo restante das Forças Armadas. Existia o temor das agrupações políticas pelas medidas e promessas assumidas por uma das Forças, sem o consenso dos comandantes da Marinha e da Força Aérea. Assim, o destaque dado ao comandante da Aeronáutica e a retirada do comandante da Armada - chefes militares comprometidos na condução da Guerra das Malvinas ainda à frente de suas Forças - os chefes substitutos integraram-se à novamente reconstituída J.M. A derrota das Malvinas converteu-se em outra ferida aberta para as Forças Armadas. Com o retorno de 6300 prisioneiros retidos pelos britânicos, difundiram-se versões que destacavam o imprevisto e a não idoneidade dos mandantes que conduziram as operações. As manifestações para que se formasse uma comissão investigativa foram atendidas. Em 25 de novembro, a Junta Militar criou uma comissão especial, presidida pelo general

Benjamin Rattenbach, encarregada de analisar as responsabilidades políticas e militares da derrota. A través del foi solicitada a pena de morte para Galtieri e Anaya, e severas sanções para os demais implicados. Como as conclusões não tinham força legal, a atuação da comissão foi transferida para o Conselho Supremo das Forças Armadas, no qual o processo foi benevolente. (NUESTRO TIEMPO, 1991, volume 20, p.67).

Por outro lado, o assunto da violação aos direitos humanos adquiriu inusitado protagonismo. Em setembro de 1982, a J.M assumiu, em parte a responsabilidade pelo assunto mediante um documento. Mas, como as Forças Armadas não descartavam a possibilidade de um julgamento pautado por um governo constitucional, o governo militar tentou colocar o assunto como uma condição para a saída eleitoral. As entidades defensoras dos direitos humanos reagiram, intensificando a sua atividade e exigindo o aparecimento, com vida, dos desaparecidos, o julgamento e a punição dos culpados pelo terrorismo de Estado. Em 5 de outubro, apesar da proibição oficial, pela primeira vez um ato massivo pelos direitos humanos, denominado “Marcha por la Vida”, congregou milhares de manifestantes no centro de Buenos Aires. Nos primeiros dias de novembro, vários governos europeus reclamaram pela vida de pessoas oriundas ou nascidas no Velho Continente.

Ainda em novembro, o governo anunciou uma relação de assuntos para discutir com os partidos políticos, dentre os quais estavam a vigência do estado de sítio, o cronograma eleitoral, a luta anti-subversiva, os desaparecidos e a dívida externa. A Multipartidária rejeitou o encontro e Bignone antecipou os comícios para o último trimestre de 1983, mas mostrou-se intransigente em manter as condições de aliança. A reação dos partidos integrantes da frente não se fez esperar: convocaram a Marcha da Civilidade. Em 16 de dezembro de 1982, durante a primeira mobilização popular, uma multidão respondeu à convocação da Multipartidária. Além dos cinco partidos integrantes, aderiram todos os grupos partidários, exceto os de direita. Os manifestantes pretendiam entregar ao governo um pedido no qual destacavam-se dois pontos: a retificação da política socioeconômica e a realização de eleições nacionais em julho de 1983. A marcha terminou em frente à Casa de Governo, onde a polícia reprimiu os manifestantes, perseguindo-os e castigando-os brutalmente.

Em abril de 1983, a J.M, em meio a uma sucessão de escândalos, decidiu dar sua resposta explicativa em relação às consequências da repressão. Divulgou uma Ata Institucional na qual os chefes superiores das Forças Armadas assumiam publicamente a sua responsabilidade na luta contra a subversão, declaravam mortas as pessoas desaparecidas e negavam a existência de lugares secretos de detenção e, simultaneamente, tentavam eliminar as possibilidades de investigação e impor o não comparecimento diante da justiça de militares envolvidos na repressão. O documento provocou o repúdio e a rejeição generalizados e também no plano internacional houve reações. Novamente aprofundava-se o abismo entre o regime e a sociedade argentina e se reatualizava o isolamento argentino no contexto internacional. (NUESTRO TIEMPO, 1991, volume 20, p.70). Mas o governo de Bignone não desistiu de seu objetivo de outorgar uma proteção ao elenco militar envolvido na luta contra a subversão. Ante a negativa dos políticos a negociar sobre o tema, sancionou-se a Lei de Anistia, denominada pelo povo “lei de auto-anistia”, em 23 de setembro de 1983. A norma beneficiava aqueles que tinham cometido delitos subversivos e aqueles que excederam-se na repressão no período compreendido entre 25 de maio de 1973 e 17 de junho de 1982. De fato, esta lei significou a auto-absolvição dos militares pelos delitos cometidos. A diligência política e as entidades de direitos humanos rejeitaram a legislação.

O governo tinha definido o cronograma eleitoral no final de fevereiro de 1983 e no início de setembro deste ano todas as candidaturas presidenciais já estavam confirmadas. Eram nove candidatos: Luder-Bittel, pelo Justicialismo; Alfonsín-Martinez, pelo Radicalismo; Alende-Viale; pelo Partido Intransigente; Frigerio-Salonia; pelo MID, Manrique-Belgrano, pela Alianza Federal; Martinez Raymonda-Balestra, pela Alianza Socialdemócrata; Cerro-Ponsatti, pela democracia cristiana; Zamora-Diaz, pelo MAS e Flores-Guagnini, pelo Partido Obrero. Mas as perspectivas, para a maioria das candidaturas, não eram promissoras. Segundo o estatuto dos partidos políticos, estabelecido pelo governo militar, era necessário 3% do eleitorado para ascender a cargos eletivos, grande problema para a maior parte dos partidos menores. O confronto ficava limitado aos dois partidos majoritários: o PJ e a UCR.

Em 30 de outubro de 1983, o povo votou de maneira pacífica e entusiasmada. O índice de comparecimento chegou a quase 80%. O triunfo do radicalismo foi amplo: a UCR reuniu

os 52% dos votantes (7.659.530 votos), no entanto o peronismo alcançou o 40% (5.936.556 votos). A eleição polarizou-se, não dando espaço aos partidos menores: o terceiro candidato mais votado – Oscar Alende - apenas superou o 3% dos sufrágios. O êxito radical abrangeu quase todos os distritos mais importantes, com exceção de Santa Fé. O mais significativo foi o triunfo na província de Buenos Aires, distrito tradicionalmente peronista. Mesmo assim, o peronismo conseguiu impor seus candidatos a governadores na maioria das províncias, o que assegurou um conjunto de senadores superior ao oficial. O país retornava à democracia e o novo governo herdava uma situação econômica crítica, além das graves sequelas da repressão, da derrota das Malvinas e de uma oposição fragmentada pelas dissidências internas.

3. Política econômica da ditadura militar

3.1 Objetivos da política econômica

Além da conformação de um novo tipo de sistema repressivo, o P.R.N caracterizou-se pela pretensão de mudar a relação das forças vigentes na conjuntura, a partir de uma mudança drástica nas regras do jogo econômico reinante. Para tanto, encontrou explicação e justificativa no “tremendo vacío de poder reinante” que ao colocar

“al país al borde de la disgregación social hizo de la intervención de las Fuerzas Armadas [...] la única alternativa posible frente al deterioro provocado por el desgobierno, la corrupción y la complacencia”. (Discurso general Videla, 30/03/1976; cf. LOPEZ ALONSO, 1982)

Para os principais protagonistas do golpe militar, este caos político tinha causas estruturais e não meramente conjunturais, que se originavam residiam num estilo de desenvolvimento que estimulava a luta pela apropriação dos ingressos tanto entre o capital e o trabalho assalariado quanto entre os diversos setores empresariais. Para o novo ministro de Economía, José A. Martínez de Hoz:

“usando el conocido ejemplo de la torta y los comensales, resulta obvio que si la torta es siempre del mismo tamaño, si un sector desea mejorar su situación, o sea, incrementar su participación en la riqueza, solo lo puede hacer a expensas del otro. Esto es lo que ha estado sucediendo en nuestro país desde hace muchos años. Por falta de que la torta crezca suficientemente, por falta de una productividad global adecuada, cada sector ha estado alternativamente mejorando su situación a expensas del otro, llámese los empresarios a expensas de los obreros y viceversa, de la industria sobre el agro y viceversa [...] tenemos el péndulo constante de un sector que se beneficia a costillas de otro. En cambio, la solución esta en lograr un crecimiento armónico y coordinado de todos los sectores. Y esto solo puede lograrse cuando la torta crece”.⁸

Segundo este diagnóstico, a existência de um antigo e complexo esquema de subsídios foi a principal causa da falta de sintonia entre os setores da produção.

Para o novo governo, as políticas aplicadas desde a década de 1940 poderiam se diferenciar quanto ao estilo e ao grau, mas não quanto à natureza.⁹ Suas bases foram os movimentos pendulares ao influxo da pressão dos grupos, derivando num estancamento da produção, inflação e estrangulamento do setor externo:

“[...] la crisis a que habíamos llegado en marzo de 1976 fue de las mas caóticas que hemos conocido, pero las causas que provocaron tal situación no eran desconocidas, las mismas que en otras oportunidades condujeron a situaciones menos graves pero análogas. La diferencia entre marzo de 1976 y otras épocas fue de grado pero no de naturaleza: inflación, recesión y estrangulamiento del sector externo”.¹⁰

Para finalizar esta situação, o governo propôs modificar as regras do jogo econômico, a fim de levar a uma mudança na estrutura econômica¹¹. Tal mudança somente poderia ser conseguida a partir de uma drástica modificação da relação de forças entre as classes e facções de classe que pré-existia ao golpe militar. O governo propôs os seguintes

⁸ Discurso do Ministro de Economia, Martínez de Hoz em *La Nación*, Buenos Aires, 3/04/1976.

⁹ Discurso de Alejandro Estrada, secretário de Comércio, em *La Nación*, Buenos Aires, 16/08/1978.

¹⁰ Discurso do Ministro de Economia, Martínez de Hoz em *La Nación*, Buenos Aires, 24/06/1977.

¹¹ Ver os discursos de Alejandro Estrada em *La Nación*, Buenos Aires das datas 5/05/1978 e 8/04/1978.

objetivos: Primeiro, reestruturar a relação entre o capital e o trabalho assalariado, incrementando a rentabilidade empresarial ao provocar uma dramática queda do salário real e um incremento da produtividade da mão-de-obra. Segundo, harmonizar o desenvolvimento entre o campo e a indústria, através da destituição da indústria dos privilégios adquiridos e da restituição ao campo, de parte do poder econômico perdido. Terceiro, reestruturar as relações empresariais dentro da indústria mediante uma drástica concentração de ingressos destinada a melhorar a eficiência do setor. Quarto, fundir as cúpulas das diferentes frações do capital, provocando uma grande concentração econômica e acrescentando poder econômico e político a um novo ator social: o capital financeiro¹². Estes foram os objetivos estratégicos perseguidos pela política econômica do governo militar. As medidas implementadas para o seu sucesso despertaram uma forte oposição em vários setores empresariais e a conseqüente desestabilização do P.R.N. Mesmo assim o governo conseguiu modificar substancialmente a relação das forças vigentes e impor uma reestruturação do jogo econômico, cujas conseqüências perduram até hoje e constituem, sem dúvida alguma, um dos principais obstáculos para a consolidação da democracia na Argentina.

3.2 Razões internas e externas das mudanças econômicas

A partir do golpe de Estado em 24 de março de 1976 começou a se implementar um conjunto de medidas econômicas que tiveram grande impacto, produzindo transformações substanciais no funcionamento de economia argentina. Analisando diferentes indicadores, como faremos nesta seção, podemos observar a origem da maior parte dos sérios problemas com que o país deveria se confrontar nas décadas posteriores. A sua maior repercussão foi ponderar o balanço de poder entre setores e interesses econômicos, internos e externos, dando origem a um tipo de economia diferente da prevalecente na etapa de substituição de importações. Iniciava-se assim um novo modelo econômico baseado na acumulação rentista e financeira, a abertura irrestrita, o endividamento externo e a disciplina social.

¹² Definição ampla e restrita de capital financeiro em Peralta Ramos, 2007, p.37.

Este processo de mudança encontrava-se estreitamente vinculado a razões de ordem interna, mas também à evolução da conjuntura econômica internacional e a particular articulação entre ambos os fatores.

Por um lado, a crítica situação econômica mundial no início dos anos 70, primeiro com a crise do dólar e depois com a do petróleo, criou uma ampla disponibilidade de capitais (os eurodólares e os petrodólares) dispostos a se reciclar para obter maior rentabilidade nos países do Terceiro Mundo. Isso permitiu a ditaduras latino-americanas, como a de Pinochet e a de Videla, ter o financiamento necessário para impor suas políticas econômicas. Este foi um fator decisivo, pois os organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial queriam facilitar a inserção dos países em desenvolvimento aos novos circuitos financeiros.

Por outro lado, havia os fatores internos, não menos importantes. A Argentina dos finais dos 60 e início dos anos 70 viveu conflitos sociais e políticos que se traduziram em significativas mobilizações populares (tais como o “Córdobazo” e o “viborazo”) e também na existência de grupos radicalizados – armados ou não - no cenário político nacional.

Os principais responsáveis pela ditadura militar e os setores que a apoiavam, acreditavam que as proibições políticas já não serviam para eliminar as alianças populistas e os perigos sobre a ordem social estabelecida. Tinham que ir mais a longe e, já que estas alianças assentavam-se sobre o aparato produtivo industrial, era imprescindível modificar radicalmente a estrutura econômica. Assim adotaram uma série de políticas que foram destruindo as condições para um desenvolvimento econômico sustentável, a reformulação do papel do Estado, que se viu obrigado a assumir a carga de um crescente e insustentável endividamento externo e também uma drástica redistribuição regressiva dos ingressos. Para isto, foi funcional o terrorismo do Estado, que serviu, acima de tudo, para anular ou impedir a ação das instituições e organizações políticas, sociais e sindicais. Houve também a perda de várias gerações de líderes, de grupos políticos ou sociais, como consequência do alcance extremo da repressão, do exílio político ou econômico de muitos argentinos e da influência profundamente negativa que teve a ditadura no sistema educativo e cultural e na transmissão de valores característicos à sociedade na qual se vivia. (Cf. CANITROT, 1983; RAPOPORT, 2002, p 255-256).

Nestes termos, os motivos externos voltavam a cobrar importância. A existência de vários setores políticos radicalizados colocou em alerta os E.U.A, pois já tinham realizado intervenções direitas ou indiretas no Brasil e no Chile, apoiando golpes de Estado para ajudar seus aliados internos.

Uma vez superados os conflitos sociais por meio da repressão, a implementação de um mercado livre, que arbitraria nas diferentes manifestações sociais, converter-se-ia num objetivo para acabar com a ordem vigente e passar a novas formas de regulação e de controle do conflito social. Futuramente, o mercado disciplinaria a força de trabalho, ao mesmo tempo em que as lutas corporativas mudariam também neste âmbito.

3.3 O plano de Martínez de Hoz: as medidas implementadas

Dez dias após o golpe, José Alfredo Martínez de Hoz, o indicado como ministro da Economia, lançou um programa que teria consequências duradouras na economia argentina. Na perspectiva do gabinete econômico, a inflação era expressão da luta pela apropriação das rendas que tenderiam a exilar-se para sempre da economia argentina. Controlá-la significava evitar não só o descontrole econômico, mas também provocar uma modificação nos preços relativos, o que era indispensável para alterar a relação de forças vigentes na conjuntura. Dentre os objetivos explícitos do plano encontravam-se: elevar a eficiência do sistema produtivo; restabelecer a hegemonia do mercado na tocante a alocação dos recursos; restringir a participação do Estado; frear a inflação e equilibrar o balanço de pagamentos. Para elevar a eficiência, era necessário aproveitar as vantagens comparativas, tendo o país que se especializar nos produtos de maior aceitação no mercado externo, mesmo sacrificando indústrias locais já existentes. A ferramenta central consistia em equiparar os preços internos com os externos, com a consequência de que os setores ineficientes seriam deslocados do mercado interno pelas importações, contanto que os mais eficientes prosperassem e se tornassem mais competitivos¹³.

¹³ Discurso do Ministro de Economia, Martínez de Hoz em *La Nación*, Buenos Aires, 2/04/1976.

Para levar este plano adiante, implementou-se um congelamento de salários por três meses, eliminaram-se os controles de preços e produziu-se uma desvalorização do tipo de câmbio. O congelamento dos salários implicou numa forte queda do salário real que, a poucos meses do golpe, caiu 45%. Esta medida de contenção do salário nominal (que implicaria uma rápida deterioração de mais do 30% nos salários reais) complementou-se com outras medidas tendentes à disciplina da força de trabalho, tais como a dissolução da CGT, supressão das atividades sindicais e do direito à greve, as reformas à Lei de Contrato de Trabalho e as convenções coletivas de trabalho. Segundo o Ministro, a diminuição foi tão substancial que conseguiu eliminar os salários como fator de futura inflação¹⁴, mas o ele não teve coragem de admitir publicamente que, para conseguir isso, o P.R.N. teve que sequestrar, torturar e “eliminar fisicamente” uma grande quantidade de trabalhadores. Segundo cálculos da Comisión Nacional para la Desaparición de las Personas (CONADEP) que, como se verá adiante, foi criada em 1984 pelo presidente Raúl Alfonsín para investigar o problema dos desaparecidos durante o regime militar, os operários constituíram os 30,2% do total dos 8960 casos de desaparecimento registrados. (COMISIÓN NACIONAL PARA LA DESAPARICIÓN DE LAS PERSONAS, 1984).

A repressão tanto econômica quanto política que se deu sobre o movimento operário levou a uma grande redução do nível salarial e também eliminou da cena política a classe trabalhadora. Contrastando claramente com o acontecido na década anterior, este período do P.R.N. caracterizou-se pela ausência quase que total de protestos operários. Aniquilados os quadros sindicais de base, desarticulados os sindicatos, eliminados os partidos políticos, não existiu no cenário político nenhum vestígio por meio do qual a classe operária pudesse fazer chegar as suas demandas. Assim, como resultado desta repressão econômica e política, o governo conseguiu alterar drasticamente a relação existente entre o capital e o trabalho assalariado.

Em menos de um ano, o salário real caiu mais do que 32% e, a partir de então e até 1983, seu crescimento foi praticamente nulo: em torno de 0,23% acumulativo anual. Mesmo tendo existido algumas flutuações do salário real entre 1979 e 1980, pode ser dito que uma das características do período analisado foi o notável barateamento dos salários. A produtividade aumentou entre 1976 e 1983 a uma taxa anual acumulativa de 4,97%,

¹⁴ Discurso do Ministro de Economia, Martínez de Hoz em *La Nación*, Buenos Aires, 2 /06/1976.

portanto, a relação salário real/produtividade caiu neste período a uma taxa acumulativa anual de - 4,57%¹⁵.

Mesmo com a mudança radical na relação entre o capital e o trabalho assalariado, a inflação não desapareceu e sua persistência –a um ritmo considerável - deveu-se ao confronto entre as facções empresariais para se apropriar de uma maior cota de rendas. Em meados de 1976, quando se consideraram corrigidas as principais distorções (em essência, a redução salarial), começou o avanço sobre os aspectos mais estruturais.

Em agosto, desregulou-se a inversão estrangeira, outorgando igualdade de direitos ao capital transnacional em relação ao nacional, incluindo as sucursais de empresas já instaladas na Argentina. No final do ano implementaram-se mais medidas vinculadas ao setor externo: unificação do tipo de câmbio, eliminação das regulações e subsídios às exportações e redução das tarifas de importação, provocando uma queda na proteção superior a 40 pontos na média. (Cf. SPIAZU; BASUALDO & KHAVISSE, 1986, p.92).

As dificuldades que o mercado de divisas apresentava desde 1975 foram superadas rapidamente. A partir dos excelentes vínculos do Ministro com os organismos financeiros internacionais, foi fácil a aprovação de créditos do FMI, conjuntamente com empréstimos da banca privada. A entrada de divisas provocou uma mudança de expectativas entre os operadores financeiros locais, detendo a corrida contra o peso e diminuindo a demanda especulativa por moeda estrangeira. Desta forma, apesar da desvalorização, o preço das divisas no mercado negro diminuiu notavelmente, e foram recuperados a monetização da economia e o volume de depósitos em pesos.

Com relação às contas públicas, incrementaram-se as tarifas e a pressão tributária. Simultaneamente, foram indexados os créditos a favor do Estado, emergentes de impostos, taxas, contribuições e multas. Com o congelamento salarial, o gasto com funcionários reduziu-se em 40%. O déficit fiscal passou de 12,3% do PIB em 1975 para o 7,6% em 1976 e seu financiamento, por meio da emissão monetária, contraiu-se de 55% para o 29%. (FERRER, 1981, p. 76; SCHVARZER, 1991).

¹⁵ Produtividade medida com base no índice de volume físico da produção industrial/quantidade de trabalhadores ocupados na indústria manufatureira, dados proporcionados pela CEPAL de Buenos Aires e que formam parte da série Estadísticas económicas de corto plazo en la Argentina.

As medidas tendiam a uma transformação da estrutura de preços relativos, descarregando o peso do plano de ajuste nos assalariados, já que se tratava de compensar os impactos negativos sobre o setor empresarial com outros positivos. Por exemplo, a redução dos impostos de importação e dos reembolsos de impostos pagos pelos exportadores de produtos industriais era o contrapeso em relação à desvalorização, uma vez que a contração da demanda interna como consequência da queda dos salários equilibrava-se com a melhor posição exportadora. Assim, se provocava uma transferência intersetorial de rendas, presente em outras experiências liberais já passadas, só que neste caso a desvalorização e a diminuição da retenção às exportações permitiam ao setor agropecuário um aproveitamento integral das novas condições (diferença em relação ao plano de Krieger Vasena). É preciso lembrar que Martínez de Hoz pertencia a uma tradicional família de grandes proprietários rurais.

O objetivo de controlar a inflação poderia ser atingido em meados de 1976.

Mas isto foi fruto do congelamento de salários que, ao provocar uma drástica redução do consumo com características recessivas, colocava limites à política de contenção salarial. Quando se tentou liberar esta variável, produziu-se uma retomada inflacionária em níveis menores aos precedentes no começo de ano, mas as expectativas da condução econômica não foram satisfeitas.

Suprimida a classe operária do palco político, a equipe econômica centrou todo o peso da luta anti-inflacionária sobre um outro ator social que acreditavam ser o responsável pela inflação: o empresariado industrial. No diagnóstico oficial, a proteção alfandegária permitiu o controle sobre os preços por parte de certas empresas. Este controle monopólico condicionou os valores da produção ao restante da indústria e impediu controlar a inflação. Isto foi possível pela existência de um complexo mecanismo de subsídios destinado a provocar deslocamentos de rendas para o setor industrial. É interessante ressaltar esta crua descrição da situação feita pelo Alejandro Estrada, o secretario do Comercio:

“la política de precios que aplican y han aplicado las 200 empresas mas importantes del país condiciona de alguna manera los valores de venta del resto de la producción. Por ello entiendo que es primordial que se llegue a que aquellas empresas máximas comprendan que mas importante que obtener ganancias

mayores mediante el recurso de aumentar los precios es lograr ingresos mas altos a través del incremento del volumen de ventas”.¹⁶

Dentro da perspectiva oficial, os subsídios à indústria foram possíveis pelos gravames impostos ao setor agropecuário e provocaram fortes deslocamentos de rendas desde o campo até a indústria. Segundo o ministro Martínez de Hoz, tratava-se de impedir que o custo do desenvolvimento industrial recaísse principalmente sobre o setor agropecuário:

“La política que hemos planteado es que este costo no ha de ser pagado por un solo sector como en algunas ocasiones anteriores, en nuestro país lo ha sido desequilibrando el desenvolvimiento armónico que debe de haber entre campo e industria, sino que este costo del desenvolvimiento industrial, si el país lo quiere, deberá ser pagado por el país entero con dos limitaciones: el de que él mismo tenga en si los elementos necesarios para salir de la etapa de la protección infantil y acceder a la madurez industrial a través del deseo de mejorar las estructuras y los costos y la necesidad de ampliar los mercados”.¹⁷

Assim o governo militar propôs-se a conseguir um desenvolvimento mais “harmônico” entre o campo e a indústria por meio da quitação, a esta última, dos privilégios obtidos e a restituição ao campo de parte do poder econômico perdido. Uma das primeiras medidas adotadas foi a eliminação do tipo de câmbio diferencial, o que significou um subsídio para as importações e exportações de certos setores industriais. Também suprimiram-se as isenções impositivas e as linhas especiais de crédito para as exportações de capital mais intensivo. Paralelamente, a retenção às exportações agropecuárias e o tipo de câmbio especial para estes produtos – que consistiam num gravame especial - foram suprimidos. E o setor agropecuário conseguiu a liberação dos preços de seus produtos.

A soma dessas medidas trouxe a imediata melhora dos preços agrícolas, mas diferentemente do esperado pelo governo, a inflação não desapareceu. Apesar da redução dos custos de produção industrial dada pela queda no salário real no final de 1976, os principais segmentos empresariais da indústria exerciam suas práticas tradicionais, com o objetivo de apropriar-se de uma maior cota de lucro: a acumulação de estoques e o

¹⁶ Discurso de Alejandro Estrada, em *La Nación*, Buenos Aires, 30/07/1977.

¹⁷ Discurso do Ministro de Economia, Martínez de Hoz, em *La Nación*, Buenos Aires, 13/09/1978.

mercado negro. De nada serviram as palavras de ministro de Economia e nos meses seguintes, ante o evidente descontrole do processo inflacionário, a persistência da especulação com o desabastecimento e o mercado negro dos produtos industriais, o governo tomaria outro tipo de medidas. A critério do ministro de Economia,

“...a un año de distancia y en circunstancias distintas debemos de recurrir a otro tipo de terapia [...] hemos observado en el pasado que ciertos sectores o empresas se han aprovechado de su situación de alguna manera monopólica o de oligopolio en el mercado para efectuar frecuentes o grandes aumentos en los precios. Quiero advertir que estas situaciones van a ser observadas muy de cerca por nosotros y que, llegado el caso, sabremos adoptar todas las medidas necesarias dentro de la amplia gama que tiene el Estado; desde las medidas tarifas para permitir importaciones hasta las de otro orden, para que estas empresas entren en razón y no ejerzan estas practicas [...] el gobierno esta dispuesto a mantener siempre la conducción y el control del Proceso. A tales efectos no se dejara llevar por nerviosismos, por impaciencias, por voluntades débiles ni por aquellos que quieren torcer la línea en beneficio propio o de un interés parcial o sectorial”.¹⁸

Depois de ter ameaçado aplicar uma nova terapia, o contexto obrigou a tomar uma medida mais drástica em oposição ao espírito do plano: o congelamento de preços. Foi assim que o governo propôs às principais empresas uma trégua de preços por 120 dias, período durante o qual negociaria com elas a futura política tarifária e de preços. Perto do fim da trégua, ficou evidente que o setor industrial não aceitava abandonar seus métodos especulativos.

Diante de uma nova subida dos preços, o governo efetivou sua promessa e anunciou a imediata aplicação da reforma alfandegária que pretendeu ampliar o mercado interno de produtos importados, mais baratos que os produzidos localmente, obrigando as empresas a diminuir seus preços e a aumentar a eficiência. Assim, houve um aumento da concentração de capital e a consequente eliminação da pequena e média empresa que tinham prosperado no amparo de uma forte proteção alfandegária. E, em junho de 1977, introduziu-se uma drástica reforma financeira.

¹⁸

Discurso do Ministro de Economia Martínez de Hoz em *La Nación*, Buenos Aires, 9/03/1977.

Assim o eixo central da política econômica da ditadura passaria a ser, no início de 1977, a reforma que colocaria o setor financeiro numa posição hegemônica em termos de absorção e alocação de recursos. O novo Regime de Entidades Financeiras iniciava um percurso cujo objetivo era a liberalização dos principais mercados internos e uma maior vinculação com os mercados internacionais. Começava uma segunda etapa, na qual o governo redefiniria seus objetivos, deixando progressivamente para trás as políticas que caracterizariam o liberalismo econômico argentino no pós-guerra, para dar início a uma nova etapa de ação seguindo as recomendações da “escola monetarista de Chicago”.

A reforma financeira, que foi se aprofundando por meio de medidas complementares nos meses seguintes, caracterizou-se principalmente: na criação de um sistema de reservas fracionárias, que substituiu o anterior sistema centralizado de depósitos; na liberação das taxas nominais de juros ativas e passivas- que de negativas passaram a positivas; uma maior responsabilidade dos bancos nas suas relações com a clientela, estabelecendo requisitos sobre a solvência e a liquidez daquelas entidades; o estabelecimento de um regime de garantia plena de depósitos no contexto de uma maior liberalidade dos requisitos para a expansão ou instalação de novas entidades e sucursais sem importar a nacionalidade e a recriação da função do Banco Central como financiador de última instância.

Para o governo, esta reforma a curto prazo seria um elemento de controle da inflação, dando um fim ao crédito subsidiado, criando obstáculos à possibilidade de acumular estoques e de provocar um mercado negro dos principais produtos industriais, isto é, uma tentativa de controlar as práticas especulativas do setor industrial. Modificaria também as causas estruturais da inflação, reestruturando a relação de forças entre as frações do capital. Ao provocar uma forte translação de rendas para o setor financeiro e, por conseguinte, aumentar o grau de concentração da economia no geral, esta medida pretendia incrementar o poder econômico e político de um novo ator social: o capital financeiro. Sua hegemonia sobre o campo e a indústria reduziria a possibilidade de conflito entre estes dois setores, outorgando as bases para um desenvolvimento futuro mais harmônico.

Em outras palavras, a reforma apontava para a incrementação da função do setor financeiro privado, diminuindo a participação do Estado. Acreditava-se ter obtido um sistema financeiro mais apto, solvente e competitivo, que diminuísse o custo dos serviços bancários. (Cf. FIDE, 07/1982). Mas isto deu lugar à criação de numerosos bancos e entidades financeiras, com escasso ou nenhum respaldo, assim como também a proliferação de “mesas de dinero”, muitas delas vinculadas a companhias produtivas. A especulação financeira -apresentada ironicamente no filme *Plata dulce*- passou a representar a realidade.

Por outro lado, estas medidas circunscreviam-se no contexto da política anti-inflacionaria, ao aumentar as taxas de juros passivas. Desta forma os poupadores incrementariam as suas colocações em ativos financeiros quase líquidos e não pressionariam tanto sobre o mercado de bens, afirmando-se que o dito aumento da poupança poderia ser canalizado para investimentos produtivos. (Cf. PALACIO DEHEZA, 1981; LASCANO, 1981).

A reforma financeira teve um papel determinante sobre o conjunto da economia, já que a liberalização dos movimentos dos fundos e das taxas de juros modificou drasticamente as condições de rentabilidade dos diferentes setores econômicos, afetando de forma negativa as atividades produtivas, incentivando a valorização especulativa e produzindo a hipertrofia do setor financeiro: entre 1978 e 1979 autorizou-se a abertura de 1.197 sucursais bancárias e financeiras, entanto que o PIB per capita encontrava-se virtualmente estancado. (PALACIO DEHEZA, 1981, p.151).

Um dos aspectos de maior incidência foi a abertura plena ao movimento de capitais com o exterior, no contexto da liberdade de fixar as taxas de juros. A taxa de juros interna ficava determinada pela taxa de juros internacional mais a desvalorização esperada, que atuava como uma sobretaxa de risco¹⁹. Com o decorrer dos meses, e dado que a inflação interna superava as pautas de desvalorização estabelecidas pelo governo, a expectativa de uma desvalorização surpresa crescia e, simultaneamente junto com ela elevavam-se as taxas de juros a níveis muito superiores aos vigentes nos mercados internacionais.

Outra questão foi a criação da Conta de Regulação Monetária (CRM). Ao ser substituído o sistema de nacionalização de depósitos por um sistema de encaixes fracionários, a base

¹⁹ Quando não há expectativas sobre desvalorizações futuras, ambas as taxas igualam-se, mas quando os agentes esperam uma desvalorização, o crédito interno fica mais caro, numa porcentagem similar àquela expectativa.

monetária ficou em níveis muito elevados e, para neutralizar os efeitos expansivos, fixou-se um encaixe de 45% que depois descendeu.

Em diferentes perspectivas, as críticas assinalavam que a reforma financeira provocou um grande impacto negativo sobre as atividades produtivas, já que seus resultados com relação à inflação eram altamente questionáveis. Foi assim que, em meados de 1978 – e apesar das medidas - o governo não conseguiu desarticular a capacidade de determinação dos preços, por parte de determinados setores industriais. Então não foi surpreendente que no fim da trégua de preços, proposta pelo governo aos empresários, a inflação tornasse a acelerar, fato que convenceu as autoridades econômicas da necessidade de novos caminhos para disciplinar o setor industrial, enquanto que tratava-se de reverter o lento incremento dos salários reais nos últimos meses. Para isso, aplicaram-se medidas contrativas, dentre as quais destaca-se uma política monetária muito restritiva, que resultou num aumento sustentado das taxas de juros. As consequências dos novos ajustes apareceram logo, desencadeando uma recessão que interrompeu a insinuante recuperação dos meses anteriores e manifestou-se nas estatísticas agregadas de 1978, quando o PIB contraiu-se quase 4% em relação ao ano anterior. Ver a tabela 1

O ritmo inflacionário manteve-se inalterado, levando novamente ao fracasso o objetivo de controlar a evolução dos preços. As altas taxas de juros passivas conviviam com taxas ativas muito elevadas, fato que diluía a inversão produtiva e desviavam-se recursos da produção para o sistema financeiro, contraindo o investimento e inibindo o incremento esperado na oferta. Além disto, o elevado preço do dinheiro modificava a estrutura de custos e contra o esperado, gerava uma inflação maior, ao se deslocarem os custos financeiros para os preços finais. (LASCANO, 1981, p.59 e 60).

As políticas tradicionais de ajuste revelavam-se cada vez mais impotentes para controlar o aumento dos preços. Assim foi necessário efetuar mudanças na política econômica, iniciadas com uma desindexação do tipo de câmbio, que produz um progressivo atraso na cotação das divisas e uma grande diferença nas taxas de juros internas frente às internacionais. Em novembro de 1978 a reforma tarifária foi aplicada na sua totalidade. Com o propósito de castigar os setores que para ele subvertiam a política de preços, o ministro não hesitou em violar os prazos inicialmente estabelecidos para a implementação desta reforma.

Tabela 1. Evolução do PBI e taxas de inflação 1975-1983
(em taxas de variação anual)

Ano	PBI	Inflação (IPC)
1975	-0,9	182,6
1976	-0,2	444,0
1977	6,0	176,0
1978	-3,9	175,5
1979	6,8	159,5
1980	0,7	100,8
1981	-6,2	104,6
1982	-5,2	164,7
1983	3,1	343,3

Fonte: Cepal e Indec apud Rapoport, 2008

Em fins de 1978, a mudança na direção da política econômica materializar-se-ia por completo, ao se impor uma política que tinha como objetivo a convergência da inflação e das taxas de juros internas, em relação às taxas de juros internacionais, combinando a abertura da economia com a implementação do enfoque monetário do balanço de pagamentos, já que o tipo de câmbio seria tomado como norma para os preços internos.

Uma das medidas mais importantes do novo esquema foi a fixação pautada do tipo de câmbio e das desvalorizações futuras de acordo com um cronograma decrescente, conhecido como “la tablita”²⁰. Este sistema baseava-se na fixação antecipada do tipo de câmbio, com um cronograma de desvalorizações decrescentes que deviam convergir com a taxa inflacionária num período de oito meses. Desta forma, esperava-se que a inflação nacional descendesse paulatinamente até chegar próxima aos níveis internacionais. Caso contrário, produzir-se-ia um atraso no câmbio e as importações seriam menos custosas, forçando os industriais a reduzirem os seus preços, com o risco de serem desbancados pela concorrência dos produtos importados.

Para que a competência externa fosse efetiva como freio para o incremento dos preços, estimou-se necessário reduzir também as tarifas da alfândega, fixando-se um cronograma descendente em janeiro de 1979, que foi se antecipando no tempo para obter um efeito

²⁰ Esta medida iniciava-se com uma desvalorização do 5,23%, e previa reajustes posteriores do preço do dólar, em forma periódica e decrescente, até chegar a um tipo de câmbio fixo em princípio de 1981.

mais rápido no combate à inflação. Finalmente, em junho de 1980, eliminaram-se as tarifas daqueles bens que não eram produzidos no país e estabeleceu-se uma estrutura tarifária para aqueles que eram fabricados internamente com um máximo de 55%, que se reduziria paulatinamente até chegar aos 20% em 1984. (FERRER, 1981, p.86).

Estas duas últimas medidas complementavam-se com o enfoque monetário do balanço de pagamentos. Segundo este enfoque, a inflação pode ser atribuída exclusivamente à oferta de dinheiro, quando a economia encontra-se fechada às importações. No caso de uma economia aberta, o excesso de gastos provocado pela oferta excedente de dinheiro pode se derivar as importações, sem provocar inflação. Considera-se o resultado da balança comercial como uma situação derivada da relação entre as receitas e os gastos agregados da população do país. Quando estas receitas superam os gastos, temos superávit comercial e, quando se produz o contrário, temos um déficit. Neste contexto, a quantidade de dinheiro ajustara-se automaticamente ao nível da demanda; numa economia com tipo de câmbio fixo e perfeita flexibilidade dos preços em todos os mercados, um excesso de oferta de dinheiro estimula as importações. Deve-se comprar divisas para pagá-las, se livrando de moeda nacional, o que contraria a oferta monetária e conduziria ao equilíbrio. Transitariamente, as diferenças que se produzam entre as taxas de juros interna e externa provocam movimentos de capitais que regularam o processo de ajuste. (Cf. FIDE, 11/1980, n. 27).

As autoridades econômicas da Argentina tinham em mente este esquema ao delinear suas políticas. A reforma financeira do ano anterior implicava na liberalização total dos movimentos de capitais com o exterior. Supunha-se que a mobilidade de capitais era praticamente perfeita, isto é, que as diferenças nos rendimentos dos ativos financeiros provocariam movimentos de capitais num ou em outro sentido, que seriam igualados de maneira quase automática. Neste contexto, afirmava-se que o desequilíbrio do balanço de pagamentos era reflexo do que era produzido no mercado monetário. Portanto, as variações que os fluxos de bens e de capital provocariam sobre as reservas seriam suficientes para ajustar o mercado de dinheiro, com o qual a taxa de juros interna deveria tender a se igualar com a externa, mais a taxa de desvalorização. Dado que esta última devia decrescer no tempo até chegar a zero, a taxa de juros interna seria também convergente com a externa. Desta forma, chegar-se-ia rapidamente a uma economia

estável, na qual poderiam se manifestar as vantagens comparativas do país, sobrevivendo os setores competitivos no mercado mundial e otimizando a utilização de recursos. Mas estas previsões não se efetivaram já que os preços superaram de longe as taxas de desvalorização. Este comportamento imprevisto devia-se a um conjunto de bens e, em especial, de serviços, que não estava sujeito à competência externa²¹. Assim, o nível de preços continuou aumentando.

O progressivo atraso no câmbio estimulava a suposição de uma modificação do cronograma de desvalorizações, introduzindo um fator de risco que crescia com a persistente revalorização do peso. Esse risco elevava a taxa de juros, impedindo a convergência com a taxa internacional, tinha importantes efeitos sobre a economia toda. Em primeiro lugar, limitava o investimento produtivo a projetos com uma expectativa de taxa de lucro absurdamente alta. Em segundo, desviava importantes recursos do setor produtivo à especulação financeira, debilitando o crescimento econômico. Em terceiro, impunha uma diferenciação no financiamento dos projetos de investimento, segundo o tamanho de empresa: as grandes podiam conseguir recursos no exterior a taxas de juros muito mais baixas do que as médias e pequenas, já que estas não tinham acesso ao crédito internacional. Isto provocava diferenças na competitividade, não por fatores de eficiência microeconômica, mas sim pelo cenário macroeconômico artificialmente criado pela política econômica.

Por último, dado o contexto internacional caracterizado pelas baixas taxas de juros e sobre-oferta de capitais líquidos, estimulava-se a entrada de recursos do exterior. Estes fluxos eram, na sua maioria, capitais especulativos, que ao contrário de fortalecer as estruturas produtivas internas, alimentavam a valorização financeira a curto prazo. Por outro lado, contribuía para incrementar a instabilidade do sistema e as debilidades do mercado cambial, já que ao se retirar, extraíam mais divisas do que as que haviam entrado, devido aos lucros realizados. Assim, com o passar do tempo, agravava-se o desequilíbrio potencial do mercado de divisas, incrementando o risco de desvalorização e, portanto, pressionando ainda mais o aumento das taxas de juros, perpetuando um mecanismo perverso de destruição do aparato produtivo e de especulação financeira, o

²¹ Seja porque se tratava de alimentos frescos perecíveis, serviços não contratáveis no exterior, bens previstos monopolicamente pelo Estado ou setores protegidos pelas normas especiais, tais como restrições específicas sobre algumas importações ou regimes de promoção setorial.

que já gerava uma pesada dívida externa que hipotecaria o futuro do país. Ver a tabela 2, taxa de câmbio real.

Tabela 2 Taxa de câmbio real 1976-1983
(Índices da taxa de câmbio real efetivo, segundo semestre de 1990=100)

Período	Tcxagr	Tcxind	Tcimp	Tclivre	Tcvend
1976	210,2	142,1	121,2	182,3	93,2
1977	209,8	120,9	105,8	106,1	84,7
1978	175,4	96,2	84,6	83,9	68,9
1979	129,9	70,3	60,9	60,8	49,4
1980	125,8	58,6	50,4	50,4	41,8
1981	142,7	71,3	60,6	77,2	50,6
1982	156,1	110,1	100,1	141,9	87,1
1983	147,9	128,5	117,3	160,3	103,0

Tcxagr: taxa de câmbio de exportações agropecuárias

Tcxind: taxa de câmbio de exportações industriais.

Tcimp: taxa de câmbio de importações.

Tclivre: taxa de câmbio livre.

Tcvend: taxa de câmbio vendedor.

Fonte: Rozenwurcel, Guillermo e Sánchez, Marcelo, "El sector externo argentino desde la crisis de la deuda", Ciclos en la historia, la economía y la sociedad, n.6, Buenos Aires, 1994, apud Rapoport, 2008.

Como resultado desta reforma cambiária, no final de 1980 o valor real do peso em relação ao dólar era 40% superior ao de 1977. Esta medida cambiária potencializou os efeitos das políticas financeira e alfandegária, provocando uma reestruturação da relação de força entre as frações do capital.

Concluindo, se com as políticas alfandegárias, financeira e cambial o governo tentava desarticular a capacidade da indústria de determinar os preços e impulsionar a concentração da economia e a conseqüente subordinação de todas as frações empresariais ao capital financeiro, seu sucesso foi parcial. Estas medidas conseguiram impor uma nova relação de força entre as frações do capital, mas ao custo de consolidar ainda mais o poder de determinação dos preços por parte de um núcleo ainda mais reduzido, porém mais poderoso de empresas.

3.3.1 A evolução do plano

O novo enfoque da política econômica fortaleceu as tendências que se delineavam nas primeiras etapas do governo militar. Após um breve período de crescimento, a recessão provocada pela abertura comercial e o atraso cambiário manifestou-se severamente, deixando como saldo uma economia estancada: o PIB cresceu 2,3% entre 1975 e 1983.

Ver a tabela 3. composição do PIB.

Nem todos os setores foram afetados da mesma maneira. Os vinculados principalmente ao mercado interno, ou submetidos à competência da importação, sofreram uma queda muito pronunciada, como se pode observar nas estatísticas do setor da construção, que contraiu quase 30% no período 1975-1983. Na sua trajetória, houve uma etapa de auge até 1980, devido a grandes obras públicas em infra-estrutura.

A indústria mostrou um comportamento flutuante, ocultando uma profunda transformação estrutural, mas o resultado quantitativo foi uma contração de 12,4% no período. Contrariamente, o setor agropecuário e a exploração de recursos mineiros, com altos e baixos, conseguiram uma expansão, através de uma maior inserção exportadora. O primeiro cresceu 19%, e o segundo 29%.

Tabela 3 Composição do PIB 1975- 1983
(PIB a custo de fatores em australes a preços de 1970)

Setor	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	Variación 1975- 1983
PIB a custo de fatores	8.950,9	8.949,9	9.521,3	9.214,6	9.853,7	10.011,2	9.333,3	8.909,6	9.155,0	2,3
Produtores de mercadorias	4.640,3	4.712,7	5.034,7	4.778,0	5.093,7	4.969,4	4.512,8	4.385,6	4.596,8	-0,9
Agric, caza, silv e pesca	1.171,9	1.226,8	1.257,0	1.292,4	1.328,9	1.255,7	1.279,9	1.368,5	1394,4	19,0
Explot minas e canteiras	193,2	197,9	214,8	218,9	232,8	246,2	247,8	249,1	249,6	29,2
Ind manufacteireira	2.495,3	2.409,9	2.598,2	2.324,8	2.561,6	2.464,4	2.070,6	1.972,6	2.185,9	-12,4
Construções	527,2	605,8	679,7	647,4	644,4	651,8	567,1	437,3	380,1	-27,9
Eletricidade, gas e água	262,7	272,4	285,0	294,5	326,1	351,4	347,4	358,1	386,8	47,2
Produtores de serviços	4.310,6	4.237,1	4.486,7	4.436,5	4.760,0	5.041,8	4.820,5	4.523,0	4.558,3	5,7
Com. ata,varejo,rest e hot	1.341,8	1.296,8	1.401,0	1.314,0	1.478,0	1.618,9	1.463,0	1.291,6	1.319,0	-1,7
Transp. almac, comunic	959,1	953,0	1.003,8	981,8	1.054,2	1.065,9	1.019,4	991,7	1.033,3	7,7
Estab finan, seg e bem imóvel	633,8	607,4	691,5	738,1	796,9	895,2	847,4	750,0	697,8	10,1
Serv comum, soc e pers	1.375,2	1.379,8	1.390,4	1.402,7	1.430,8	1.461,8	1.490,7	1.489,8	1.508,2	9,6

Fonte: BCRA, apud Rapoport, 2008.

Um bom parâmetro da evolução de economia e da incidência da política econômica de Martínez de Hoz foi o setor financeiro, que começou com um lento crescimento no triênio 1976-1978, para se converter no epicentro de uma febril atividade especulativa entre 1979 e 1981, quando o ministro se encontrava no auge do poder; em 1980, sua contribuição ao PIB foi um incremento de mais de 40% comparado com 1975. A partir deste momento, o declínio e afastamento de Martínez de Hoz da função pública, sobrepos-se à uma crise econômica escandalosa e à queda do circuito financeiro. Ainda que em 1983 sua atividade fosse 10% mais elevada que ao assumir o governo militar, já tinha descendido mais que 22% em relação ao momento de maior auge.

A política econômica teve também uma importante incidência na evolução do comércio exterior. Simultaneamente às transformações produtivas em relação ao declínio do mercado interno, as exportações triplicaram-se entre 1975 e 1981. Durante o último período da década de 70, a Argentina viu-se favorecida pelos termos de intercâmbio mais elevados que no quinquênio anterior, a tal ponto que os preços das exportações em 1980 eram duas vezes e meia superiores aos de 1970. O quantum das exportações também duplicou no transcorrer da década, de modo que o crescimento das vendas ao exterior devia-se tanto a maiores quantidades exportadas, quanto a melhores preços. Ver a Tabela 4 evolução das exportações e principais índices de exportação.

A partir de 1976, transformar-se-ia o perfil comercial da Argentina. Sob as novas condições, as vendas externas se concentrariam cada vez mais em um reduzido grupo de produtos agropecuários e mineiros e seus derivados, a partir da transformação dos processos industriais. Começaram a crescer as quantidades de carnes, de azeites vegetais, de derivados de gás e petróleo, de metais ferrosos e não ferrosos, de peixe, atividades que se consolidariam na década seguinte. Uma percentagem importante das exportações continuou vinculada às colocações de cereais, que triplicaram e geraram aproximadamente 30% das vendas ao exterior.

A expansão da exportação de grãos tem relação, desde a demanda, com a assinatura de acordos com a URSS, que transformaram temporariamente este no principal comprador de produtos argentinos, superando quantitativamente em alguns momentos a Comunidade

Tabela 4 Evolução das exportações e principais categorias de exportação: 1975-1983
(em mil de dólares)

Categoria	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Carnes e miúdos comest	172.729	348.690	444.190	535.777	879.047	686.918	677.643	598.786	430.084
Frutos, casca citrus e melões	116.862	135.096	180.286	226.721	226.129	197.352	175.260	182.455	134.009
Cereais	1.067.182	1.175.010	1.504.377	1.223.732	1.605.664	1.631.459	2.830.008	1.822.180	2.894.058
Sementes e frutos oleaginosos	6.745	23.056	209.678	567.163	758.844	671.373	648.223	459.665	365.740
Gorduras e óleos	91.380	175.669	369.836	390.583	540.180	523.737	394.835	429.326	538.157
Prep carne, peixe, etc	116.456	176.502	198.394	261.953	350.038	281.912	254.186	207.557	173.722
Resíduos e desperdiços de ind aliment	141.402	227.231	356.214	349.537	408.847	412.718	397.031	438.617	644.337
Combust e óleos minerais	14.456	19.472	27.552	53.024	49.517	279.717	622.051	551.851	348.790
Peles e couros	71.573	152.117	210.620	278.073	461.583	362.934	388.285	298.290	264.330
Lã, pelos e crina	109.609	142.386	242.415	251.921	238.957	285.950	337.429	223.667	188.007
Arrabio, ferro, acero	48.947	119.357	105.657	252.218	220.846	157.726	268.738	351.332	207.201
Caldeiras, maq e artefatos mecânicos	187.597	169.705	203.564	227.496	236.795	280.667	256.544	250.371	152.245
Total	2.961.264	3.916.058	5.650.240	6.399.590	7.809.924	8.021.418	9.143.044	7.624.936	7.836.063

Fonte: Indec, apud Rapoport, 2008.

Econômica Europeia como conjunto. A União Soviética chegou a ser o receptor de quase 80% das exportações argentinas de cereais e de 20% das de carnes²².

As exportações argentinas registraram um incremento generalizado, que abarcou todos os destinos. Mas, com algumas regiões, o crescimento foi mais intenso, especialmente com a URSS e os E.U.A. Com outras, contrariamente, da alta sucedeu-se uma baixa, como com a CEE e os países latino-americanos integrantes do ALADI. Ver a tabela 5 Exportações argentinas por regiões.

O comportamento das importações foi diferente em relação ao das exportações. Entretanto estas últimas tendiam a se concentrar em um conjunto reduzido de bens, e as importações diversificaram-se, crescendo ainda mais do que as vendas, especialmente a partir de 1979. Esta evolução tinha muita relação com o novo enfoque da política econômica aplicada a partir deste ano, que favorecia o *boom* importador. A redução das tarifas e o atraso no câmbio incentivavam a entrada de produtos importados, ao situá-los numa posição competitiva privilegiada, frente à produção nacional. Isto é, em iguais condições microeconômicas de produção, os bens importados podiam ser colocados no mercado a um preço inferior.

Os estímulos comerciais à importação complementavam-se com um generoso acesso ao crédito internacional, que permitia financiar as compras, apesar da contração da produção interna e da conseqüente diminuição de recursos disponíveis.

Se o *boom* importador foi geral, como podemos ver na tabela 6, sua incidência destacou-se nos bens de consumo duráveis, tais como eletrodomésticos, bens suntuários e na importação de bens de capital. Mas note-se que ainda que tenha aumentado a compra de bens de capital importados, a produção interna diminuiu muito mais, o que indicava que o ritmo de incorporação de maquinário diminuiu com relação ao passado.

Tabela 6. Evolução das importações argentinas e principais categorias de importação.

Um aspecto oculto nas estatísticas globais foram as volumosas importações de armamentos, nas quais a República Federal da Alemanha teve um papel significativo.

²² O comércio bilateral mostrava um notório desbalanço a favor da Argentina, que tratava de se compensar com convênios pesqueiros, a colaboração em material de energia nuclear, a concretização de diversos projetos de infra-estrutura e um incremento nas compras argentinas de maquinarias e veículos de diversos tipos.

Tabela 5 Exportações argentinas por regiões 1976 – 1983
(em milhões de dólares)

Região	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
América	1.529,0	2.024,3	2.279,3	2.748,1	2.724,5	2.813,0	2.668,3	2.036,7
ALADI	1.030,9	1.371,7	1.513,0	2.011,5	1.730,7	1.818,1	1.514,7	1.026,8
Estados Unidos	269,9	382,6	536,6	568,9	696,0	843,0	1.008,0	755,1
Resto de América	228,2	270,0	229,7	167,7	297,8	151,9	145,6	254,8
Europa	1.653,1	2.472,2	2.800,2	3.383,8	2.741,7	2.469,6	2.045,5	2.029,7
Mercado Comum Europeu	1.268,4	1.774,2	2.146,2	2.525,6	2.172,4	1.954,8	1.626,0	1.656,1
Europa Oriental	79,2	249,2	146,5	198,5	197,2	150,3	88,7	98,0
Resto da Europa	305,5	448,8	507,5	659,7	372,1	364,5	330,8	275,6
África	154,3	250,8	183,0	295,9	219,4	255,1	398,1	421,8
Petroleiros de África	100,0	135,3	109,8	215,9	151,8	171,7	297,1	196,1
Resto da África	54,3	115,5	73,2	80,0	67,6	83,4	101,0	225,7
Ásia	576,2	900,6	1.131,5	1.376,4	2.328,6	3.594,7	2.508,6	3.337,0
Japão	209,2	307,7	380,6	395,4	210,9	166,0	283,1	376,6
URSS	219,1	210,7	385,5	415,3	1.614,2	2.963,0	1.586,3	1.635,8
Petroleiros de Ásia	34,1	68,5	79,3	113,5	127,2	132,7	287,5	462,1
Resto de Ásia	113,8	313,7	286,1	452,2	376,3	333,0	351,7	862,5
Oceania	3,4	3,6	5,5	5,7	7,2	10,6	4,3	10,7

Fonte: Indec, apud Rapoport, 2008.

Tabela 6 Evolução das importações argentinas e principais categorias de importação: 1975 – 1983
(em mil de dólares)

Categoria	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Café, chá, mate e especiais	68.839	79.147	111.090	82.138	118.787	116.735	89.769	85.577	64.971
Combust e óleos minerais	527.405	542.984	685.000	480.981	1.117.953	1.092.804	1.031.377	687.864	470.055
Prod químicos inorgânicos	120.160	76.750	95.044	80.348	187.041	184.278	164.824	158.907	126.275
Prod quim orgânicos	324.995	279.371	306.685	253.352	364.316	473.779	417.559	402.260	439.086
Prod vários de ind. quim.	89.983	73.859	94.372	89.385	120.337	175.010	171.753	159.549	177.029
Mat. plast artif	112.608	73.322	76.087	100.125	242.553	131.420	302.164	186.342	185.427
Madeiras, carbão vegetal,etc	95.000	29.304	46.689	48.112	115.967	179.201	120.371	58.065	56.178
Papel e papelão	109.563	77.273	103.223	112.168	127.612	234.243	216.014	99.320	95.374
Arrabio, ferro, acero	807.834	394.887	407.817	273.903	410.103	685.381	474.218	372.664	356.089
Cobre	68.862	51.997	61.330	56.054	106.067	101.335	63.050	903.059	58.817
Caldeiras, maq e art mecânicos	499.817	482.314	771.539	806.933	1.029.713	1.887.279	1.715.099	575.204	738.730
Maq e aparatos elétricos	140.951	125.107	226.743	289.834	399.526	1.106.843	1.195.270	214.855	375.901
Veículos, tratores e carros	105.117	98.145	168.274	159.562	321.243	850.423	760.109	214.855	198.978
Total	3.946.501	3.033.004	4.161.539	3.833.655	6.700.055	10.540.612	9.430.226	5.336.914	4.504.356

Fonte: Indec, apud Rapoport, 2008.

Depois de 1977 o governo americano decretou um embargo à Argentina em relação à provisão de armamentos, pelas severas violações aos direitos humanos. Desta forma, a RFA transformou-se no primeiro provedor destes produtos para Argentina, que converteu-se reciprocamente no primeiro comprador de armas da RFA, do mundo subdesenvolvido²³.

No seu esquema comercial, a Argentina reeditava temporariamente uma relação triangular²⁴. Agora os outros dois vértices do triângulo envolviam a URSS e os Estados Unidos. No novo triângulo comercial, a compensação dos saldos negativos com os E.U.A. conseguia-se com o comércio da URSS. Ver a tabela 7. O novo triângulo comercial.

Tabela 7 O novo triângulo comercial 1979-1983
(em milhões de dólares)

Ano	Estados Unidos					União Soviética				
	X	%	M	%	Saldo	X	%	M	%	Saldo
1979	569	7,3	1.049	21,0	-840	415	5,3	30	0,5	+385
1980	696	8,7	2.362	22,4	-1.666	1.614	20,1	14	0,1	+1.600
1981	843	9,2	2.072	22,0	-1.229	2.963	30,8	32	0,3	+2.931
1982	1.008	13,2	1.160	21,7	-152	1.586	20,8	28	0,5	+1.558
1983	755	10,0	973	22,0	-218	1.636	21,0	31	1,0	+1.605
1979-1983	3.871	9,6	7.975	21,8	-4.105	8.214	20,3	135	0,4	+8.079

Fontes: Indec; Rapoport, Mario “Las relaciones argentino-soviéticas en el contexto internacional: un análisis histórico”, The Wilson Center Working Paper, n. 173, Washington, 1986 apud, Rapoport, 2008.

²³ Segundo estatísticas alemãs, as exportações de armamentos à Argentina, autorizadas pelo governo federal entre 1980 e 1981, somam 2.500 milhões de marcos, frente as exportações totais à Alemanha, num total de 4.646 milhões de marcos. Se a isto acrescenta-se a existência comprovada de exportações ilegais de armas, pode-se explicar uma parte do extraordinário impulso das exportações alemãs à Argentina, que em 1980 eram 152% mais altas do que em 1975, e que só diminuíram notoriamente durante a Guerra das Malvinas, como consequência do embargo comercial da Comunidade Econômica Europeia à Argentina. Thun, Tino, Menschenrechte und Außenpolitik: Bundesrepublik Deutschland-Argentinien, 1976-1983, Bremen, 1985, págs. 129-133 e Musacchio, Andres, “Los determinantes del comercio argentino con Alemania: 1960-1990”, Primeras Jornadas de historia política exterior de la Argentina, Córdoba, 1993.

²⁴ Como a observada nos anos 20 e 30 com E.U.A. e Grã Bretanha e nos anos 50 e 60 com E.U.A. e a CEE.

Tratava-se de um sistema triangular espontâneo e não negociado, o que conduzia a fortes tensões econômicas, comerciais e políticas. Por um lado, a União Soviética pressionava para diminuir seu déficit comercial por meio de investimentos ou vendas de produtos; pelo outro, o peso da dívida externa, em especial com a banca norte-americana, criava elementos de pressão opostos aos que funcionavam do lado soviético, pois os credores podiam impôr condições que afetariam o comércio com a URSS ou regulassem-no em função de suas próprias necessidades. Mas existiam também motivos adicionais de disputa. Em primeiro lugar, as exportações argentinas à URSS concorriam com as norte-americanas. Em segundo lugar, os Estados Unidos e a URSS encontravam-se num período de confronto político e econômico, um momento difícil que esteve constituído pelo bloqueio comercial decretado por Carter, ao qual a Argentina não aderiu. Neste caso, a relação triangular conduzia a notórias tensões políticas. (RAPOPORT, 1986, p.18-21; LAVAGNA, 1998, p.59 e 60).

Com relação ao comércio exterior no geral, pode-se observar que os estímulos à exportação, as restrições ao consumo e a tendência recessiva, características da economia argentina durante os primeiros anos do regime militar, conseguiram superar o grande déficit comercial de 1975 e transformá-lo num superávit. Mas esta tendência teve um ponto de inflexão no segundo semestre de 1979, momento de mudança na estratégia da política econômica. Mesmo tendo maior volume de exportações, o comércio exterior converteu-se numa fonte de drenagem de divisas, que só se manteve enquanto existia a corrente de créditos externos. A situação foi revertida quando a recessão fez diminuir as importações. Ver a tabela 8. saldo da balança comercial.

Tabela 8. Saldo da balança comercial 1976-1983
(em milhões de dólares)

Ano	Primeiro semestre	Segundo semestre	Total
1976	412	470	882
1977	1.054	436	1.490
1978	1.412	1.153	2.565
1979	1.355	-253	1.102
1980	-585	-1.942	-2.527
1981	-376	89	-287
1982	1.700	589	2.289
1983	1.881	1.453	3.334

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio Exterior sobre base de dados do Indec, apud Rapoport, 2008

A outra face do déficit comercial era um incremento da dívida externa, não sendo as importações o único ou principal fator que ocasionava tal endividamento, na ocasião.

3.4. O endividamento externo

Em 1976, a dívida externa pública era de U\$S 6.648 milhões e os passivos privados de U\$S 3.091 milhões; cinco anos mais tarde, quando Martínez de Hoz deixou seu poderoso cargo, o país devia ao exterior U\$S 35.671 milhões, 48% do PIB e 390,4% das vendas ao exterior, divididos entre U\$S 20.024 milhões do Estado e U\$S 15.647 milhões da esfera privada.

Uma década depois, os compromissos externos atingiram U\$S 61.334 milhões. (KANENGUISER, 2003, p. 29)

A segunda metade da década de 70 caracterizou-se pela grande liquidez nos mercados financeiros mundiais, fruto do volumoso déficit na conta corrente norte-americana e dos saldos comerciais positivos dos países da OPEP, que ampliavam ainda mais a magnitude dos fundos prestáveis. Entretanto as baixas taxas de crescimento dos países desenvolvidos diminuía a demanda de créditos com fins produtivos.

Neste contexto, os países subdesenvolvidos, e especialmente a América Latina, começaram a ter um importante papel como tomadores de créditos para financiar seus déficits comerciais, cobrir suas necessidades de recursos para prosseguir com as estratégias de industrialização -solvendo as despesas do Estado ou para desenvolver novas estratégias em matéria financeira. Os grandes bancos encontravam-se particularmente interessados nestes novos tomadores de crédito, porque assim poderiam compensar a redução das colocações nos países desenvolvidos e expandir geograficamente seus negócios, favorecidos ainda pela possibilidade de cobrar juros variáveis e, dado o maior risco que representavam os novos tomadores, impor taxas mais altas, com as quais acreditava-se possível evitar o risco creditício global da carteira. Assim, um governo autoritário e uma equipe econômica de matiz liberal conformavam um excelente cliente para esta fluidez de petrodólares. Após a agitação do último governo justicialista, os investidores apreciavam uma equipe econômica que prometia

estabilidade, apoiada numa estratégia de governo destinada a eliminar qualquer sinal de oposição.

A equipe econômica começou com uma mistura de medidas destinadas a congelar os salários e a restringir a circulação monetária para conter o aumento dos preços, que fracassou e obrigou o ministro a ordenar, longe de seu ideário liberal, uma trégua de preços por 120 dias. A partir de então mudou o foco da política econômica e desde este momento se semearam as causas da crise que explodiria três anos mais tarde.

Esta nova política econômica aplicada por Martínez de Hoz, supunha um modelo rentístico-financeiro e criou uma série de condições que situavam a Argentina num lugar privilegiado como receptor de recursos. A reforma financeira de 1977 liberava por completo o movimento de capitais de todo tipo com o exterior, liberando as taxas de juros, reduzindo ao mínimo as exigências para a abertura de entidades bancárias, além de uma profunda abertura comercial. Assumia-se que os desequilíbrios fiscais e comerciais poderiam ser financiados principalmente com recursos externos. Por fim, a taxa de juros situava-se em níveis superiores aos internacionais, estimulando o ingresso de fundos e o movimento especulativo. Desta forma, os empréstimos para a Argentina ocuparam um lugar importante na carteira da banca internacional²⁵. Um outro aspecto facilitador na obtenção destes empréstimos foram os vínculos de Martínez de Hoz e de parte de sua equipe (Guillermo Walter Klein, Adolfo Diz, Christian Zimmerman e outros) com a banca internacional, especialmente norte-americana. Esta política foi inspirada pelos preceitos monetaristas da chamada “Escola de Chicago”, a qual aderiam funcionários como Klein, Alejandro Estrada e Alberto Grimoldi, entre outros. A maioria deles tinha vínculo com uma instituição acadêmica que propiciava essa linha de pensamento e era financiada pelas maiores empresas do país: a Fundação de Investigações Econômicas Latino-americanas (FIEL).

A seguir alguns fatos e acontecimentos curiosos que envolveram o contexto político e econômico da época alguns fatos curiosos.

Em 26 de fevereiro de 1976 o FMI anunciou que não daria nenhum passo a mais até que não se esclarecesse o panorama político institucional, isto é, até que o governo de Isabel Martinez de Peron não terminasse de se desintegrar.

²⁵ Somente superada na América Latina pelo Brasil e México.

Conjuntamente com Di Tella negociava Ricardo Arriazu, um jovem tucumano chegado ao governo justicialista pela mão do ministro Alfredo Gomez Morales em 1974, que já tinha representado a Argentina no FMI aos 26 anos e logo passaria para a história como o pai intelectual da “tablita” e da conta de regulação monetária, dois pilares do esquema econômico da ditadura militar. Apesar da sua juventude, Arriazu estava familiarizado com os códigos de Washington, mas não pôde esconder a preocupação quando estava negociando um novo programa de ajuda no prédio do FMI e avisaram-lhe de que outro ministro de Economia tinha renunciado em Buenos Aires. Quando recomposto, pediu a seus interlocutores que não suspendessem a negociação, porque com um ou outro ministro, com este ou outro governo, o Fundo teria que negociar com o país.

Foi justamente Adolfo Diz, mentor intelectual de Arriazu, o encarregado de dar continuidade às negociações com seus velhos colegas do Fundo Monetário, depois do golpe militar. Ele tinha deixado a instituição multilateral em 1968, mas oito anos mais tarde ainda conservava bons amigos no edifício das ruas 19 e H. Entre eles, destacava-se o diretor executivo, Bill Dale, com quem costumava intercambiar charutos caríssimos, e Jorge del Canto, do Departamento do Hemisfério Ocidental, a área encarregada de auditar a Argentina. Vito Tanzi, encarregado de assuntos fiscais do organismo de crédito, também transformou-se em torcedor do novo plano econômico.

À ociosidade do FMI antes da derrocada, sucedeu-se uma desesperada atitude para se reconciliar com o novo governo argentino: assim, após o golpe enviou-se uma parcela de U\$S 127,6 milhões que tinha sido reclamada sem êxito durante um ano pelos técnicos justicialistas e, uma semana depois, Del Canto chamou Diz para lhe oferecer o envio de uma missão negociadora, mas o presidente do Banco Central e o ministro de Economia decidiram que era necessário esperar três meses para que a situação econômica se acalmasse, antes de tomar um novo compromisso formal. Talvez, esta tenha sido uma das poucas decisões que ambos tenham tomado em total consonância durante os cinco anos de gestão conjunta. Com estilos muito diferentes, Martínez de Hoz²⁶ e Diz²⁷ se complementavam, mas nunca chegaram a confiar demasiado um no outro.

²⁶ O ministro, um advogado especialista em direito agrário de origem democristiano que estudou em Cambridge, vinha de uma família terratenente mas possuía sólidos vínculos no setor industrial por haver

A Martínez de Hoz desagradava o pouco entusiasmo que Diz colocava em público para defender o plano econômico, mas reconhecia seu trabalho como conceituado elo com o Fundo Monetário. David Rockefeller²⁸ e José Alfredo Martínez de Hoz²⁹ construíram uma grande amizade a partir de 1964, quando integrantes do governo radical de Arturo Illia -anti-peronistas- pediram ao ex-funcionário da administração de Guido que se encarregasse da Seção Argentina do Conselho Interamericano do Comércio Internacional. Rockefeller recebeu com agrado a nomeação de Martínez de Hoz e teve uma atitude que comoveu o novo ministro, ao organizar um jantar com importantes empresários norte-americanos numa sexta-feira à noite em Nova York.

“Es muy obvio para mi, como para todo o segmento bancario y económico internacional, que las medidas de su programa han sido muy pero muy exitosas para resucitar la economía de la Argentina. Es más, sus esfuerzos han sido altamente beneficiosos para restaurar un sentido de solidez económica que hace mucho tiempo no se veía en el país”, entusiasmou-se Rockefeller em declarações à imprensa argentina. (KANENGUISER, 2003, p 24)

O governo republicano de Gerald Ford também recebeu de braços abertos o novo homem forte da Argentina. Willam Simon, secretário do Tesouro, elogiou sem restrições os planos de Martínez de Hoz. Mas seu principal lobbista em Washington foi o controverso secretário de Estado, Henry Kissinger³⁰, que na primeira visita do ministro argentino à capital dos Estados Unidos, em junho de 1976, ficou encantado com os

encabeçado a empresa siderúrgica Acindar e contava com uma extensa trajetória como funcionário que tinha começado em Salta em 1955 como titular de Economia, Finanças e Obras Públicas, da intervenção de Alejandro Lastra durante o governo de facto de Aramburu.

²⁷ Doutorado na ortodoxa Universidade de Chicago e com mais background acadêmico do que experiência prática, o amável presidente do BCRA teria preferido um plano de ajuste fiscal menos gradualista, ao estilo que predicava o adversário mais importante de Martínez de Hoz, Alvaro Alsogaray.

²⁸ David foi o encarregado de custodiar o legado do seu avô John, um homem rico de má fama que construiu a poderosa empresa petrolífera Standard Oil e que comprou o Chase Manhattan Bank em 1930. O jovem converteu-se em presidente do Chase em 1969 e a partir de então construiu o seu próprio império, que incluiu atividades tão diversas como a filantropia e a Comissão Trilateral.

²⁹ Em paralelo, ao sul do rio Bravo, Martínez de Hoz não só dirigia a Acindar desde 1968 –desde a morte de Arturo Acevedo pai-, mas também o Conselho Empresario Argentino e criou, depois da queda de Onganía, um *think tank* de direita que incluía Adalberto Krieger Vasena, Moyano Llerena e o Ministro de Justiça de Lanusse, Jaime Perriau. O autodenominado “Grupo Perriau” procurou –e conseguiu em boa medida- domesticar as ideias nacionalistas dos militares, demonstrando-lhes os defeitos da experiência peruana de Velasco Alvarado.

³⁰ Henry Kissinger trabalhou na administração Nixon.

planos de ditadura e com as oportunidades de negócios que se abriam no país para os investidores estrangeiros.

Naquela primeira incursão em Washington como ministro, Martínez de Hoz também recebeu o apoio fundamental do presidente do Banco Mundial, Robert McNamara e de Antonio Ortiz Mena, seu antigo amigo que encabeçava o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e que afirmava, sem temor de se equivocar, que os países em desenvolvimento não tinham o que temer ao se endividar de forma irrestrita.

Mesmo com o financiamento de U\$S 1.000 milhões da dívida entre organismos multilaterais, governos e bancos comerciais, durante a gestão de Ford, a ascensão de uma administração democrata em 20 de janeiro de 1977, já no governo de Jimmy Carter - fortemente preocupada pela violação aos direitos humanos na América Latina- poderia constituir um obstáculo para os ambiciosos planos do regime militar quanto ao endividamento externo. De fato, a primeira medida do governo democrata foi reduzir de U\$S 32 milhões para U\$S 16 milhões a assistência financeira outorgada por Ford à Argentina em 1976. Martínez de Hoz sofreu os questionamentos do novo secretário do Tesouro, Michael Blumenthal, durante a reunião anual do BID em meados de maio de 1977. Aterrorizado pelas insistentes perguntas sobre a repressão, o ministro argentino tentava evitar Blumenthal em cada corredor do luxuoso hotel de Cancun, que hospedava a convenção do BID. Mas os goles mais amargos da administração Carter para o governo militar originaram-se no Departamento de Estado gerenciado por Cyrus Vance e, em particular, com Patrice Derian, Subsecretaria para Direitos Humanos -alvo de constantes ataques por parte de Junta Militar e de seus generosos agentes de propaganda, que a indicavam como uma das líderes da denominada “campanha anti-argentina” no exterior- por suas denúncias contra a tortura e o desaparecimento de pessoas. (KANENGUISER, 2003, p.26)

Outro colaborador do Ministro foi Francisco Soldati³¹ que não era um diretor qualquer do Banco Central. Soldati começou cedo sua carreira na função pública como o humilde assistente do primeiro ministro de Economia de Illia, Eugenio Blanco. Diretor do Banco

³¹ Refinado e culto, oficiava como nexos tanto entre a entidade monetária e o Ministério de Economia quanto entre a Argentina e seus credores privados. Educado na Suíça, junto ao rei Juan Carlos de Espanha, tinha a qualidade de aparecer em cada coquetel de nível, mas sem ficar mais do que meia hora, tempo suficiente para cumprimentar as figuras-chaves da reunião e para que os outros convidados notassem a sua presença.

Central desde maio de 1976 –três anos antes do que o movimento Montoneros assassinasse seu pai, Francisco, num dos atentados pelo qual Mario Firmenich foi condenado em 1988 - reconhecia como ninguém os melhores lugares para obter financiamento internacional de forma simples. O “Lejano Oriente”, por exemplo, onde os bancos japoneses estavam ávidos por colocar seus excedentes financeiros, ou Wall Street, onde os bancos não compartilhavam os cuidados da administração Carter em relação à Argentina.

Soldati conseguiu o primeiro crédito para a ditadura militar no seu amado “Viejo Continente”, através do Banco Europeu para América Latina. Sem atender aos protestos de alguns grupos civis internacionais pela violação aos direitos humanos na Argentina, o governo belga avaliou esta operação em U\$S 65 milhões, sedento por vender suas sofisticadas armas aos militares, com o mesmo pragmatismo que guiou por aqueles anos a França e a Alemanha, entre outros países.

Ao lado de Soldati, Ricardo Arriazu (economista tucumano, convencido de sua inteligência e da taxa de câmbio fixa) integrava a dupla de colaboradores mais próximos de Adolfo Diz no Banco Central. Desde sua nomeação, o presidente do Banco Central reunia ambos duas vezes ao dia no “Comitê de crise”, destinado a frear a forte inflação que castigava o país: pela manhã, para decidir as medidas que seriam tomadas para que a situação não explodisse e à noite para avaliar as estratégias adotadas. Em março de 1976 a inflação chegou a 37,6% a.a e depois desceu, mas em 1978 atingiu 175% anual e em 1980, 100%.

Segundo Aldo Ferrer (FERRER, 1983), podem ser identificadas duas etapas no processo do endividamento argentino. A primeira transcorreu entre 1976 e 1979 e teve o setor público como principal protagonista. Dadas as dificuldades para se obter o crédito interno, a necessidade de financiamento orientou-se para a banca internacional. Grande parte dos empréstimos dirigiu-se à formação de uma importante reserva de divisas, que aumentou em quase 10.000 milhões de dólares durante o triênio e que tinha como objetivo fortalecer as condições para a futura implementação de uma política de estabilização, baseada na utilização do tipo de câmbio como âncora do sistema de preços. A manipulação das reservas levou, segundo o autor, a um negócio formidável para a

intermediação financeira. Para o Estado esta estratégia representou um custo estimado de U\$S 500 milhões, devido ao pagamento de juros.

A segunda etapa, entre 1980 e 1981, relacionou-se com o novo enfoque do programa econômico e os desequilíbrios que este provocou nas diversas linhas do balanço de pagamentos. A abertura comercial e o atraso cambiário incrementaram a demanda de importações, as viagens turísticas ao exterior³² e a remissão de utilidades e regalias do capital e a tecnologia estrangeira, provocando assim um déficit comercial e de conta corrente. Iniciou-se também o crescimento acelerado do endividamento do empresariado que, de forma geral, respondia à especulação ou fuga de capitais. Produziu-se também um incremento de atribuições não identificadas no balanço de pagamentos, que incluíam fuga de capitais, compras de material bélico por parte do Estado para os conflitos com o país vizinho, Chile, e a preparação silenciosa para o desembarque nas Ilhas Malvinas. (Cf. CALCAGNO, 1985; FERRER, 1983). Ver a tabela 9. Endividamento externo da Argentina.

Tabela 9 Endividamento externo da Argentina 1975 – 1983
(em milhões de dólares)

Ano	Setor publico	Setor privado	Total	Varição de reservas
1975	4.941	9.144	8.085	-791,1
1976	6.648	3.091	9.738	1.192,4
1977	8.127	3.635	11.762	2.226,5
1978	9.453	4.210	13.663	1.998,4
1979	9.960	9.074	19.034	4.442,4
1980	14.450	12.703	27.162	-2.796,1
1981	20.024	15.647	35.671	-3.433,1
1982	28.798	14.836	43.634	-5.080,5
1983	31.561	13.526	45.069	-4.204,3

Fonte: BCRA; BAC (1987), e Calcagno, Alfredo e Calcagno, Eric, La deuda externa explicada a todos, Buenos Aires, 1999, apud Rapoport, 2008.

³²

Safáris em Africa realizados pelo ministro de Economia.

Na primeira etapa, o endividamento mostrava-se no crescimento das reservas, na segunda, a saída das mesmas representou mais do 60% do novo endividamento contraído. Após um grande ingresso de capitais, registrado em 1979 pelas altas taxas internas que permitiam lucro em dólares de 50% anuais, começou a ascender uma espiral de desconfiança em relação ao esquema da “tablita”, lançada em pleno conflito com o Chile, pelo canal de Beagle. A “tablita” baseava-se na fixação antecipada do tipo de câmbio, com um cronograma de desvalorizações decrescentes que deviam convergir com a taxa inflacionária num período de oito meses e que, ao fracassar, disparou uma forte fuga de divisas à medida que o atraso no câmbio aumentava. Entretanto, outros dois instrumentos do Banco Central contribuíram para acender a fogueira do endividamento: a remuneração dos encaixes por meio da conta de regulação monetária –um sistema do qual os técnicos do BCRA suspeitavam que era fraudulento pela pouca capacidade de controle que tinha a entidade monetária sobre as colocações imobilizadas em cada entidade e que custou o valor equivalente a um déficit e meio anual do Estado - e a garantia total dos depósitos, que absorveu U\$S 5.900 milhões das finanças públicas. Em 1980, quando a dívida subiu a U\$S 4.500 milhões e já totalizava os U\$S 20.000 milhões, os quatro bancos mais importantes do sistema foram liquidados, com o 12,7% dos depósitos totais em seu poder, deixando em evidência auto-empréstimos milionários gerados pela temível combinação de um esquema de irrestrita abertura financeira e a falta total de supervisão por parte do Banco Central.

Quando ocorreu o aumento das taxas internacionais, dada a estratégia do presidente da Reserva Federal, Paul Volcker, para frear a inflação dos Estados Unidos, o Estado nacional já havia se endividado no exterior de forma irresponsável, através das empresas estatais para um suposto programa de investimento público, questionado posteriormente pelos integrantes mais fiscalistas da equipe econômica. Na realidade, segundo estes ex-funcionários, o plano foi utilizado para financiar sobrepreços, em níveis siderais - o Mundial de 78, de U\$S 700 milhões, centrais atômicas e hidroelétricas gigantescas como Yaciretá e uma promoção industrial sem indústrias e, como admitiu um funcionário desta equipe, entre outros projetos - o custeio de um programa armamentista desproporcional para as necessidades do país que, segundo o Banco Mundial, consumiu aproximadamente U\$S 10.000 milhões.

A hegemonia do setor financeiro incentivou as práticas especulativas. Vale mencionar dois exemplos ilustrativos. O primeiro foi o aproveitamento do diferencial de taxas de juros, interna e externa. Outro mecanismo importante foi o do seguro de câmbio, estabelecido pelo Banco Central em junho de 1981, cobrindo o pagamento de créditos externos privados de até 18 meses. Este seguro significou um subsídio que foi amplamente utilizado pelo setor privado, inclusive mediante a prática de auto-empréstimo.

Um outro aspecto importante do processo de endividamento foi o relacionado com as empresas públicas. O mecanismo era tomar empréstimos no exterior para incrementar as divisas ficando endividada a empresa pública, que liquidava os fundos no Banco Central e recebia pesos sem a garantia do seguro de câmbio, diferentemente do que ocorreria com as empresas privadas – e sem se refletir na qualidade dos serviços prestados por estas companhias. Yacimientos Petroliferos Fiscales (YPF) foi o caso emblemático deste processo de endividamento fictício das empresas públicas, com U\$S 7.763 milhões de aumento na dívida de 1976 até 1981, única empresa petroleira do mundo com perdas. Na mesma situação, encontravam-se SEGBA (eletricidade) com U\$S 2.062 milhões, ENTEL (telefônica) com U\$S 1.177 milhões, ELMA com U\$S 1.323 milhões, SOMISA com U\$S 1.221 milhões, Aerolíneas Argentinas, Agua y Energia, e Gas del Estado.

Assim, este esquema tornava-se explosivo.

Capítulo II

A Argentina da década de 1980

1. A política econômica e a herança do governo militar (1976-1983)

Após a conclusão do período conhecido na história argentina como “Processo”³³, o governo militar passa aos civis, retornando-se assim à democracia.

As “Fuerzas Armadas”, convocaram eleições gerais no primeiro dia de novembro de 1983 sendo dois os motivos principais: a evidente incapacidade do controle da gestão político-econômica do país e a derrota na Guerra das Malvinas.

O governo constitucional foi representado pelo presidente eleito Raúl Alfonsín, candidato do partido radical U.C.R (União Cívica Radical) eleito com 52% dos votos da fórmula rival justicialista comandada por Ítalo Luder, sendo o vice-presidente Victor Martinez.

O presidente e sua equipe receberam um país com uma pesada herança, consequência dos sete anos de governo de militar. O país estava em plena recessão, com o nível de desemprego em ascensão, a inflação em mais de 400% a.a, uma dívida externa de U\$\$ 46.200 milhões, valor que representava quase 70% de PIB e sem reservas internacionais. Entretanto, nem todos estes problemas eram conhecidos pelas futuras equipes econômicas, devido à falta de transparência nas informações estatísticas e documentais e pelos valores duvidosos apresentados oficialmente pelas autoridades que deixavam o poder³⁴. Além disso, também foram encontradas diversas irregularidades nas contas públicas³⁵. Assim surgiram estes grandes desafios para o governo constitucional.

³³ Processo: período do governo militar entre o golpe de Estado de 1976 e as eleições de 1983.

³⁴ Tal foi o caso das reservas disponíveis. O balanço semanal do Banco Central registrava um estoque superior a U\$\$ 1.500 milhões, mas na segunda semana de dezembro, antes da transição de poder, saldou-se uma dívida pela compra de armas para o conflito das Malvinas deixando, assim, o nível das reservas quase esgotado. Ver Cf. Trever, Salvador. La economía argentina actual: 1970-1987. Buenos Aires, 1987.

³⁵ Por exemplo: partidas atendidas sem autorização orçamentária, compromissos de pagamento futuro e de prazos peremptórios, obrigações por avais, financiamentos concedidos pelo governo nacional a empresas públicas e privadas que nunca foram pagos pelos beneficiários, vencimentos da dívida interna e externa e, finalmente, uma quantidade de nomeações de funcionários de toda ordem, nos meses de novembro e dezembro.

O principal problema herdado foi o avultado endividamento externo: cinco vezes superior às exportações anuais. Isso praticamente obrigava o novo governo a conseguir elevados excedentes comerciais para cancelar os juros realizados, incrementados pelas altas taxas de juros internacionais. Quando Alfonsín assumiu o governo, os atrasos eram da ordem de U\$S 20.000 milhões. O Processo caracterizou-se por um alto crescimento da dívida externa como consequência do aumento das taxas de juros após o segundo choque do petróleo, no final da década de 1970. Este fato repercutiu negativamente nos pagamentos dos juros da dívida externa argentina, assim como em várias outras nações. A dívida cresceu progressivamente, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos. A Argentina viu seus compromissos externos totais passarem de U\$S 9.739 milhões para U\$S 45.069 milhões e a dívida do Estado de U\$S 6.648 milhões para U\$S 31.709 milhões. Cada um dos habitantes do país, que devia 320 dólares em 1976, chegou a carregar uma dívida de U\$S 1.500 em 1983. Os 10% mais ricos da sociedade passaram a concentrar 31,8% da renda, frente aos 23,6% que acumulavam em 1974. Antes da Repressão, outro termo para designar o governo militar, os 10% mais pobres dos argentinos contavam com 4,4% dos recursos do país. Depois, esta mesma camada social atingia apenas 2,3% da exígua riqueza que ainda restava. (KANENGUISE, 2003, p. 47)

Outro evento importante que afetou os graus de liberdade da política e economia do país foi a nacionalização de grande parte da dívida privada. Em 1975, a dívida privada atingia 52,5% do total da dívida externa e em 1980 essa porcentagem foi de 39,31%. Em 1983, 71% do total da dívida externa era pública e 29% privada. No final de 1983 a dívida acumulava U\$S 45.000 milhões, dos quais 70% pertencia ao setor público. Para 1987 a dívida pública ascenderia ao 94,3% do total e a privada diminuirá para 5,7%. Além disso, o peso dos juros da dívida externa no orçamento do setor público não financeiro multiplicou-se por seis em relação a 1980, alcançando um montante equivalente a mais de 3% do produto. (PERALTA RAMOS, 2007, p. 201).

As consequências da dívida constituíram uma pesada carga para o erário público, representando uma crescente proporção do déficit fiscal. A relação entre estes encargos e o total das exportações do país era de 24,5% em 1983.

Assumir a quase totalidade da dívida externa privada afetou decisivamente o Estado argentino, tanto no balanço de pagamentos quanto nas contas públicas, alterando o funcionamento da economia nacional vigente desde o início da década de 1960.

Nos anos anteriores ao golpe de 1976, a dívida externa estava diretamente associada aos desequilíbrios do setor externo. O modelo de acumulação da década de 1960, baseado na dependência tecnológica, produzia estrangulamento no setor externo, ante à dificuldade de não conseguir equilibrar o aumento das importações com o devido e simultâneo aumento das exportações. Isto é, durante a década de 1960, a expansão da produção industrial provocava um aumento nas importações sem ser compensada com as exportações. Criava-se assim, uma crise no setor externo e um desequilíbrio na balança comercial, condicionando a evolução da dívida externa.

A participação na guerra das Malvinas também teve impacto no déficit fiscal, uma vez que a batalha contra o déficit e a inflação foi relegada ao dispêndio militar como prioridade da política econômica. Vale ressaltar, que a guerra custou a morte de 649 soldados argentinos. O presidente Leopoldo Fortunato Galtieri esforçou-se para ganhá-la e tinha a ilusão de receber ajuda dos Estados Unidos pelo apoio na luta anticomunista na América Latina. Esqueceu-se entretanto do formidável peso geopolítico da relação anglo-americana.

Neste momento, o déficit fiscal correspondia a 12,4% do PIB nacional. Considerando-se que entre 1970 e 1974 este representava 5,5% do PIB e se esta proporção correspondeu a 8,8% no período entre 1975 e 1980, entre 1981 e 1983 esta relação cresceu em 15,7%. Já em 1983, esta grandeza ascenderia a 17,3%, explicando boa parte do déficit operacional e de capital.

Em 1980 os impostos arrecadados representavam 67,7% do gasto público total, e esta proporção diminuiu para 46% em 1983. Nestas circunstâncias, a inflação adquiriu um novo ritmo: o índice de preços no atacado aumentou em 180% em 1981, 311% em 1982 e 411% em 1983.

Resumidamente, a herança combinava reservas no Banco Central de apenas US\$ 387 milhões, inflação de 433%, déficit público de 16% do PIB, fuga de capitais de US\$ 10.700 milhões entre 1980 e 1981, acrescentado a inadimplência que somava US\$ 2.270 milhões nos pagamentos externos e uma dívida que superava em cinco vezes o valor

anual das exportações, representando 60% do PIB. Um aparato administrativo totalmente desarticulado, uma estrutura produtiva que gerava 80% do produto *per capita* de uma década anterior e uma inflação que chegava aos 700% anuais. Além disso, verificou-se que houve suspensão das negociações com o FMI e com a banca internacional antes de o governo constitucional assumir.

Deve-se mencionar também as desfavoráveis condições macroeconômicas que provocaram a recessão de 1981-1982: taxa real de juros elevada, deterioração dos termos de intercâmbio e baixo crescimento do volume de exportações, que acusavam intensidades não registradas desde a crise de 1930. Em outras palavras, as exportações de carnes e cereais duplicaram-se na última década, mas seu crescimento futuro dependia de novos investimentos. No curto prazo, o superávit da balança comercial deveria ser atingido pela redução das importações tendo, portanto, efeito recessivo. Mesmo assim, esta tarefa parecia difícil, uma vez que os preços dos produtos exportáveis tradicionais argentinos estavam em queda, deteriorando os termos de intercâmbio. Além destes fatores, as exportações manufatureiras do país assumiram uma desvantagem ao enfrentar a grande concorrência, devido aos baixos salários do Extremo Oriente e do Brasil. No contexto político, o poder militar promulgou a Lei de Anistia, com o objetivo de evitar qualquer castigo penal pelas violações aos direitos humanos nos anos da repressão. Assim, é nestas condições econômicas de extraordinária dificuldade, que Alfonsín assume o governo democrático.

2. O governo Alfonsín

O principal objetivo do projeto radical era restituir a tão esperada legitimidade política e consolidar a recente democracia. A equipe radical considerava que a consolidação do processo democrático só seria possível em um contexto de estabilidade social. Para esta ser atingida, era necessário impedir o predomínio da especulação e dos interesses setoriais, assim como também “mejorar la situación de todos los sectores dando prioridad a los desposeídos, para lo cual la política económica se instrumentará en un marco de solidaridad nacional”³⁶. Neste contexto, “el gobierno se propone, como objetivos de

³⁶ Diario *La Nación*, Buenos Aires, 31/12/1983

política, reactivar la economía, aumentar el salario real y eliminar la inflación. Éste es un compromiso básico con el pueblo argentino”³⁷. A reorganização da economia lograr-se-ia a partir do “esfuerzo de todos, distribuido equitativamente, para no resentir a cohesión del cuerpo social. Esto significa que quienes más tienen deben hacer un aporte mayor y aquellos que tienen menos sólo habrán de colaborar en la medida de lo posible”³⁸.

Para atingir os objetivos propostos, o Ministro da Economia, Bernardo Grinspun inspirou-se num plano baseado no modelo distribucionista aplicado entre 1946 e 1955, período de sua gestão. Este modelo consistia em outorgar um estímulo à produção por meio do aumento da demanda interna, que seria efetivado a partir do melhoramento do poder aquisitivo das classes mais baixas. Desta maneira houve um aumento em 12% nos salários e a promessa de um contínuo ajuste salarial em concordância com a evolução futura da inflação. O ajuste salarial viria acompanhado de controles parciais de preços, saneamento do déficit fiscal, redução das taxas de juros e do encaixe bancário, proteção alfandegária e maiores créditos para a pequena e média empresa nacionais.

Simultaneamente, o governo prometeu ao setor agropecuário a fixação de um preço mínimo para o trigo e a redução dos direitos de exportação frente à queda dos preços internacionais.

A ingenuidade do Ministro mostrou-se acentuada em relação à política redistributiva, pois ela não podia prosperar. A relação de forças existentes na conjuntura era outra e o Ministro subestimou a capacidade da reação empresarial. Desde o começo a política redistributiva provocou uma grande desconfiança nos setores econômicos mais poderosos.

Para o governo radical, o principal responsável pela inflação - símbolo de permanente luta dos governos - era o déficit fiscal. Entendia que poderia ser resolvido por meio de uma política distribucionista. Para o ideário radical, a diminuição do déficit acrescentado à expansão da demanda interna como consequência do melhoramento das rendas dos setores populares, permitiria o crescimento econômico e o controle da inflação.

Em síntese, o programa reduziu-se a um conjunto de medidas contraditórias e emolduradas sob a promessa de satisfazer, em primeira instância, as demandas dos

³⁷ *Diario La Nación*, Buenos Aires, 31/12/1983.

³⁸ *Diario La Nación*, Buenos Aires, 31/12/1983.

setores mais pobres. O resultado foi uma explosão inflacionária, o progressivo descontrole da gestão econômica e a crescente pressão dos diversos grupos de interesses.

2.1. Dívida externa

Pelo tamanho da dívida externa, ela foi considerada separadamente e como uma questão prioritária pelo novo Ministro.

Na campanha eleitoral a U.C.R clamou a necessidade de investigar o processo de endividamento do governo militar e a legitimidade destes compromissos. O poder militar deixou como legado à sociedade argentina uma dívida externa global equivalente a 60% do PIB. Alfonsín prometeu “a correta análise e estudo para determinar qual parte devida é realmente legítima”³⁹. É também denunciou a existência de U\$S 5000 milhões que deveriam ser urgente e necessariamente explicados.

O novo governo aceitava pagar a dívida se ela tivesse sido adquirida de forma legítima e se os serviços e amortizações não impedissem a expansão econômica. Mas esta postura não foi mantida por muito tempo, uma vez que frente ao endurecimento dos credores internacionais, o governo radical terminaria assumindo o compromisso de pagar toda a dívida sem nenhum tipo de distinção.

Como uma extensão da atuação dos militares antes de deixar o poder, o governo constitucional assumiu progressivamente uma maior proporção da dívida externa privada. Deste modo, os serviços financeiros da dívida constituíram uma pesada carga para o erário público representando uma crescente proporção do déficit fiscal. Paradoxalmente, a necessidade de reduzir o déficit fiscal, elemento central de descontrole da gestão econômica, transformou-se numa das principais exigências do F.M.I.

Pouco a pouco, o governo radical passou a subordinar a totalidade dos compromissos iniciais ao objetivo prioritário do pagamento dos juros da dívida.

Enrique Garcia Vazquez, presidente do Banco Central, e Bernardo Grinspun, Ministro da Economia, foram os dois radicais que durante quatorze meses tentaram começar a negociação da dívida após a suspensão do acordo com os credores, registrada no fim de

³⁹ Diario *La Voz Argentina*, Cordoba, 11/12/1983.

1983. Eles atingiram seus objetivos de forma parcial, com um acordo débil, contínuos descumprimentos de metas e continuidade dos atrasos nos pagamentos: três características que tipificaram as negociações da dívida durante toda a década de 1980. Faz-se relevante analisar a sequência dos acontecimentos políticos relacionados à dívida, em decorrência das atitudes tomadas pelos dois principais Ministros de Economia do governo radical.

2.1.1. Etapa Grinspun

Durante os primeiros nove meses de 1984, após a suspensão do acordo com os credores no final do ano 1983, o governo iniciou uma difícil negociação econômica com o FMI e os bancos,. Num primeiro momento, a equipe econômica recusou-se a aceitar o plano de estabilização proposto pelo FMI. Mas depois tentou estabelecer um acordo com os bancos credores à margem dos ditames daquele organismo.

Após o incremento dos salários e tarifas, além da redução das taxas de juros reguladas, o governo lançou sua primeira “jogada” forte em matéria econômica: em 11 de janeiro de 1984, Garcia Vazquez anunciou a suspensão do diálogo com os credores, por um período de seis meses, até se verificar a autenticidade dos compromissos assumidos no exterior. Este mesmo Ministro mandou criar uma equipe de investigadores para as dívidas financeiras privadas contraídas até 31 de outubro de 1983⁴⁰.

O informe sobre o caso seria arquivado anos mais tarde, a fim de se evitar complicações com o poder econômico. Porém, o Juiz Jorge Ballesteros utilizou parte destas conclusões na causa sobre a ilegalidade da dívida externa contraída durante a ditadura⁴¹.

Grinspun, admirador do estruturalismo de Raúl Prebisch,⁴² pensava que a dívida era impagável, por esta razão foi um dos mais fervorosos incentivadores do Grupo de

⁴⁰ Que determinou a existência de autoempréstimos, irregularidades no outorgamento de seguros de câmbio, endividamento por investimentos inexistentes, aportes de capital disfarçados de empréstimos financeiros, superfaturação e supervalorização de dívidas. As empresas multinacionais tomaram um terço de seus créditos com as suas próprias casas matrizes (*headquarters*) e descobriram credores supostamente estrangeiros, mas que na realidade eram argentinos.

Os inspetores detectaram irregularidades nas operações do principal devedor do país no final de 1983, a Cogasco com U\$S 918 milhões.

⁴¹ A pouco prática sentença consistiu em não processar nenhum ex-funcionário e indicar a sua consulta ao Congresso Nacional. Em 1984 e em 2000, o Parlamento procurou efetivar esta missão, mas sem lograr nenhum êxito, devido às disputas entre o Peronismo e o Radicalismo para se desfazer deste problema.

Cartagena, mecanismo surgido por iniciativa de vários países latino-americanos para definir uma posição comum frente à negociação da dívida, com a intenção de obter critérios mais flexíveis e realistas para a negociação, incluindo prazos, períodos de carência e taxas de juros compatíveis com a recuperação do crescimento econômico. Alfonsín e outros presidentes latino-americanos⁴³ redigiram um documento para ser apresentado na reunião do Grupo dos Sete em Londres, em julho de 1984. O objetivo de o documento deixar claro que os contratos bilaterais e a ajuda isolada dos organismos de crédito não resolveriam o grave problema do endividamento externo da região, que nesse momento ascendia a U\$S 320.000 milhões.

A resposta foi contundente: continuaria o tratamento bilateral caso por caso, sobre a base de políticas de austeridade recomendadas pelos organismos surgidos no acordo de *Bretton Woods*.

Quatro dias após o anúncio da postergação das negociações, em 15 de janeiro de 1984, Grinspun reuniu-se em Washington com o secretário do Tesouro, Donald Regan, o presidente da Reserva Federal, Paul Volcker e os titulares do F.M.I e do Banco Mundial, Jacques de Larosière e Alden Clausen, respectivamente. A administração republicana de Ronald Reagan elogiava o retorno à democracia, mas não estava disposta a outorgar-lhe tratamento mais indulgente nas negociações, em detrimento de outros devedores.

Frente ao primeiro fracasso diante do pedido por um tratamento mais flexível, em 19 de janeiro, viaja Grinspun, contrariado, a Nova Iorque, para pedir que mantivessem a dívida em estado de *performing*⁴⁴, apesar da existência de atrasos nos pagamentos. O país deveria abonar U\$S 350 milhões trimestrais para não cair em uma cessação formal de pagamento.

No final de março deste ano, foi realizada a XXV Assembleia Anual do BID, na qual Grinspun liderou exclusivamente e fez sua estréia internacionalmente.

Neste mesmo momento, David Mulford, Subsecretário do Tesouro americano, conjuntamente com o Subsecretário mexicano das finanças, concluía que deveria ser

⁴² Prebisch era objeto de culto para os técnicos radicais que trabalharam com Illia e que mais tarde rodearam Alfonsín na década de 1980. Após os anos 80, Prebisch deixou atrás seu pensamento heterodoxo para se converter em assessor na negociação da dívida externa do novo presidente radical.

⁴³ Países: Brasil, Colômbia, México, Equador, Peru e Venezuela.

⁴⁴ Termo utilizado para designar uma dívida em estado regular.

posta em marcha uma operação de resgate e para projetá-la foram a Buenos Aires com a intenções de desenhar a salvação.

A relação Prebisch-Grinspun foi difícil até 10 de abril de 1984, quando tornou-se impossível. O motivo foi a falta de concordância na implementação da estratégia de ajustar os salários acima da inflação e manter as taxas de juros em níveis neutros ou negativos. Washington não aprovava esta iniciativa de Grinspun. Prebisch declarou que “a política salarial é inaceitável; o presidente tem o compromisso de melhorar os salários reais diminuindo a inflação, de forma que deve-se procurar uma combinação entre uma coisa e a outra”⁴⁵ (KANENGUISER, 2003, p.60).

Nos primeiros nove meses de 1984, o governo iniciou uma difícil negociação econômica com o FMI e os bancos credores. Num primeiro momento, a equipe econômica negou-se a aceitar o plano de estabilização proposto pelo FMI e tentou chegar a um acordo com os bancos credores à margem do FMI. Estas tentativas fracassaram totalmente e em 11 de junho de 1984, o Ministro da Economia, Bernardo Grinspun não esperou e enviou ao Sr. de Larosière, diretor gerente do FMI, uma carta de intenção unilateral. Aquele documento advertia que a exigência de aplicar um descenso drástico do déficit fiscal, limitar o crescimento das rendas reais por baixo das percentagens programadas, entre 6% e 8% reais entre dezembro de 1983 e dezembro de 1984 e manter o serviço da dívida externa, sem reduzir as taxas nem adiar os prazos, diminuiria as possibilidades de reativação econômica e o crescimento da produção nacional. A consolidação da democracia dependia em boa parte da resposta que o governo pudesse outorgar em matéria econômica às reclamações dos vários setores.

Aquela carta irritou as autoridades do FMI e perturbou ainda mais as negociações com a banca privada. Simultaneamente, à incerteza vinculada à negociação da dívida externa acrescentou-se a desconfiança do empresariado ante um Ministro da Economia que se demonstrava incapaz de controlar a gestão econômica interna e que prometia um desenvolvimento baseado na distribuição mais equitativa do esforço e das rendas.

⁴⁵ Grinspun encontrava-se em Washington D.C para avançar nas negociações com o FMI. No entanto Prebisch ofereceu uma conferência à imprensa em Buenos Aires, na companhia do presidente Alfonsín, na qual deixou muito claro seu desacordo com a estratégia de reajustar os salários por cima da inflação e manter as taxas de juros em níveis neutros ou negativos. Washington não aprovava esta iniciativa de Grinspun. Prebisch sabia porque no *Memorandum* técnico de entendimento que tinha redigido conjuntamente com o staff do FMI, descartava-se esta iniciativa de recomposição salarial num contexto de hiperinflação.

Grinspun preocupado diante da falta de avanços na negociação, decidiu viajar à capital dos Estados Unidos para se reunir com o titular da Reserva, Paul Volker, e seu assistente Edward Truman⁴⁶. O Ministro pretendia que a E.U.A convencesse os bancos da necessidade de prorrogar o vencimento de um crédito de U\$S 125 milhões com prazo de vencimento de uma semana. Mas a situação não agradava a Volker, que aproveitou a presença de Alfonsín na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York para pedir-lhe a demissão do Ministro da Economia. Assim a relação entre o líder radical e seu Ministro ficou definitivamente rompida.

Quando a França percebeu as dificuldades e as rebeldias de Grinspun, apelou ao seu conciliador, o diretor do Tesouro, Michel Camdessus⁴⁷, para convencer o governo alfonsínista da necessidade de se disciplinar perante o resto do mundo.

As tentativas de impor condições à negociação da dívida externa fracassaram e em setembro de 1984, o governo frente ao descontrole inflacionário, à situação caótica do balanço de pagamentos, à fuga de capitais e à pressão externa, acordou com o FMI um programa de ajuste após quase um ano e meio sem este planejamento. Assim, em 25 de setembro anuncia-se o *stand by*, no início da Assembleia anual do FMI, um acordo com os bancos em dezembro para refinarciar a dívida de U\$S 10.400 milhões. Alguns meses após o México conseguiu o mesmo feito por um passivo de U\$S 48.000 milhões e a Venezuela de U\$S 21.000 milhões.

Para a tranquilidade dos credores, o fechamento da negociação ficou a cargo de Enrique Garcia Vazquez.

O programa de ajuste do FMI pretendia reduzir a inflação a uma taxa mensal de 22% para o terceiro trimestre de 1984 e de 8% mensal ao término de 1985. Ao mesmo tempo, propunha uma redução do déficit do balanço de pagamento de 2,3 mil milhões de dólares em 1984 para 1,9 mil milhões em 1985. Para atingir estes objetivos, o governo comprometeu-se a reduzir o déficit fiscal a 5% do PIB em 1985. A dimensão deste compromisso resulta evidente dados os valores do déficit fiscal em 1983, de 12,4% do PIB e na primeira metade de 1984 esta proporção atingia 13%.

⁴⁶ Principal negociador da blindagem financeira acordada em 2000, desde o Tesouro que conduzia Lawrence Summers na administração Clinton.

⁴⁷ Pai de uma jovem argentina, Camdessus foi o elo mais importante entre a Argentina e seus credores.

A virada posterior da política econômica, resultado da desaceleração da alta do valor dos salários, dos fortes incrementos nas tarifas dos serviços públicos e nas taxas de juros, deteve a tênue recuperação econômica, mas não bloqueou nem a inflação nem o déficit. Transcorrido o primeiro ano do renascimento democrático, com um aumento em 2,4% no endividamento externo e uma hiperinflação de 688%, era evidente que as pautas acordadas com o FMI não seriam atingidas e a situação do Ministro da Economia ficava insustentável. O FMI suspendeu o desembolso acordado no *stand by* e os bancos credores fizeram o mesmo com os novos fundos de financiamento prometidos. Neste contexto, o presidente decidiu efetuar uma permuta, colocando Grinspun na Secretaria de Planificação e nomeando Sourrouille como novo Ministro da Economia. Sua intenção era realizar um ajuste heterodoxo para enfrentar a “economia de guerra”. Esta mudança na equipe indicou a passagem para uma nova etapa na gestão radical na qual, praticamente todas as promessas iniciais em matéria de política econômica seriam revertidas.

2.1.2 Etapa Sourrouille

Referente à dívida externa, o país estava com um alarmante ritmo de atrasos nos pagamentos externos, somente um semestre após a vigência do Plano Austral. O titular da Reserva Federal de N.Y convocou a equipe econômica argentina e aos bancos credores para tentar negociar entre as partes. Nos primeiros meses de 1986, a equipe solicitou sem resultado um *waiver* do FMI ao comprometer-se em vão a uma redução do déficit em 5% em 1985 para 3,5% em 1986. Em 23 de junho, a entidade outorgou o tão esperado perdão.

Semelhantemente a outros países, a Argentina sofria as consequências do enfoque de “rédeas curtas” planejada desde Washington D.C: acordos curtos com desembolsos trimestrais que cobriam os vencimentos com os bancos comerciais, mas que ficavam fora de vigência apenas registraram-se algum descumprimento de metas.

Com uma natureza mais moderada do que Grinspun, a equipe de Sourrouille também procurava um tratamento compreensivo para o problema da dívida, que aparentemente foi atingido com a chegada de James Baker III ao departamento do Tesouro dos Estados

Unidos. Na assembleia do FMI e do Banco Mundial em Seul, ele⁴⁸ esboçou um programa de desenvolvimento sustentável, que consistia num maior esforço dos credores para injetar fundos frescos num grupo de países altamente endividados, em troca de promover políticas de livre mercado e privatizações. Como resultado, quinze países foram afortunados, entre eles: Argentina, Brasil, México, Chile, Peru, Costa do Marfim e Filipinas. A iniciativa projetava o desembolso de U\$S 27.000 milhões das entidades multilaterais de crédito e U\$S 20.000 dos bancos privados num período de três anos, de 1986 até 1988. Os bancos privados não estavam a favor da negociação, mas não se negaram a subscrever ao Plano *Baker*. O resultado desta iniciativa foi de crescimento nos quinze países, na média dos 2,5% nos três anos do programa. As entidades multilaterais aportaram U\$S 16.500 milhões líquidos, quase a totalidade do valor prometido, as instituições privadas somaram U\$S 1.600 milhões em 1987, retiraram U\$S 1.300 milhões em 1986 e U\$S 15.000 milhões em 1988.

Mas mesmo existindo o Plano *Baker*, cada negociador de cada país continuou peregrinando a N.Y para refinar seus compromissos, processo também realizado por Mario Brodersohn no princípio de 1987.

Em 19 de fevereiro de 1987, quando fazia as malas para viajar com destino à capital financeira dos Estados Unidos, o secretário da Fazenda, M. Brodersohn recebeu o telefonema de seu par brasileiro, Dilson Funaro. O arquiteto do Plano Cruzado comunicou ao Brodersohn que no dia seguinte, o presidente José Sarney declararia moratória ao pagamento dos juros dos bancos credores.

Imediatamente, o colaborador de Sourrouille pediu-lhe para marcar uma reunião em Brasília, com o objetivo de explicar que a Argentina não poderia juntar-se a esta decisão brasileira, mas solicitou que alongassem a reunião com a intenção de simular uma exibição de força conjunta entre os principais sócios do Mercosul e Funaro aceitou a proposta. Brodersohn continuou seu “êxodo” a N.Y sem fazer comentários. Ao chegar, reuniu-se com o comitê presidido por Rhodes e anunciou a firme intenção da Argentina de pagar⁴⁹.

⁴⁸ James Baker, de origem texana, foi quem ungiu a George Bush como companheiro de fórmula de Reagan e foi chefe da campanha presidencial de seu amigo em 1988.

⁴⁹ Decisão que nunca foi colocada em dúvida por parte do equipe econômica argentina.

Como resultado, obteve-se um novo *stand-by* por quinze meses, no início de 1987, revisado em julho por um novo descumprimento oficial. Brodersohn discutiu um acordo de refinanciamento de U\$S 30.000 milhões com os bancos e que finalmente concretizou-se em 15 de abril, dois dias antes do levantamento do Coronel Aldo Rico em Campo de Mayo.

O ex-marine, Edwin Yeo III⁵⁰, quebrou a unidade das instituições fundadas pelo acordo de *Bretton Woods* com a finalidade de ajudar a Argentina no momento em que o governo de Alfonsín começava a desintegrar-se.

Ronald Reagan apresentou-o a Alfonsín como o elo entre ambos. Yeo atuou como assessor em assuntos internacionais de Paul Volcker e de James Baker.

Quando o Plano Austral já estava sepultado e aconteceu a derrota nas eleições legislativas de 6 de setembro de 1987 frente ao peronismo, Sourrouille pensou em renunciar; mas o presidente não o permitiu. Desta forma, para estender a vida do governo radical, o Ministro da Economia e seus cansados colaboradores lançaram o Plano Primavera no início de agosto. As expectativas não eram boas e era improvável o sucesso do plano sem poder político interno nem credibilidade portas fora do país. Ao congelamento de salários, preços e tarifas acrescentou-se a ingênua intenção de reduzir, drasticamente, o déficit fiscal. A Argentina, no início de 1988, mantinha-se numa situação de *default* com os bancos, com atrasos próximos a U\$S 1.300 milhões. O novo titular do FMI, Michel Camdessus, não estava disposto a reiterar a gestão do seu antecessor Jacques de Larosière, em 1985, com seu forçado apoio ao Plano Austral.

Em fevereiro, Alfonsín e Sourrouille comunicaram a Camdessus e Yeo a possibilidade de se reduzir o pagamento da dívida em um terço. O titular do FMI limitou-se a pelo menos estudar a proposta em troca de um ajuste maior. Desta forma, em março, conseguiu-se a aprovação de uma nova carta de intenção com o FMI, ante a resistência de voltar a financiar de grande parte do *board* da entidade. Antes de começar o outono, o país contava com novos atrasos com os bancos e estava longe de atingir o objetivo de

⁵⁰ Subsecretário do Tesouro na administração Ford. Dois foram os acontecimentos onde teve papel protagônico: o acordo do Château de Rambouillet de 1975 e o resgate da libra esterlina em 1976. O acordo deu origem ao Grupo dos Sete (G7) e marcou o êxito do sistema de flutuação sobre o tipo de câmbio fixo. No segundo fato, evitou uma cessação de pagamento no governo britânico de James Callaghan, ao negociar a salvação dos Estados Unidos e do FMI em troca de um forte ajuste orçamentário, evitando uma crise no Ocidente.

diminuir o déficit de 5% para 2% anuais. O novo acordo concluiu-se com o rigoroso inverno. Sourrouille advertiu as autoridades em Washington que a transição política não estava garantida sem um novo pacote de apoio externo. Nenhum funcionário da administração republicana quis carregar o fardo de jogar fora a frágil democracia argentina. Enquanto muitos pensavam em como convencer Camdessus, Yeo comunicou a Alberto Camarassa, delegado oficial do Banco Mundial, que o governo deveria procurar um financiamento alternativo no principal banco multilateral de Washington, o Banco Mundial.

Em abril, o Banco Mundial lançou uma estratégia que visava reconhecer certas perdas no mundo subdesenvolvido. Ela consistia na redução das taxas de juros para os países devedores, compensada por um financiamento adicional próprio e dos bancos credores. Barber Conable, presidente do Banco Mundial e prestigioso político republicano, adotou duas medidas que favoreciam diretamente os planos da Argentina. A primeira foi aceitar, sem nenhuma condição, o pedido do Tesouro feito por meio de Yeo, para outorgar pela primeira vez desde sua criação, um empréstimo a um país sem programa prévio do F.M.I. A outra foi a nomeação de Moeen Qureshi⁵¹ como vice-presidente geral de banco. Juntamente a Shahid Husain⁵², formaram a dupla mais ativa de promotores da carta de desenvolvimento assinada com a Argentina em setembro de 1988, que outorgava um crédito de U\$S 1.250 milhões, com o objetivo de manter o anêmico Plano Primavera. O maior desgosto de Yeo⁵³ estava centrado em Camdessus, que desaprovou enfaticamente as negociações secretas entre o Banco Mundial e o governo de Alfonsín. O resultado foi o anúncio de um crédito durante a Assembleia conjunta do FMI e do Banco em 25 de setembro em Berlim.

José Luis Machinea rejeitava esta estratégia e as valentias de Yeo, pois considerava arriscado provocar confusão entre os organismos financeiros, porque se “a jogada saia mal, a Argentina ficaria sozinha no deserto” (KANENGUISER, 2003, p. 76).

O Ministro de Economia, não tinha outra opção, tinha que aceitar os conselhos de Yeo ainda que soubesse que o subsecretário do Tesouro, David Mulford, também estava

⁵¹ Paquistanês que atuou como presidente interino de seu país.

⁵² De origem paquistanesa, foi Vice-presidente do Banco Mundial para América Latina.

⁵³ Desprezava em termos racistas os paquistaneses que rodeavam Conable.

contra este acordo⁵⁴. Contudo, Yeo foi o vencedor, pois Conable e Sourrouille anunciaram o empréstimo em 25 de setembro de 1988.

De fato, em fevereiro de 1989 o Plano Primavera sucumbiu e o Plano Verão no Brasil tinha o mesmo futuro. Um mês depois, o Banco Mundial suspendeu a linha de crédito após ter realizado o primeiro dos quatro desembolsos previstos por tão polêmico acordo. Em Buenos Aires, o governo estava prestes a se afogar na hiperinflação, enquanto em Washington, criava-se um acordo escrito mediante o qual obrigava o Banco Mundial e o BID a esperar a “benção” do Banco Mundial antes de outorgar qualquer tipo de empréstimo aos países endividados. Em poucos meses, Camdessus consumava sua vingança e a misteriosa figura de Edwin Yeo III encaminhava-se ao seu ocaso definitivo. A Argentina, que encarava a metade de 1989, vivia um pesadelo: Uma inflação acumulada de 3909,1% em agosto, um PIB per capita de U\$S 2.605, frente a U\$S 7.418 em 1980 e U\$S 8.148 em 1994, com uma recessão anual de 6,2% e o mais baixo valor do salário real durante toda a denominada década perdida. A frente externa argentina apresentava atrasos no pagamento da dívida que superavam a casa dos U\$S 5.000 milhões, sem nenhum respaldo dos credores internacionais. (KANENGUISER, 2003, p. 81).

Já as eleições de 14 de maio deram a vitória a Carlos Menem, candidato justicialista, com 47,3% dos votos. Na sua campanha eleitoral houve indícios de anúncios populistas como o “salariozo”, a “revolución productiva” e a nacionalização da banca. Após o comício, Menem comprometeu-se com o grupo B&B⁵⁵ em troca de um suposto apoio econômico de U\$S 2.000 milhões que, segundo Cavallo, nunca chegou.

B&B tentou primeiro oferecer seu plano econômico a Sourrouille quando este economista vasco perfilava-se para suceder Grinspun, mas foi em vão. Depois acabou brigando pela negativa de Alfonsín em impedir o fechamento de sua fábrica têxtil *Grafa*. Deste modo, Jorge Born não duvidou em reiterar o mesmo cortejo a Menem, por meio do vice-presidente da filial, Nestor Rapanelli.

⁵⁴ Yeo também desconfiava de Mulford, por ter sido assessor do governo saudita.

⁵⁵ Empresa fundada em 1884, dirigida por Jorge Born (sequestrado em setembro de 1974 com seu irmão Juan pelo Movimento Montoneros e libertado depois de 6 meses quando pagou-se um resgate de U\$S 60 milhões). Líder do setor agroalimentício e dono de uma multinacional.

2.2. A primeira etapa político-econômica: a gestão de Grinspun.

O Ministro de Economia, Bernardo Grinspun, delineou objetivos relativamente ambiciosos para seu programa econômico dada a situação do país: atingir um crescimento do produto de 5% anual, firmar um acordo sobre a dívida externa com os credores, aumentar os salários reais em 8%, diminuir a inflação, aumentar a arrecadação tributária evitando a evasão e fixando maiores impostos sobre a riqueza. Existiram declarações oficiais comunicando que não se aplicariam políticas de ajuste recessivas e nem se deixariam ao livre arbítrio do mercado os preços, os salários e as divisas.

Resolveu-se não realizar pagamentos financeiros ao exterior até 30 de junho de 1984. O objetivo era evitar as exigências depressivas de um crédito *stand by* do FMI e negociar com a banca credora um acordo referente à dívida externa, no qual os pagamentos não superassem de 10 a 15% das exportações⁵⁶.

Houve até tentativas de se constituir, com os outros países devedores latino-americanos, uma frente de devedores, para negociar com os credores em posição mais vantajosa.

O enfoque das autoridades era ajustar gradualmente as variáveis econômicas, a fim de conciliar as reclamações, nem sempre compatíveis, dos distintos setores sociais e harmonizá-las com a intenção de saldar a chamada “dívida social”, logrando simultaneamente a estabilidade de preços. As medidas que foram implementadas incluíam aumento dos salários de soma fixa em dezembro de 1983, e das tarifas dos serviços públicos, a fixação de pautas para o aumento futuro de preços, salários e tarifas públicas e a determinação do tipo de câmbio para o mês de janeiro, o estabelecimento de um sistema de controle de preços industriais e a redução das taxas de juros reguladas. (Cf. HEYMANN, 1986; TREBER, 1987). Apresentaram-se ao Parlamento medidas de emergência, tais como a criação do Plano Alimentício Nacional (P.A.N), um aumento de 25% no orçamento educacional e a redução simultânea do dispêndio militar.

Os projetos e medidas implementadas não atingiram os objetivos iniciais. O governo teve de enfrentar obstáculos como o processo inflacionário, pressões monopólicas dos novos grupos econômicos, exigências sindicais, déficit fiscal por atraso na arrecadação dos

⁵⁶ Diario *Clarín*, Buenos Aires, 5/2/1984.

impostos e tarifas públicas e dificuldades na negociação da dívida pública. As autoridades perceberam que tanto as variáveis quanto os agentes econômicos não reagiam da forma esperada. As mudanças na dinâmica da economia tinham sido muito profundas durante a ditadura, o governo não compreendia a magnitude dessas transformações. A primeira resposta aos problemas econômicos foi criar estímulos de curto prazo ao estilo keynesiano⁵⁷. Os funcionários tinham uma visão mais otimista da conjuntura, uma vez que subestimavam a profundidade da crise. Foi na expectativa de um tratamento preferencial, por parte dos credores, na negociação da dívida externa que os fatos encarregaram-se de serem desmentidos, corrigindo esta visão. (KOSACOFF, 1989, p.295 e 296; SCHVARTER, 1998, p.88-91).

A resposta empresarial aos aumentos salariais outorgados pelo governo para atenuar as defasagens anteriores e incentivar a demanda interna foi sumamente cautelosa, aumentando em pouca medida a produção, os níveis de ocupação e a utilização de mão-de-obra para responder a maior capacidade de compra. Agora os novos grandes grupos econômicos operavam de uma forma mais diversificada, aproveitando alternativas mais rentáveis de investimentos financeiros. O aumento da demanda, considerado artificial e transitório, não gerou conseqüentemente o esperado aumento da produção. As tentativas de reduzir o déficit fiscal diminuindo as despesas e aumentando os impostos também não alcançaram resultados satisfatórios. A inércia dos gastos correntes, especialmente as remunerações e as dificuldades de aumentar as arrecadações fiscais em termos reais pelo efeito da alta inflação incentivaram um corte na já reduzida inversão pública⁵⁸. Referente à dívida externa, as tentativas de criar uma frente comum com outros devedores da América Latina, formando o Consenso de Cartagena, não trouxeram avanços importantes. Finalmente a equipe econômica viu-se obrigada a iniciar as postergadas negociações com os credores externos e os órgãos internacionais.

Dada a pressão da banca credora, tiveram de se aprofundar as medidas de saneamento e ajuste, especificamente em relação às políticas monetária e fiscal. Desta forma, a partir de setembro de 1984, limitaram-se os aumentos nominais de salários que se situavam abaixo

⁵⁷ Influência da orientação dada pelo governo de Illia, duas décadas antes. Muitos dos funcionários deste governo voltaram à função pública no governo Alfonsín.

⁵⁸ Especialmente no setor da construção. Na campanha eleitoral, Alfonsín mencionou a importância deste para quebrar a inércia depressiva.

da taxa de inflação. Aumentaram-se em termos reais as tarifas públicas e as taxas de juros, revertendo a tendência ascendente do PIB até aquele momento. A taxa de câmbio também foi corrigida, tomando como parâmetro a diferença entre a inflação nacional e a internacional. Estas foram as medidas do reajuste da política econômica.

Após o envio do *Memorandum* de Entendimento ao FMI e de uma negociação com o Comitê de Bancos Credores, ao final de 1984 assinou-se um acordo *stand by* com o Fundo. Mas os efeitos desta reorientação da política econômica de Grinspun não obtiveram êxitos. A inflação e as contas fiscais não evidenciaram melhoras significativas, devido à recessão e à redução do salário real. Contribuíram para isso a inter-relação de três motivos: primeiro, percebia-se um importante nível de improvisação, uma vez que o governo não acertava em encontrar os caminhos adequados para resolver os problemas, causando falta de credibilidade; segundo, a deterioração da relação de intercâmbio diminuía a entrada de divisas e por último, os altos juros da dívida pública implicavam numa enorme fonte de egressos fiscais, que complicava o equilíbrio das contas públicas. Por outro lado, a necessidade de divisas para o cancelamento destes juros pressionava fortemente o mercado cambial e gerava tensões inflacionárias consideráveis. Ainda, a entrada de divisas derivada do superávit comercial não era suficiente para cancelar os compromissos com o exterior, o que levava a continuar aumentando o valor da dívida, que voltava a ampliar os desequilíbrios. (Cf. ROZENWURCEL, 1994).

A evolução do comércio exterior era de vital importância, já que as autoridades confiavam na expansão das exportações agropecuárias para revitalizar a economia nacional e solucionar o problema da dívida externa. Estas expectativas favoráveis foram alimentadas pelas boas condições dos mercados internacionais para a Argentina no princípios dos anos 1980. Ao mesmo tempo, alimentou e estimulou os concorrentes, produzindo uma saturação nos mercados e um excesso de oferta de produtos agrícolas, que derrubou os preços. A reversão da tendência favorável piorou com o lento crescimento registrado no mundo, a disputa protecionista entre os E.U.A e a Comunidade Econômica Europeia, CEE, e os acordos entre o governo americano e a URSS. (Cf. BUONUOME, 1990). Então, as exportações não conseguiram gerar as divisas suficientes para equilibrar as contas do balanço de pagamentos e cancelar

completamente os vencimentos da dívida externa, contrariando as expectativas oficiais. Entre 1981 e 1989, os termos de intercâmbio deterioraram-se notoriamente. Mas os problemas que começavam a se apresentar não se deviam somente a uma suposta imperícia técnica da equipe econômica ou à inadequada evolução da conjuntura internacional, mas também a uma errônea percepção do governo da atitude dos principais fatores de poder, após a queda da ditadura. Cada fator operou exclusivamente em função de seus interesses concretos e imediatos. A banca pressionou pelo mais rápido e maior pagamento possível da dívida, as empresas ajustaram seus preços em função da inflação esperada, os possuidores de divisas tentaram proteger seu capital depositando-o em praças mais seguras, os países centrais continuaram protegendo e subsidiando suas produções e os sindicatos pressionaram por um ajuste de salários para defender o poder aquisitivo frente à inflação. Na metade de 1984, o custo de vida sofreu grandes aumentos, os salários subiram, mas depois começaram a se desvalorizar e os preços de alguns produtos da cesta básica aumentaram drasticamente. Este cenário induziu o pensamento a um plano de ajuste muito mais severo e conduzido por uma nova equipe econômica. Após quinze meses de atuação como Ministro, em março de 1985, Grinspun renunciou. Seu substituto era, neste momento, o secretário de Planejamento, Juan Vital Sourrouille, e a mudança foi feita como uma permuta, uma vez que a vaga livre fora preenchida pelo ex-Ministro de Economia.

2.3. A segunda etapa da gestão econômica radical: Plano Austral

Este foi o início da segunda fase da economia radical. Houve mudança no Ministério da Economia, na qual saiu Bernardo Grinspun e entrou, em 19 de fevereiro, permanecendo por quatro anos no cargo como o segundo Ministro do Governo Radical, Juan Sourrouille⁵⁹. Este contador, nascido na província de Córdoba, no ano de 1940 e pouco conhecido na estrutura do Partido Radical, estabeleceu uma relação muito forte e incondicional com seu principal apoio, o Presidente de Nação, Raúl Alfonsín. Enfrentou

⁵⁹ Juan Sourrouille foi subsecretário de economia na presidência de Aldo Ferrer, consultor de vários organismos internacionais e subsecretário de planificação com Alfonsín.

ainda, os membros “históricos” do radicalismo, muitos dos quais, eram amigos pessoais do Ministro deslocado.

No plano político existiam desafios provocados pelo julgamento das juntas militares e pelo conflito latente com Chile pelo Canal de Beagle. Na esfera econômica; era a alta inflação. A dívida externa pública era de U\$S 40.688 milhões, muito além dos U\$S 6.648 milhões registrados em 1971, mas muito longe dos U\$S 50.600 milhões em 1991, no início do Plano de Convertibilidade.

Nesses 1500 dias como Ministro, o dólar subiu 4500%, o desemprego passou de 5,7% para 7,7% e a dívida alcançou U\$S 56.000 milhões. A denominada década perdida foi sentida em toda sua dimensão na Argentina, com fortes quedas reais do PIB de 5,7% em 1981, 6,6% em 1985 e 6,2% em 1989. A única exceção foi em 1986, que registrou um crescimento de 7,3%, quando a relação entre a sociedade e o projeto alfonsista estava em seu ponto máximo. (KANENGUISER, 2003, p.66).

Ao enunciar sua primeira mensagem ao país, o novo Ministro comprometeu-se a respeitar todos os compromissos já contraídos pela equipe econômica anterior, simultaneamente ao reajuste do salário a 90% do nível da inflação do mês anterior. Declarou que “a luta distributiva, a dívida externa e a queda no investimento”⁶⁰ são os principais problemas a serem enfrentados, mas não especificou quais seriam as medidas a tomar para a sua solução. Mantendo as promessas da campanha eleitoral de 1983, assumiu “o firme compromisso perante o país de compartilhar equitativamente as cargas. O nosso lema é a equidade no esforço”⁶¹. Isto justificaria a aplicação de uma reforma tributária para fazer mais eficiente e justo o sistema tributário.

Agora, as exportações seriam o estímulo central da expansão econômica, deixando de ser o consumo dos assalariados o responsável pelo aumento na demanda interna. Nas palavras do Ministro é “necessário prestar primeiro atenção na agricultura que é a fonte imediatamente disponível a qual se pode acudir”⁶², uma vez que já existiam severas restrições impostas pela dívida externa e a necessidade de obter divisas para enfrentar a

⁶⁰ Discursos do Ministro de Economia em Mensajes del Ministro de Economia Juan Sourrouille, volumes. 1 e 2, Buenos Aires, 28/02/1986.

⁶¹ Discursos do Ministro de Economia em Mensajes del Ministro de Economia Juan Sourrouille, volumes. 1 e 2, Buenos Aires, 28/02/1986.

⁶² Discursos do Ministro de Economia em Mensajes del Ministro de Economia Juan Sourrouille, volumes. 1 e 2, Buenos Aires, 28/02/1986.

situação de pagamentos externos. Além disso, o Ministro anunciou a necessidade de uma reestruturação industrial (leia-se uma gradual eliminação dos impostos à importação) centrada na promoção das exportações, tornando a indústria mais eficiente e integrada ao comércio internacional.

Pode-se observar uma clara diferença com a gestão de Grinspun, cujo objetivo era a expansão da demanda interna por meio de um maior consumo popular. Portanto, Sourrouille privilegiou dois aspectos: a expansão das exportações agropecuárias e a reestruturação industrial baseada em uma gradual abertura da economia⁶³.

Conjuntamente a estes anúncios, a equipe econômica começou a trabalhar secretamente num plano que seria conhecido em junho como “Plano Austral”.

Para isto, em 15 de abril de 1985, reuniam-se em uma sala do FMI: Paul Volcker, presidente da Reserva Federal dos E.U.A, Sourrouille, Jacques de Larosière, titular do FMI, James Baker III, secretário do Tesouro de E.U.A e seu assistente David Mulford. Completando a delegação argentina estavam Mario Brodersohn e José Luis Machinea. O Ministro anunciou que o governo aplicaria um plano para reduzir fortemente a inflação sobre a base de um esquema de congelamento de preços e salários, junto com a troca do peso pelo austral e o compromisso de frear a emissão monetária. Entretanto, esta estratégia de aplicar um choque heterodoxo não convenceu a de Larosière, devido à incapacidade política do governo em reduzir o déficit fiscal e, principalmente, o déficit quase fiscal que reflete as perdas geradas pelas operações do Banco Central. Nesse momento a inflação anual encontrava-se nos 2300%. No entanto, se o Plano Austral conseguisse uma rápida redução da inflação, a arrecadação real recuperar-se-ia, podendo assim, manter o crescimento econômico. Em outras palavras, as autoridades econômicas sustentavam que o país poderia conseguir o resultado inverso ao efeito Olivera-Tanzi⁶⁴, ao evitar o aumento do nível de emissão monetária que o Estado ver-se-ia obrigado a fazer, ante à queda nas arrecadações fiscais.

Sourrouille estabeleceu que seria necessário firmar um programa falso com o FMI que incluísse um leve ajuste, uma vez que os bancos comerciais não outorgariam seu apoio se

⁶³ Esta visão já foi proposta também pelo primeiro Ministro da Economia do Processo, José A. Martínez de Hoz.

⁶⁴ Efeito Olivera-Tanzi: Em um período de alta inflação, a arrecadação tributária compromete-se em termos reais pela perda do valor que existe entre o momento da geração e o da cobrança do imposto.

o organismo multilateral previamente não o aprovasse. Só então, dar-se-ia a conhecer o plano oficial e, com a certeza dos fundos externos, o governo estaria em condições de firmar um acordo mais exigente com Washington. De Larosière advertiu que seria impossível que o *board* aprovasse um programa apócrifo para trocá-lo por outro verdadeiro em poucos dias. Mas Volcker declarou que apoiava a arriscada estratégia argentina.

Os técnicos do FMI reconheciam os esforços da equipe econômica, mas não toleravam o presidente que “não tinha uma estratégia coerente”. Sourrouille buscava convencer pessoalmente Volcker, J.Baker e Jacques de Larosière da necessidade de não deixar cair o acordo com o FMI, ainda que descumprisse as metas assinadas pelo país no fim de 1984. A principal preocupação da nova equipe econômica era evitar prejudicar a qualificação de garantia de crédito do país. Desta forma, o governo obteve o crédito para cobrir os atrasos no pagamento do serviço da dívida externa. A ativa participação do Tesouro norte-americano na obtenção deste crédito contrastou com a desconfiança e reticência que Grinspun havia provocado nas autoridades deste país. Esta circunstância, conjuntamente ao imediato e entusiasta apoio da Reserva Federal dos E.U.A ao Plano Austral, evidenciava, desde o início, que um dos principais respaldos políticos da nova equipe econômica estava precisamente no exterior. Isto se comprovaria nos meses seguintes, especialmente a partir de 1987, quando o Plano Austral entrou em crise e a equipe econômica passou a ser atacada pelos mais diversos setores sociais.

Numa viagem a Washington, o Ministro argumentou, pela primeira vez, sobre a necessidade de atacar a indomável inflação- que apresentou índices de 25,1% em janeiro, 20,7% em fevereiro e 26,5% em março- sem provocar uma aguda recessão. Mesmo sem obter um *waiver* para o programa *stand by* assinado por Grinspun, conseguiu-se ganhar um tempo a mais perante os bancos, com uma declaração de boa vontade do titular do FMI. Imediatamente, regressou a Buenos Aires e desenhou, com a sua equipe, as diretrizes do novo plano econômico. O presidente deu sua aprovação e o difícil intercâmbio de ideias prosseguiu em Washington a cargo de Machinea, até esgotar as discussões.

Entre março e junho, tomaram-se uma série de medidas que, aparentemente, continuavam com o plano gradualista de estabilização iniciado em setembro de 1984. Este conjunto

pretendia cristalizar uma determinada estrutura de preços relativos, antes da aplicação do novo plano de estabilização. A sua meta era incrementar substancialmente o tipo de câmbio, as tarifas públicas e os preços industriais, constituindo um colchão que protegesse estas variáveis econômicas de qualquer movimento futuro de preços, uma vez anunciado o Plano Austral.

Sucessivas desvalorizações levaram o peso a uma paridade com o dólar 17% inferior a de 1970. Relaxaram-se os controles à indústria, permitindo a sua modificação simultânea com a variação do tipo de câmbio. Incrementaram-se relevantemente as tarifas públicas, de modo que as empresas públicas cobrissem suas despesas operacionais e os serviços de sua dívida externa. O preço da carne foi estimulado a aumentar, a fim de melhorar os preços relativos do setor agropecuário, deteriorado pela queda dos preços internacionais. Limitaram-se os ajustes salariais a 90% do aumento do índice de preços ao consumidor do mês anterior, eliminando-se ajustes retroativos e congelando-se as vagas na administração pública. Finalmente, o gasto público foi reduzido em 12%. Como consequência destas medidas, a estrutura de preços relativos no momento do anúncio do Plano Austral era favorável para os preços industriais, tarifas públicas e o tipo de câmbio, mas nada favorável aos assalariados. Entre janeiro e junho de 1985, o salário real caiu drasticamente e os preços industriais melhoraram notavelmente em relação aos agropecuários. Ver a tabela 10: Evolução trimestral do salário real industrial, os preços relativos não agropecuários/agropecuários, os termos de intercâmbio e o preço da carne. Três dias antes da data prevista, por uma infiltração da imprensa, o governo anunciou o programa econômico que lhe garantiria uma grande vitória frente ao peronismo nas eleições legislativas de 3 de novembro, com uma inflação aparentemente domada. Segundo o anúncio de 14 de junho de 1985, o peso argentino deixava de existir para dar vez ao austral, e preços, tarifas e salários ficaram congelados, após um aumento de 25% na média. O Estado comprometeu-se a não mais emitir notas sem respaldo e um sistema de deságio permitiu converter à nova moeda os contratos expressos em pesos, para quebrar a inflação inercial prévia. Uma semana antes, o FMI difundiu o acordo falso, que permitiu obter um empréstimo de U\$S 500 milhões dos principais bancos internacionais. Em 28 de junho, conheceu-se o segundo programa, com um ajuste mais comprometedor, onde o dólar estava cotado a 0,8 austral. A inflação caiu de 30,5% em junho para 3,1%

em agosto, 2% em setembro e atingiu o nível mais baixo em outubro, a 1,9%. O respeitado prêmio Nobel de Economia, Franco Modigliani, qualificou o novo plano como um milagre.

Tabela 10. Evolução trimestral do salário real industrial, os preços relativos não agropecuários/agropecuários, os termos de intercâmbio e o preço da carne, 1985-1988 (médias trimestrais).

	Trimestre	Salário real*	Preços relativos	Termos de intercâmbio	Australes/kg Liniers*
1985	1	-15,2	106,4	121,8	-26,9
	2	-4,1	140,0	107,4	-25,1
	3	-11,1	118,6	100,6	31,1
	4	1,8	102,6	96,8	5,8
1986	1	0,3	98,2	102,3	5,9
	2	5,0	93,5	85,0	16,4
	3	4,2	82,5	86,6	13,6
	4	-4,1	78,7	82,6	1,6
1987	1	-8,4	87,9	88,2	4,8
	2	7,8	83,0	83,8	9,1
	3	-3,2	81,8	85,7	15,6
	4	-4,0	98,7	s/d	-32,7
1988	1	-2,1	99,7	s/d	3,2
	2	-4,6	114,3	s/d	-19,4

Nota: *Variação percentual em relação ao trimestre anterior.

Fonte: a) Salário real industrial (dezembro 1983=100): Fiel, Indicadores de Coyuntura, Buenos Aires, vários números; b) preços relativos: índice de preços atacadistas não agropecuários nacionais/índice de preços atacadistas agropecuários (1981=100), INDEC; c) termos de intercâmbio: BCRA; d) preço médio em australes do quilograma vivo em Liniers: Junta Nacional de Carnes, Boletín Semanal de informaciones sobre ganados, carnes y subproductos, Buenos Aires, vários números. O índice do preço da carne foi deflactado pelo índice de preços atacadista não agropecuários do INDEC (base 1960=100). Apud Peralta Ramos, 2007.

Resultados do Plano Austral

O plano aplicado em junho de 1985, consistiu numa drástica redução do déficit fiscal, por meio do aumento dos impostos, das exportações e das tarifas públicas, da introdução de um esquema de poupança forçada que, na prática era outro imposto e da melhora da arrecadação tributária. Do mesmo modo, o plano incluiu uma desvalorização de 15%, seguida de um congelamento do câmbio e de grande parte dos preços e salários. Estas medidas serviram para congelar a estrutura de preços relativos vigentes no momento do plano, certamente desfavorável para o setor assalariado e favorável para a indústria. Por outro lado, criou-se uma nova moeda, o austral. Cada unidade era equivalente a 1.000 unidades do antigo peso, mas foi simplesmente uma mudança de numerário destinada a impactar psicologicamente. Anunciou-se também o compromisso do governo de não imprimir mais dinheiro para financiar seu déficit orçamentário, o que deixava como recursos disponíveis apenas o melhoramento da arrecadação e o endividamento externo que na prática, foi o que predominou. Simultaneamente, o plano trouxe o anúncio da diminuição das taxas de juros de 30% para 6% mensais e introduziu um mecanismo de deságio que consistia numa tabela conversora de valores em pesos para austrais, utilizada para calcular as obrigações financeiras que venciam depois de 14 de junho.

Os resultados iniciais foram auspiciosos para o governo. A inflação diminuiu de 348% na primeira metade de 1985 para 20,2% na segunda metade. Nas contas fiscais registrou-se uma diminuição do déficit fiscal de 11,9% do PIB nos primeiros trimestres de 1985, para 3% no terceiro trimestre e 2,2% no último. Ao mesmo tempo, houve uma queda pequena na produção- com esta tendência desde o final de 1984- e houve uma melhora relativa da conta corrente. A queda na taxa de inflação permitiu ao governo anunciar uma recuperação no salário real, mas a realidade era outra. Desde a vigência do Plano Austral, o salário real deteriorou-se significativamente, experimentando leves melhoras no quarto trimestre de 1985, no segundo e terceiro trimestres de 1986 e no segundo trimestre de 1987 (ver a tabela 10). Mas estas leves melhoras circunstanciais não chegaram a compensar toda a sua deterioração, nem reverter a sua tendência declinante. Consequentemente, entre 1984 e 1987, o conjunto dos assalariados sofreu uma

significativa redução em suas remunerações. Ver a tabela 11: Evolução do salário real em diversas atividades econômicas.

Todavia, o aparente êxito inicial do Plano Austral, não evitou a preocupação - sintomas inquietantes- do governo no final de 1985. A inflação persistia, ainda que em níveis muito inferiores à taxa mensal prévia ao plano. Ver a tabela 12 Evolução mensal do índice de preços ao consumidor.

Tabela 11 Evolução do salário real em diversas atividades econômicas, 1984 – 1987
(em percentagens)

	Taxas de incremento anual cumulativo (1984-1986)	Crescimento percentual (1986-1987)*
Indústria manufatureiras	-5,13	-5,50
Comércio	-7,35	-6,01
Bancos	0,78	-1,21
Transporte	-6,95	-7,24
Construção	-14,80	-7,88
Empresas do Estado	-5,90	-4,96
Administração central		
Categoria 10	-11,29	s/d
Categoria 13	-9,92	s/d
Categoria 16	-9,92	s/d
Categoria 21	-13,50	s/d

*Nota: somente para os seis primeiros meses de 1987.

Fonte: Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, Boletín de Estadísticas Laborales, Buenos Aires, 1987 apud Peralta Ramos, 2007.

Tabela 12. Evolução mensal do índice de preços ao consumidor, 1985-1989

	1985	1986	1987	1988	1989
Janeiro	25,1	3,0	7,6	9,1	8,9
Fevereiro	20,7	1,7	6,5	10,4	9,6
Março	26,5	4,6	8,2	14,7	17,0
Abril	29,5	4,7	3,4	17,2	33,4
Maiο	25,1	4,0	4,2	15,7	78,5
Junho	30,5	4,5	8,0	18,0	114,5
Julho	6,2	6,8	10,1	25,6	202,0
Agosto	3,1	8,8	13,7	27,6	48,0
Setembro	2,0	7,2	11,7	11,7	---
Outubro	1,9	6,1	19,6	9,0	---
Novembro	2,4	5,3	10,3	5,7	---
Dezembro	3,2	4,7	3,4	6,8	---

Fonte: INDEC, apud Peralta Ramos, 2007.

Essa persistência continuou corroendo os salários e tornou impossível manter o congelamento imposto sobre o tipo de câmbio e as tarifas públicas. A situação complicou-se no primeiro trimestre de 1986, quando aumentou o déficit fiscal, conjuntamente com o aumento na deterioração da conta corrente do balanço de pagamentos e uma queda no nível das reservas.

Ver a tabela 13: Evolução trimestral do déficit fiscal como proporção do PIB e a tabela 15: Evolução trimestral do Balanço de Pagamentos .

A deterioração na conta corrente deu-se ao mesmo tempo em que se registravam saldos positivos na balança comercial, o que evidentemente refletia a forte incidência dos juros da dívida externa sobre a gestão econômica do governo. Esta circunstância deixou claro mais uma vez, que a dívida externa afetava significativamente as condições do funcionamento econômico prevaletentes desde o início da década de 1960.

Tabela 13. Evolução trimestral do déficit fiscal como proporção do PIB
1984 - 1987

	Trimestre	Setor público não financeiro	BCRA	Total déficit
1984		8,3	2,7	11,0
	1	9,5	5,6	15,1
	2	10,3	6,0	19,3
	3	6,3	3,1	9,4
	4	8,6	2,3	10,9
1985		3,5	2,4	5,9
	1	7,5	4,4	11,9
	2	6,9	5,0	11,9
	3	1,8	1,2	3,0
	4	1,3	0,2	2,2
1986		2,7	1,9	4,6
	1	2,3	1,7	4,0
	2	0,9	1,3	2,2
	3	0,8	2,2	3,0
	4	5,7	2,1	7,8
1987		6,3	0,9	7,2
	1	3,8	1,8	5,6
	2	6,5	1,7	8,2
	3	4,4	1,4	5,8
	4	8,5	-1,2	7,3

Fonte: BCRA, apud Peralta Ramos, 2007.

Tabela 14 Evolução trimestral do Balanço de Pagamentos, 1984 – 1988
(em milhões de dólares)

Trimestre	Conta corrente	Balança comercial	Serviços financeiros	Varição nas reservas
1984				
1	-197,0	1.294,0	-1.351,4	672,6
2	-137,5	1.350,0	-1.448,2	297,8
3	-749,6	755,0	-1.471,6	-488,3
4	-1.306,8	124,0	-1.440,8	-217,3
1985				
1	-779,8	826,0	-1.441,1	-288,3
2	186,9	1.643,0	-1.428,5	821,6
3	109,9	1.331,0	-1.221,6	1.436,6
4	-469,8	782,0	-1.214,0	523,2
1986				
1	-803,0	592,0	-1.147,0	-435,0
2	-456,0	814,0	-1.196,0	1.441,3
3	-508,0	541,0	-934,0	-380,0
4	-1.092,0	179,0	-1.139,0	-1.038,0
1987				
1	-1.021,0	241,0	-1.042,0	-461,0
2	-798,0	362,0	-1.157,0	-1.403,0
3	-1.098,0	-15,0	-1.044,0	-1.270,0
4	-1.321,0	-48,0	-1.242,0	-966,0
1988				
1	-946,0	454,0	-1.216,0	-1.002,0
2	-547,0	803,0	-1.344,0	-437,0
3	118,0	1.324,0	-1.174,0	584,0

Fonte: BCRA, apud Peralta Ramos, 2007

Decadência do Plano Austral e suas primeiras mudanças

Após o aparente sucesso inicial do Plano Austral no final de 1985, começaram a ser vislumbrados alguns efeitos negativos que colocavam a continuidade do plano em perigo. A inflação persistia ainda que em níveis muito inferiores à taxa mensal anterior ao plano (ver a tabela 12). Entretanto, esta persistência no médio prazo começaria a distorcer a

estrutura de preços relativos, uma vez que se verificava um lento, mas firme crescimento dos preços flex - conjunto de artigos tais como: carne e hortaliças- enquanto que outros preços -como dos produtos industriais e o valor do salário- permaneceram mais estáveis. O plano não incluía vias de escape ou soluções para corrigir estas distorsões, pois acreditava-se que os preços *flex* logo encontrariam um ponto de equilíbrio. (Cf. SCHVARZER, 1998).

As taxas de juros ativas nominais, ainda que tivessem diminuído substancialmente em relação aos valores anteriores à aplicação de plano, estabilizaram-se em valores positivos e elevados em relação às importações, constituindo um freio à reativação econômica. Apesar do efeito do Plano Austral sobre os salários não ter sido homogêneo em todos os setores⁶⁵, verificou-se que a persistência da menor inflação ainda os corroia.

O Ministro Sourrouille não conseguiu reconhecer a decadência do salário real após a vigência do Plano Austral. Segundo ele, o salário real aumentou ao se eliminar o imposto inflacionário que prejudicava, em primeira instância, os assalariados, admitindo que “a partir de então, produziu-se uma deterioração. Todavia, este declínio não alcançou as magnitudes denunciadas pelos distintos órgãos sindicais”⁶⁶. Ao avaliar as razões do ressurgimento da inflação, o Ministro referiu-se ao aumento dos preços dos alimentos frescos, em particular da carne. Mais tarde, definiu esta situação como práticas monopólicas.

A versão inicial sobre a evolução dos salários desde a aplicação do Plano Austral estava destinada a não perdurar. Dois meses depois o Ministro da Economia assegurou que, de acordo com a nova fórmula para calcular o salário real, “contamos com elementos de juízo para afirmar que o poder aquisitivo dos salários em geral não sofreu queda em relação a junho de 1985”⁶⁷. Posteriormente, reafirmou esta visão otimista da evolução salarial, desafiando tanto os setores interessados quanto a realidade dos fatos. Estas afirmações, reiteradas ao longo da gestão de Sourrouille, contribuíram para deteriorar a credibilidade do discurso oficial e potencializar o descontentamento dos setores populares

⁶⁵ O setor mais afetado foi o setor público, pois junto à demora no pagamento aos provedores do Estado conformaram parte do ajuste das contas públicas.

⁶⁶ Discurso do Ministro de Economia em Mensajes.....op. Cit de 06/02/1986

⁶⁷ Discurso do Ministro de Economia em Mensajes.....op. Cit de 04/04/1986

que, em grande parte, votaram no radicalismo nas eleições de 1983. E o custo político desta situação seria evidente nas eleições parciais de 1987.

As empresas viram-se favorecidas pelo efeito positivo tanto na queda inicial dos custos financeiros quanto na redução das expectativas de desvalorização que formavam parte no cálculo dos custos. Porém, uma vez absorvidas estas vantagens, apareceram novamente os deslocamentos dos preços e os pedidos de flexibilização dos controles.

As taxas de juros positivas afetaram especialmente as empresas de pequeno e médio porte, devido ao menor acesso ao crédito externo ou à segmentação preferencial do mercado inter-empresário. Isto implicava numa pressão recessiva e simultaneamente numa diminuição da demanda por importações. As taxas passivas positivas geravam incentivos à entrada de capitais no curto prazo, o qual tendia a reproduzir em menor escala a situação vigente na época da tablita de Martínez de Hoz. Para evitar o ingresso de capitais a curto prazo e manobras especulativas com divisas, o governo regulamentou a entrada e saída de capitais, fixando prazos mínimos mais extensos para créditos financeiros e diminuindo o prazo máximo para a liquidação do câmbio proveniente das exportações.

Frente à pressão dos sindicatos e ao risco do descontrole inflacionário, latente desde o começo de 1986, Sourrouille viu-se obrigado a anunciar a necessidade de mudar as regras do jogo impostas em junho de 1985. Em 4 de abril de 1986, as autoridades anunciaram a primeira modificação do Plano Austral que consistia numa flexibilização: aumentos de preços e salários das empresas públicas; aumento nos preços dos combustíveis; a primeira desvalorização do austral em relação ao dólar, acompanhada da introdução do sistema de *crawling peg*, um sistema de câmbio de microdesvalorização periódica; eliminação dos controles de preços e o anúncio de que futuramente os preços do setor privado poderiam se modificar, de acordo com o aumento nos custos.

A partir deste momento, a política de flexibilização manteve-se com reajustes periódicos de tarifas e preços dos combustíveis, mini-desvalorizações cada vez mais frequentes, maior liberalização dos preços e uma política de taxas de juros positivas. Este ajuste implicava na mudança de uma política de congelamento para outra de administração ou flexibilização de preços, o que trouxe implícita uma indexação moderada. A nova fase do Plano Austral mantinha a administração dos preços, mas também, implicava na

administração do tipo de câmbio, nas taxas de juros, dos salários e na dos ingressos e egressos fiscais. Quanto aos salários, anunciou-se um aumento trimestral e convocou-se sindicatos e empresas para discutir a oficialização das remunerações efetivamente pagas, como etapa prévia para as negociações coletivas do ano seguinte.

Durante o ano de 1986, o Plano Austral parece ter mantido uma relativa estabilidade dos preços e favorecido o crescimento econômico após a recessão de 1985. O PIB global cresceu 5,3% nesse ano, sendo de 12,8% o aumento do produto industrial.

Esta expansão concretizou-se graças à estrutura de preços criada pelo programa econômico: retrocesso dos salários; redistribuição regressiva dos ingressos; incremento do consumo dos setores de maiores recursos; deslocamento de ingressos desde o agro e o financiamento do déficit fiscal, por meio do endividamento externo e posteriormente, interno. O financiamento do déficit via endividamento permitiu, por um lado manter o pagamento dos juros da dívida externa, satisfazendo a banca credora e, por outro, manter baixo o nível da inflação. Esta situação começou a ficar cada vez mais difícil, uma vez que as tensões mencionadas foram acrescentadas às dificuldades do balanço comercial - queda nos preços internacionais dos grãos e diminuição do volume da produção agropecuária exportável, por causa de fortes inundações. Com isto apareceram pressões do *establishment* e da banca credora pedindo uma maxi-desvalorização. Ver a tabela 15: Indicadores do setor externo.

Tabela 15. Indicadores do setor externo 1980 - 1989
(em milhões de dólares. Termos de intercâmbio 1970=100)

Ano	X	M	Saldo da balança comercial	Serviços financeiros	Dívida externa	Termos intercâmbio	Taxa Libor nominal
1980	8.020	10.539	-2.519	-1.531	27.162	117,7	14,0
1981	9.143	9.430	-286	-3.700	35.671	124,6	16,6
1982	7.626	5.337	2.287	-4.719	43.634	105,2	13,5
1983	7.836	4.504	3.331	-5.408	45.069	101,9	9,8
1984	8.107	4.585	3.523	-5.712	46.903	110,3	11,3
1985	8.396	3.814	4.582	-5.303	49.326	95,1	8,6
1986	6.852	4.724	2.128	-4.416	51.422	80,7	6,9
1987	6.360	5.819	540	-4.485	58.300	69,4	7,3
1988	9.133	5.322	3.810	-5.127	58.500	74,4	8,1
1989	9.579	4.203	5.374	-6.422	63.300	75,7	9,3

Fonte: Indec e BCRA, apud Rapoport, 2008.

Contrariando a expectativa oficial, estas novas medidas alimentaram a inflação, cuja taxa de aumento mensal chegou a 6,8% em julho de 1986 (ver a tabela 12). Ao avaliar esta situação de aceleração inflacionária, o Ministro outorgou a responsabilidade primária às demandas salariais e à política monetária passiva: “o ritmo da inflação passou assim a depender em grande medida do resultado da negociação salarial, dentro de uma política monetária permissiva”⁶⁸. Esta política monetária permissiva consistia em “redescontos do BCRA (Banco Central de la Republica Argentina) que cresceram numa proporção superior à inicialmente programada”. Finalmente, de acordo com o Ministro, “o aumento sazonal no preço da carne e de alguns outros serviços produzidos em julho, somaram-se aos fatores anteriormente mencionados, para explicar o súbito descontrole da inflação”⁶⁹. Analisando a evolução dos salários reais ao longo do período, fica claro que eles não foram a principal causa do aceleramento inflacionário. Os aumentos outorgados no segundo e terceiro trimestre de 1986 não conseguiram compensar a queda do salário verificada desde o início de 1985 (ver a tabela 10). Além disso, desde 1984 verifica-se uma substancial redução do custo da força de trabalho industrial. A evolução do salário real contrastou com o crescimento da produtividade na indústria. Entre 1984 e 1987, a produtividade aumentou a uma taxa anual acumulativa de 3,16%, enquanto os salários decresceram numa taxa anual acumulativa de 5,96%. Como consequência, a relação salário real e produtividade diminuiu a uma taxa anual acumulativa de 8,87%, o que significa que durante o governo radical a mão de obra industrial reduziu seu valor numa proporção maior que durante o P.N.R. Desta forma, a capacidade para a remarcação dos preços das principais empresas nos distintos setores de produção teve um papel decisivo na evolução da inflação desde a aplicação do Plano Austral. O interesse oficial para a melhora relativa dos preços agropecuários explica-se pelo desejo de incentivar a produção, assegurando um canal fluído de exportações, indispensável para se obter as divisas necessárias para o pagamento dos juros da dívida externa, por meio da diminuição das retenções, das exportações agropecuárias e de uma melhora no câmbio efetivo para os principais produtos do setor. Deste modo, após a vigência do Plano Austral, produziu-se

⁶⁸ Mensaje del Ministro de Economía Juan V. Sourrouille em Mensajes..., op. Cit. 25/08/1986

⁶⁹ Mensaje del Ministro de Economía Juan V. Sourrouille em Mensajes..., op. Cit. 25/08/1986

uma considerável recuperação dos preços relativos do setor, ainda que houvesse deterioração dos termos de intercâmbio e queda do salário real. Vale lembrar que grande parte da produção de carne estava destinada ao mercado interno.

Nestas condições, o governo tentou um segundo ajuste, com uma mudança na direção do Banco Central, quando o austral estava cotado em U\$S 1,086: saiu Alfredo Concepción e ingressou José Luis Machinea. O objetivo era tentar controlar as rédeas da política monetária, que estouraria em suas próprias mãos em 6 de fevereiro de 1989. Assim sendo, o Ministro tinha o controle completo da política do governo radical. José Luis Machinea propôs uma política monetária restritiva para a oferta de moeda e as taxas de juros reais ativas, que registravam uma tendência descendente há 12 meses, começaram a aumentar novamente, passando de -2,38% em agosto para 7,03% em dezembro. Consequentemente, o nível de notas e moedas em poder público, M_1 , diminuiu em relação ao PIB. As maiores taxas incentivaram o crescimento dos depósitos a prazo, aumentando o agregado M_2 . Ver a tabela 16: Ativos monetários em poder do público.

Tabela 16. Ativos monetários em poder do público 1980 - 1989
(em percentagem do PIB)

Ano	M1 Privado (notas e moedas + Dep. à vista)	M2 (M1 + dep. à prazo)
1980	7,6	
1981	5,9	22,3
1982	5,3	17,4
1983	4,4	14,4
1984	3,9	12,5
1985	4,6	11,7
1986	6,6	18,2
1987	5,5	17,0
1988	3,6	14,5
1989	2,8	13,4

Fonte: BCRA, apud Rapoport, 2008.

Mas esta política monetária conviveu no último trimestre do ano e início de 1987 com um incremento do déficit fiscal. Sob a ótica das receitas, a arrecadação da alfândega diminuiu, devido à redução do preço dos produtos agropecuários no mercado

internacional e a uma contração nas quantidades exportadas; a Lei da Poupança Forçada - que retribuíam aqueles que contribuían com uma taxa de juros negativa- tinha caducado e as tarifas públicas diminuían em termos reais. Quanto às despesas, eram pouco flexíveis dado o volumoso peso dos juros da dívida pública. No entanto, as compras de divisas do governo para cancelar compromissos com o exterior geraram uma expansão monetária que se tentava esterilizar para evitar maiores tensões inflacionárias por meio, de altas taxas de juros.

A política monetária contrativa também afetava as contas públicas, pois sua pressão recessiva diminuía a arrecadação que dependia da magnitude da atividade produtiva. Por outro lado, aumentava a remuneração aos encaixes do sistema bancário, o que aumentava o dispêndio. A somatória destes fatores teve como resultado a duplicação da relação entre o déficit fiscal e o PIB entre 1986 e 1988, o que distanciou o resultado fiscal dos níveis que as autoridades consideravam compatíveis com a estabilidade ao início do plano.

Quanto às contas fiscais, produziu-se uma importante redução no final de 1986. Diversos foram os fatores que contribuían para este acontecimento: a pesada incidência da dívida externa e o descontrole das contas externas no ano (ver a tabela 14). Apesar de se ter registrado saldos positivos na balança comercial em 1986, a conta corrente foi negativa durante todo o ano e houve queda permanente das reservas, com a exceção de um trimestre no ano.

Em fevereiro de 1986, o Ministro admitiu a forte e negativa incidência dos juros da dívida externa sobre o déficit fiscal. As drásticas restrições sobre o dispêndio fiscal, impostas primeiramente pelo FMI e em seguida pelo Plano Austral, provocaram uma severa diminuição do déficit fiscal entre 1984 e 1986. Mesmo assim, o ano de 1985 registrou um grande déficit operativo e de capital, explicado pela magnitude dos juros da dívida, pagos pelo país. Ver a tabela 17: Evolução de (1) serviço da dívida externa/exportações, (2) dívida externa/produto bruto e (3) juros da dívida externa/exportações .

Tabela 17 Evolução de (1) serviço da dívida externa/exportações, (2) dívida externa/produto bruto e (3) juros da dívida externa/exportações. 1970 – 1986 (em percentagens)

	1970	1975	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
(1)	21,6	22,0	16,6	17,3	23,1	24,5	24,9	40,5	51,8
(2)	8,6	8,2	18,1	18,9	30,5	42,8	36,9	59,0	52,1
(3)	5,6	7,4	7,0	8,5	13,1	14,8	20,2	32,6	35,2

Fonte: Banco Mundial, World Debt Tables, Washington DC, Banco Mundial, 1988-1989, apud Peralta Ramos, 2007.

Nos meses seguintes, esta situação se repetiria, apesar do severo corte do dispêndio público e da leve melhora da arrecadação impositiva. Contudo, a partir do último trimestre de 1986, o déficit fiscal passou a um descontrole total (ver a tabela 13) acompanhado pela intensificação da deterioração da conta corrente (diminuição do saldo comercial em 1986 e negativo no terceiro trimestre de 1987), além dos termos de intercâmbio em seu ponto mais baixo (ver as tabelas 4.3 e 4.5).

Como resultante, aumentaram-se as tensões inflacionárias e as âncoras que as continham começaram a desprender-se. Afinal, os salários ajustavam-se, em função das negociações dos sindicatos com os empresários, as tarifas públicas e o tipo de câmbio estavam indexados e os preços flexibilizados.

O contexto econômico dava claras evidências de uma forte luta distributiva, que tinha como centro as transferências do Estado. Por não existir uma negociação coletiva que organizasse antecipadamente o orçamento, os diversos setores deparavam-se com uma relação bilateral com o governo, na qual utilizavam sua capacidade de pressão para pedir transferências ou concessões impositivas, de forma independente. Isto aumentava o gasto público global e as distorções macro-econômicas, medidas em termos de imposto inflacionário.

No contexto da projetada reforma estrutural da indústria, anunciada no princípio da gestão de Sourrouille, o governo tinha começado a diminuir lentamente algumas tarifas de importações, ao mesmo tempo em que mantinha vigente a Lei de Promoção Industrial,⁷⁰ aprovada em 1977. O governo radical manteve intata esta legislação e só a

⁷⁰ Esta lei foi uma peça central da política econômica do Processo, pois permitiu a intensificação da concentração industrial e a constituição de poderosos grupos econômicos.

partir de 1986 a reforçou com uma série de medidas destinadas à promoção das exportações industriais.

Esta lei consistia na outorga de um conjunto de subsídios de tipo cambial, impositivo e financeiro, para certos setores da indústria e eles acarretavam um custo fiscal crescente. Entre 1984 e 1986, este custo, medido em proporção à sua incidência no total do PIB, aumentou a uma taxa cumulativa de 46,8%, chegando a representar, em 1986, 53% do total do déficit do setor público e 96% do déficit não financeiro. (BANCO MUNDIAL, Argentina, 1988). Continuava assim, a substituição da acumulação de capital pelos subsídios fiscais. A gestão do governo radical mostrou-se incapaz de dismantlar este poderoso mecanismo de subsídios no setor mais concentrado da indústria. Os objetivos da reestruturação industrial, propostos no princípio de 1986, não foram acompanhados por medidas extremas que visaram à eliminação dos subsídios e ao recorte do poder monopólico ou oligopólio em certas áreas-chaves da indústria.

Na visão oficial, a diminuição alfandegária introduziria um lento e gradativo processo de abertura econômica, que poderia levar a uma eventual modernização e desregulação do setor. Ingenuamente, o governo esperava que a indústria aceitasse a diminuição progressiva das barreiras alfandegárias e permanecesse fiel às pautas estipuladas pelo Plano Austral. Mas o que aconteceu foi que a indústria, e em particular os setores mais concentrados, duvidou da reestruturação proposta pelo governo, ou seja, da diminuição da proteção alfandegária e modificação da relação com as empresas do Estado, o que provocou enormes resistências que apareceriam a partir de 1987.

As crescentes complicações induziram à adoção de novas medidas e em novembro de 1986 criou-se o Diretório de Empresas Públicas, que aglutinava todas as empresas do Estado. O objetivo deste *holding* era organizar e racionalizar as companhias, com critérios de eficiência próprios do setor privado, pensando-se inclusive na possibilidade de sua privatização parcial ou total. (OSSONA, 1992, p.41).

Como 1987⁷¹ era um ano eleitoral, várias questões relacionadas à persistência do Plano Austral e seus efeitos sobre a clientela eleitoral do radicalismo foram levantadas. A persistente queda do salário real e o descontentamento popular expresso numa série de greves e conflitos, produtos de um sindicalismo combativo - que até a chegada do

⁷¹ Eleições no Parlamento e de governadores.

menemismo ao poder organizou 13 manifestações gerais, tanto nas fábricas quanto na administração pública - acrescentavam maior incerteza sobre os resultados eleitorais e sobre a capacidade do governo para manter em vigência uma política econômica que alienava importantes segmentos de sua clientela eleitoral. Era de se esperar possíveis aumentos salariais e futuros controles de preços para acalmar o descontentamento popular. Sendo assim, não deveria surpreender o comportamento especulativo dos setores mais importantes do empresariado industrial, que reagiu com uma antecipada e sistemática remarcação de preços.

Já nos primeiros meses de 1987 multiplicaram-se os julgamentos aos militares comprometidos com a repressão durante a ditadura com o objetivo de se adiantar ao prazo de vencimento pela Lei de Ponto Final.⁷² As acusações começaram a recair nos oficiais subalternos, o que aumentou o descontentamento nas Forças Armadas, pois segundo o Código da Justiça Militar, os oficiais superiores são responsáveis pelos atos de seus subordinados. Em abril, um oficial se negou a comparecer perante a Câmara Federal de Córdoba e refugiou-se numa unidade do terceiro Corpo do Exército. O tenente coronel Aldo Rico solidarizou-se e sublevou a Escola de Infantaria de Campo de Maio durante a Semana Santa. Este fato ficou conhecido como o “Levantamiento de los Carapintadas” - oficiais nacionalistas e fundamentalistas. Rico desmentiu que as suas intenções eram golpistas, desafiou seus superiores, que o desalojaram, pediu uma solução política para o problema do julgamento contra os militares e o deslocamento do generalato ligado ao Processo de Reorganização Nacional.

A sociedade civil reagiu contra os rebeldes e em 16 de abril, uma multidão apoiou o presidente, ao lado da sua principal oposição: o peronismo renovador. As manifestações populares culminaram, em 19 de abril, num ato na Plaza de Mayo⁷³. As autoridades militares não cumpriram a ordem de reprimir os sediciosos, o que evidenciava a fragilidade do controle do governo sobre as Forças Armadas.

Desta forma, o próprio presidente dirigiu-se ao Campo de Mayo para tratar com os amotinados. Logo após, anunciou que a crise havia terminado com a rendição dos

⁷² Foi um projeto apresentado ao Congresso que fixava um prazo de sessenta dias para se iniciar novas acusações contra quem tivesse participado da repressão ilegal. Transcorrido este prazo, somente poderiam ser julgados aqueles que tivessem fugido do país ou cometido atos criminais que afetassem crianças. O projeto foi convalidado por ambas as Câmaras, com o nome de “Lei do Ponto Final” em 1986.

⁷³ Praça em frente ao Palácio do Governo, local onde todas as manifestações terminam.

insurretos. Entretanto, este ato que parecia ser a vitória da democracia terminou sendo mais outra concessão aos militares. O presidente aceitou a renúncia do chefe de Estado Maior e a aposentadoria de quatorze generais. Solicitou ao Congresso a aprovação da Lei de Obediência Devida, que anistiava os oficiais com grau inferior a coronel pelos delitos cometidos durante a luta contra a subversão. Com estas decisões, a credibilidade do presidente ficou seriamente abalada.

Em fevereiro de 1987, para atenuar a situação, a equipe econômica lançou um congelamento de preços e salários (assumido depois como um erro) devido ao crescimento dos desequilíbrios nos setores tanto externo quanto público e frente à incapacidade de se tomar medidas mais estruturais para frear uma possível espiral inflacionária. Houve ainda tentativas de intervir em alguns mercados, cujos preços tinham influência direta no custo de vida⁷⁴.

Por um lado o congelamento de preços e salários combinado com uma minidesvalorização e a manutenção da política monetária restritiva do Banco Central e por um lado, as expectativas desfavoráveis do público, a ausência de uma desindexação dos contratos e a inexistência de um colchão nas tarifas e preços equivalente à de junho de 1985 deixaram como resultado um claro fracasso.

A interpretação da situação econômica feita pelo governo, no começo de 1987, não era totalmente pessimista. Existia um conjunto de dificuldades, mas acreditava-se que, por meio de medidas estruturais, elas poderiam ser evitadas.

Deste modo, o governo tomou algumas medidas de fundo. Propondo uma maior integração da economia ao comércio mundial por intermédio de uma abertura exportadora e a intensificação da diminuição à proteção alfandegária; incentivos à inversão privada, outorgando um contexto de expectativas estáveis com apoio tecnológico; a reestruturação do mercado de capitais e do sistema financeiro, bem como uma reforma do Estado. Esta última incluiria a transformação do regime de salários e emprego público; a privatização de empresas públicas; uma reforma tributária,

⁷⁴ Como exemplo, o caso dos frangos. A secretária do Comércio Interior, a cargo de Ricardo Mazzorin, importou uma quantidade considerável de frangos da Europa Oriental. A qualidade dessas aves não era apropriada para o consumo do público argentino, conseqüentemente, a quantidade resultou muito superior à demanda nacional. Criou-se, assim, um excesso de oferta. O governo teve de arcar com as despesas da refrigeração e este erro de cálculo foi utilizado pela oposição.

substituindo o imposto inflacionário pelo gravames explícitos e a diminuição do gasto estatal excessivo.

Estas propostas tiveram seu cumprimento apenas parcialmente, dada a difícil conjuntura internacional com a qual o país se defrontava⁷⁵. Além das resistências internas dos diferentes setores de poder tais como os contratistas do Estado, os beneficiários do regime de promoção industrial, os governos estatais e os funcionários públicos.

A situação econômica começava a dar sinais de deterioração. Havia conflitos como a luta sindical por maiores salários e contra a racionalização do setor público, a pressão da banca privada internacional pelo pagamento total dos serviços da dívida - mesmo com a maior flexibilidade dos organismos internacionais tais como o FMI e o Banco Mundial - a demora no processo de execução das privatizações das empresas do Estado e as dificuldades para controlar os contratos do Estado, com as diversas empresas que conformavam a “pátria contratista”⁷⁶ (OSSONA, 1992; SCHVARZER, 1998), que tinham grande incidência econômica.

Em resposta à pressão dos sindicatos, destinaram-se aumentos salariais ao setor público, para compensar a inflação passada seguida por um novo congelamento. Também efetuou-se a mudança do Ministro do Trabalho para Carlos Alderete, um dirigente sindical muito mais conciliador. O resultado destas medidas avivou as demandas sindicais e amedrontou o empresariado. Frente à pressão sindical, em 9 de maio, assinou-se um acordo entre os Ministros da Economia e do Trabalho, cujo teor estabelecia novos aumentos salariais e de preços do setor público. Os preços do setor privado permaneceram sob controle, mas dentro de uma política mais flexível. O resultado foi um crescimento do salário real no segundo semestre de 1987, mas insuficiente para compensar a queda do trimestre anterior. Contudo, depois foi registrada a reversão nos dois trimestres seguintes (ver a tabela 10) e este aumento salarial foi o estopim para instalar o pânico empresarial .

Em julho de 1986, o acordo com o FMI estipulou uma correção dos preços relativos, por meio de um aumento das tarifas públicas e do tipo de câmbio, mas isto provocou uma alta

⁷⁵ Queda do 25% na cotação dos grãos e oleoginosas, medidas protecionistas e subsídios dos governos dos países centrais e altas taxas internacionais de juros.

⁷⁶ Este termo faz referência aos indivíduos que obtinham contratos com o Estado por suas influências e/ou indicações.

nos preços, uma vez que os acordos entre empresários e sindicalistas alimentavam a inflação que já registrava taxas de 15% mensais.

Também existiram problemas de financiamento no setor público. O compromisso de manter sob controle a quantidade de moeda emitida via-se contrariado tanto pelo crescente déficit fiscal quanto pela necessidade da compra de divisas, para cancelar os compromissos externos – o que implicava injetar o contravalor em austrais no mercado. Esta medida acarretou a utilização de ferramentas da política econômica que poderiam ser explosivas a médio prazo, tal como a tentativa de esterilizar parte da nova massa monetária com a aplicação de títulos públicos, trocando assim, dívida externa por dívida interna. O mesmo pode ser dito do aumento dos encaixes do sistema bancário, remunerados com juros que constituíam uma despesa que alimentava o déficit (déficit quase-fiscal).

À medida que o mercado de títulos saturava-se, a dívida crescia e, simultaneamente, as dúvidas sobre a solvência do Estado no momento dos vencimentos. A inflação aumentou e o governo viu-se forçado a incrementar as taxas dos juros, para que seus bonos não perdessem atrativo. Novamente, com a capitalização das massas crescentes de ganâncias financeiras, houve repercussão no volume da dívida e influência na atividade econômica. As taxas de juros crescentes e as dificuldades na oferta alimentavam a inflação, pressionando novamente as taxas de juros nominais. Criava-se assim um perverso círculo vicioso, que começou a perfurar as bases do Plano Austral. A partir deste momento, a situação deteriorou-se rapidamente. Os reiterados ajustes de preços do setor privado, o aumento do déficit fiscal e a flexibilização da política monetária convergiram a uma taxa de inflação de 13,7% em agosto e de 19,6% em outubro (ver a tabela 12).

A derrota eleitoral do radicalismo nas eleições parciais de 6 de setembro de 1987 levou o governo a uma paralisia e à desorientação que incrementaram a perda de credibilidade da equipe econômica. A reeleição do Presidente esvaiu-se, uma vez que o partido radical perdeu o controle da Câmara de Deputados e, conseqüentemente, a possibilidade de modificar a Constituição. A Câmara de Senadores permanecia adversa ao radicalismo

desde 1983 e todos os governos dos Estados foram perdidos para o peronismo⁷⁷, indicando assim, a sua alta probabilidade de vitória nas eleições presidenciais, a serem realizadas em 1989. Este contexto ajudou a confirmar a transitoriedade da política econômica, contribuindo com as atitudes especulativas. O governo radical, desclassificado pelo voto popular, começou a perder o rumo. Mesmo com estas dificuldades, tentou aprofundar as reformas estruturais programadas: um conjunto de medidas foram propostas ao Parlamento, entre elas uma nova lei de co-participação federal; desregulação dos serviços públicos e da atividade petroleira; venda de 40% da empresa *Aerolíneas Argentinas*; reforma do regime de promoção industrial e redução da proteção alfandegária e para-alfandegária em determinados setores econômicos. Na maior parte dos casos, houve aprovação parlamentar, mas de um modo geral, estas propostas sofreram forte oposição, tanto pelo peronismo quanto pelos *lobbies* afetados. Conseqüentemente, a margem de ação do governo foi diminuindo: as medidas demoravam e as ferramentas da política econômica ficaram cada vez mais limitadas. O Ministério do Trabalho conseguiu a aprovação de um pacote de leis laborais e a convocação para as Convenções Coletivas de Trabalho no início de 1988. A fixação dos salários privados ficou fora da administração governamental, bem como desregularam-se totalmente as taxas de juros e criou-se um tipo de câmbio livre para as transações de capital.

Como era de se esperar, os grupos de interesse intensificaram suas resistências à abertura da economia e pressionaram para tirar proveito da desregulação com a finalidade de aumentar seu grau de controle sobre o mercado local. Neste contexto, a inflação no início de 1988 chegou aos níveis que precederam a aplicação do Plano Austral.

No plano político, novos episódios colocaram à prova a solidez do governo constitucional, que se esgotava pela esquerda com o levantamento do quartel da Tablada, Movimento Todos pela Pátria, de Aldo Rico e pela direita, com a rebelião de Seineldin em Villa Martelli. Pouco oxigênio político restava ao governo radical. Em janeiro de 1988, Rico, que fugiu do local onde estava detido, comandou tropas em Monte Caseros, província de Corrientes. O chefe dos carapintadas exigiu o atendimento às reivindicações

⁷⁷ O Peronismo renovador venceu na província de Buenos Aires, consagrando a fórmula de Antonio Cafiero-Luis Macaya. O triunfo peronista atingiu outras 16 províncias, tanto que a UCR somente ganhou em duas províncias: Córdoba e Rio Negro.

dos militares. Neste caso, após um breve enfrentamento com as tropas leais, enviadas pelo novo chefe do Estado Maior do Exército, general Dante Caridi, a sublevação foi sufocada, e seu chefe encarcerado. No início de 1988, o coronel Mohamed Ali Seineldin, considerado o mentor ideológico dos “carapintadas”, provocou um amotinamento na Escola de Infantaria do Campo de Mayo. A revolta chegou até Villa Martelli, província de Buenos Aires. Seineldin reclamou uma ampla anistia, falou sobre a necessidade de melhoras no orçamento e ignorou a autoridade de Caridi. Os rebeldes, cercados pelas forças leais do governo, foram detidos. Uma vez mais, o episódio teve um ambíguo desenlace: o general Caridi, encarregado de acabar com eles, foi aposentado e substituído pelo general Francisco Gassino.

Apesar da existência de sinais negativos no contexto econômico, foi possível concluir as longas negociações com a banca dos credores, permitindo a chegada de recursos financeiros externos que aliviaram o panorama. Entretanto, a queda no saldo da balança comercial levou ao esgotamento das reservas de divisas do Banco Central no começo de 1988. O F.M.I retirou seu apoio devido à piora nos indicadores fiscais e monetários e, em abril, o governo suspendeu os serviços da dívida aos bancos comerciais, levando o país à moratória. (MACHINEA & SOMMER, 1990).

2.4. A última tentativa de controle da economia: o Plano Primavera.

Na metade de 1988, a situação estava fora de controle, tanto no âmbito político quanto econômico.

A economia argentina enfrentava uma situação crítica, na qual se combinava recessão, inflação de 440% acumulados no semestre, queda salarial de 33% desde 1984, desemprego de 6,5% da PEA, 8.9% de subocupação e uma dívida interna que chegava aos US\$ 46.000 milhões. O retrocesso salarial gerou um conjunto de greves em distintos setores e uma greve geral dos trabalhadores dos serviços públicos, que finalizou com uma importante desordem na Plaza de Mayo e atos de vandalismo nos arredores. (RAPOPORT, 2008, p.750).

Politicamente, durante 1988 acentuou-se a queda do governo com a vitória da candidatura de Carlos Saúl Menem⁷⁸ para presidente da República Argentina em 1989, nas eleições internas do peronismo.

Este panorama confirmava mais uma vez a transitoriedade da política radical.

Surpreendentemente, a situação econômica e política interna deterioravam-se, o setor externo mostrava sinais de melhoria, pois uma seca no hemisfério norte elevava os preços internacionais de alguns produtos agrícolas.

A possibilidade de que o país recebesse um volume de divisas provenientes das exportações agropecuárias criou uma nova luta, dado que cada setor estava interessado em ser o destinatário delas. Assim sendo, o setor agropecuário iniciou uma campanha para impedir a reinstalação das retenções às exportações ou a adoção de qualquer outra medida destinada a desviar as novas divisas do bolso dos produtores agropecuários para os cofres do Estado. Simultaneamente, o setor industrial começou uma forte pressão com o objetivo de que estas novas divisas fossem destinadas a incentivar sua produção.

Paralelamente, existia também a pressão da banca externa que queria que o governo saldasse os juros da dívida externa vencidos desde abril.

Em julho de 1988, a taxa de inflação mensal atingiu 25,6% e o governo preparava novas modificações para o Plano Austral (ver a tabela 12). Assim apresentou-se uma nova versão do plano de choque que contava com o apoio de diversas entidades empresariais: UIA, CAC e CGI, mas dadas as medidas implementadas, conseguiu também a oposição de várias outras entidades importantes, tal como a SRA. Finalmente, em princípios de agosto e após setenta e duas horas de feriado cambial, o governo anunciou as novas medidas. O pacote de medidas compôs o chamado Plano Primavera, que consistia numa explícita concertação de preços entre o governo e os setores da indústria. As expectativas não eram boas e o sucesso do plano era improvável, sem poder político interno e nem credibilidade no exterior. Ao congelamento de salários, preços e tarifas acrescentou-se a ingênua intenção de reduzir drasticamente o déficit fiscal.

O plano incorporava várias medidas. Devido à promessa de Alfonsín aos produtores rurais de não aplicar novos impostos às exportações agropecuárias, foi desdobrado o

⁷⁸ Este candidato estava comprometido com uma política econômica distribucionista e com a moratória do pagamento da dívida externa.

mercado cambial. Estas exportações ficaram no segmento regulado com o menor câmbio. O segundo mercado, o financeiro, foi liberado formalmente, mas o Banco Central interviria com o objetivo de controlar que a diferença do câmbio entre ambos não superasse 25%. No primeiro mercado, o mercado livre, seriam liquidados o total das exportações agrícolas e 50% das exportações industriais, uma vez que no segundo mercado negociariam-se as divisas correspondentes ao restante dos 50% das exportações manufatureiras, das importações e os juros da dívida externa privada. Esperava-se um excesso de demanda no mercado livre, dado que a metade do valor das exportações não cobriria o valor das importações mais os juros, desta forma, este excesso seria financiado por vendas diárias de divisas pelas autoridades monetárias - originadas no excesso de oferta do mercado comercial- a fim de manter a diferença prevista. Por meio do desdobramento cambial, o governo tratava de redistribuir, ao seu favor, uma parte do aumento dos preços dos produtos agrícolas sem recorrer às retenções, aqui a oposição da SRA - a Sociedade Rural Argentina.

A estabilidade de preços consistia num acordo desindexatório com as empresas líderes e um aval das câmaras patronais e não em um congelamento. O governo cedeu três pontos na taxa do imposto ao valor agregado, de 18% para 15%, fato contraditório com o objetivo de aumento dos ingressos fiscais. Em contrapartida, aumentaram-se as tarifas públicas em aproximadamente 30%.

Dada a aprovação da lei no Congresso no final de 1987, os salários não poderiam ser fixados unilateralmente pelo governo. Esperava-se que os acordos entre os sindicatos e as câmaras empresariais respeitassem as pautas de correção de preços acordadas entre o governo e os empresários. A taxa de câmbio e as tarifas públicas também foram corrigidas em sentido ascendente antes do anúncio do plano. (Cf. FANELLI & FRENKEL, 1990).

O efeito anti-inflacionário do programa teve uma duração curta – de agosto de 1988 até fevereiro de 1989- mas a inflação mensal reduziu dos 25% no começo do plano para 6.8% em dezembro. As tarifas públicas e a taxa de câmbio seguiram a tendência de ficarem atrasados, aumentando assim os efeitos negativos sobre o desequilíbrio fiscal e o setor externo. As taxas de juros resultavam elevadas em termos reais, devido à política monetária restritiva e à tendência ascendente por parte dos rendimentos dos títulos

públicos que o governo tentava aplicar. A quantidade e variedade de documentos da dívida pública emitidos, a prazos cada vez mais breves e com todo tipo de cláusulas de indexação, foi aumentando, dando lugar ao fenômeno chamado “festival de bonos”⁷⁹. A componente essencial do plano foi a licitação de dólares feita pelo Banco Central, em que o objetivo oficial era manter controlado o valor da divisa no mercado paralelo para evitar a especulação com o tipo de câmbio e a consequente quebra do acordo de preços com a União Industrial, UIA. Como complemento a esta medida, mantiveram altas taxas de juros para atrair capitais ao mercado financeiro local.

Mas, contrariando as expectativas oficiais, a especulação prosperou com maior força, como veremos a seguir.

No princípio, o Plano Primavera congelou por dois meses o preço do dólar comercial a 12 austrais, colocou um teto de 14,40 austrais no mercado financeiro e promoveu um monetarismo restritivo provocando o aumento das taxas de juros. Nestas condições, os exportadores e os grandes possuidores de dólares tinham incentivos para vender grande parte de suas divisas, converter o valor correspondente para austrais a taxas de juros que rondavam 11% mensais. A diferença entre o aumento das taxas de juros, a inflação e a evolução do tipo de câmbio permitiu a obtenção de rendimentos mensais de 8 a 10%. Isto é, em um mês, verificava-se um rendimento equivalente a um ano de investimentos nos Estados Unidos ou Europa.

A equipe econômica pretendia obter uma trégua de preços e ganhar tempo para chegar às eleições presidenciais numa conjuntura econômica relativamente controlada. Mesmo assim, a data do ato eleitoral foi antecipada em dois meses.

A continuidade do Plano Primavera dependia basicamente da existência de um fluxo permanente de divisas destinado a alimentar o mercado local e manter baixo o valor do dólar. Este esquema entrou em crise no início de 1989.

O controle sobre a oferta monetária pelo Banco Central foi se debilitando devido ao crescente déficit fiscal, ao renovado superávit comercial e à queda na demanda de títulos do governo. Dada esta situação, optou-se pela colocação forçada de dívida no sistema financeiro, por meio de encaixes remunerados.

⁷⁹ Entre os quais temos: Bonor, Bonin, Barra, Bagon, Tidol, Denor, Vavis e TCD.

As contas fiscais também começariam a sair de seu rumo após a próxima mudança de governo, uma vez registrado um massivo descumprimento fiscal ante a expectativa de um futuro “blanqueo” (regularização tributária impositiva). As tendências recessivas também pressionavam para baixo a arrecadação impositiva, dado que reduziam a base disponível. Em plena campanha eleitoral, aumentou a incerteza política e a debilidade do governo. A escassa capacidade para se administrar os desequilíbrios econômicos e a pressão dos grupos de poder que procuravam consolidar posições futuras, travavam qualquer projeto de reforma e tiravam da equipe econômica a possibilidade de executar políticas de curto prazo.

2.5. A hiperinflação: a especulação financeira, a crise social e o golpe de mercado

Ao início de 1989, as expectativas inflacionárias cresceram e os motivos eram vários, tanto econômicos quanto políticos.

Em janeiro de 1989, uma nova administração, conduzida por George Bush, assumia o governo nos Estados Unidos. À diferença do apoio acontecido nos últimos anos da administração Reagan, as novas autoridades do Tesouro norte-americano tinham sérias dúvidas sobre o futuro do Plano Primavera. Assim, dentro do Banco Mundial houve uma predominância nos setores que desconfiavam da solidez do plano econômico argentino. A incerteza em relação ao futuro resultado eleitoral provocou um total estancamento das negociações com a banca internacional.

A política econômica oficial dependia altamente das reservas do Banco Central (BCRA) e da esperança do desembolso do crédito prometido pelo Banco Mundial, em setembro do ano anterior. Estes desembolsos foram suspensos.

O contexto era de alta incerteza devido às expectativas de mudanças do futuro governo e à impotência das autoridades econômicas diante da proximidade de sua partida. Os detentores de depósitos em dólares começaram a acudir os bancos na procura de seus fundos.

Ao finalizar janeiro e após a publicação das notícias referentes à mudança de atitude do Tesouro americano e do Banco Mundial, ocorreu uma importante corrida ao dólar, provocando a licitação do BCRA de US\$ 227 milhões, em três dias, para impedir a subida da divisa americana no mercado paralelo num contexto em que as taxas de juros passivas eram muito elevadas⁸⁰. Esta situação levou as autoridades econômicas a adotar uma série de medidas que, na prática, foram o atestado de defunção do Plano Primavera. O êxito desta política num contexto de alta instabilidade e volatilidade depende da existência de quantidades relevantes de reservas do Banco Central. Caso contrário, a demanda de divisas ultrapassaria a sua oferta e a tentativa de controle levaria a um agravamento das condições iniciais, deixando o governo sem capacidade de intervenção. A tentativa do governo para preservar o valor do austral culminou num pleno insucesso. O BCRA anunciou imprevisivelmente a suspensão do fim da licitação de divisas, depois de ter vendido mais de US\$ 500 milhões em uma semana para impedir o aumento na cotação dela e de ter observado a diminuição no volume das suas reservas. Esta atitude provocou sérias dificuldades para muitas empresas que operavam em austrais e acreditaram na palavra oficial. Estas empresas contra-atacaram sobre o mercado de divisas, especialmente o setor exportador, gerando um caos econômico de magnitude inédita na história argentina.

Conjuntamente ao fim das licitações, o governo anunciou a permanência dos dois mercados cambiais para operações comerciais e a criação de um terceiro com o dólar livre. Como resultado destas medidas, o dólar livre passou de 17,65 austrais em três de fevereiro para 26,1 no décimo sétimo dia mesmo mês. Para evitar o aumento do tipo de câmbio no mercado livre, colocaram-se títulos públicos substitutivos ao dólar pelo valor de 6.200 milhões de austrais. Desta forma, desde o início de fevereiro, a dívida pública interna converteu-se no fator determinante da crise, pois representava quase 12% do PIB nacional. A corrida ao dólar continuou, ainda com a colocação de títulos e com a vigência de altas taxas de juros. Muitos grupos econômicos poderosos tentavam o ressarcimento das perdas sofridas durante os últimos dias de fevereiro.

⁸⁰ A taxa de juros passiva nominal em fevereiro de 1989 era de 18,9%, a taxa passiva real (isto é, descontada a inflação) era de 8,5%. Em janeiro, a taxa passiva real foi de 2,9%.

Esta reorganização no mercado cambial significou uma desvalorização encoberta, que foi insuficiente para deter as reclamações dos grupos econômicos opositores liderados pela Sociedade Rural Argentina. Simultaneamente, foi provocada a rejeição de boa parte daqueles que tinham apoiado o Plano Primavera, considerando-se que as novas medidas geraram grandes perdas financeiras.

Então, iniciou-se uma forte fuga de capitais, qualificada como o golpe econômico mais importante desde o retorno da democracia na Argentina. (OSSONA, 1995, p.8). Tornou-se impossível conter a bolha especulativa, a cotação do dólar livre disparou, incrementando assim a brecha cambiária entre os mercados e reforçando sua corrida. Concomitantemente, os preços começaram a acompanhar a evolução do dólar, detonando o processo hiperinflacionário.

No princípio de março, o Banco Mundial anunciou que suspenderia a entrega de U\$S 550 milhões à Argentina, pois o país não cumpriu seus compromissos acordados em setembro de 1988. Ao mesmo tempo, as negociações com a banca internacional e o FMI foram totalmente estancadas.

Em 15 de março de 1989, a inflação chegou a 17%. A corrida aos depósitos em dólares acelerou-se e a perda de reservas do BCRA chegou a valores entre 25 a 30 milhões de dólares diários, no final do mês. Nestas condições, o Ministro de Economia e toda sua equipe foi demitida. Agora era a vez de um velho político radical, Juan Carlos Pugliese, assumir a direção da política econômica do país.

A política econômica do governo ficou reduzida a pó em 6 de fevereiro de 1989, quando o Banco Central deixou de vender dólares após a perda de U\$S 495 milhões de reservas na semana anterior. A nova moeda, nascida em junho de 1985, cotada a 0,8 no mercado livre, passou a 25,80 em 12 de fevereiro de 1989 e a 520 no início de julho do mesmo ano, registrando-se o crescimento do dólar de 3069% desde o começo do Plano Primavera. A inflação do segundo mês do ano atingiu 9,6% em relação ao mês anterior, em maio estava em 78,5% e em junho já ultrapassava as três casas com um valor de 114,5%, chegando a 196,6% um mês depois. Anualmente, estes índices eram alarmantes, pulando de 1472% em junho, para 3609,1% no último mês da gestão do governo alfonsínista. (KANENGUISER, 2003, p. 76 e 77).

Terminado o feriado da Semana Santa, Sourrouille deixou de ser Ministro, exatamente em 1 de abril de 1989, com o dólar a 48,50 austrais. O substituto temporário foi o governador da província de Córdoba: Eduardo Angeloz, que estava atento aos conselhos do deputado Domingo Cavallo desde o exterior. O candidato substituto permanente (a posição mais indesejável do país naquele momento) foi o veterano e leal Juan Carlos Pugliese⁸¹, que tentou “falar com o coração” aos mercados para não abandonar o presidente antes do tempo, mas os especuladores “responderam com o bolso”. No término de abril, a inflação chegou a 45,7% e o dólar livre a 80,5 austrais.

(KANENGUISER, 2003, p. 77)

Nestas circunstâncias, o novo Ministro pôs em prática uma nova reforma cambial e decidiu induzir os exportadores a liquidar suas divisas, com o objetivo de atenuar a corrida ao dólar. Com tal objetivo, propôs a reforma cambial, repetindo o mesmo esquema utilizado no final de fevereiro, porém, aumentando em 50% a proporção de divisas que poderiam ser trocadas no mercado livre. Este esquema representava grande desvalorização para os produtos exportáveis: 54% para as exportações agropecuárias, 42% para as industriais e 75% para o dólar de importação. No entanto, a situação permaneceu sem modificações, isto é, a inflação continuou aumentando.

Cedendo às pressões, em 13 de abril, o Ministro unificou o mercado de câmbios para a liquidação das divisas provenientes de todas as operações comerciais e financeiras, mas manteve as retenções e os direitos de exportação - o que na prática significou a persistência de um sistema de tipos de câmbio múltiplos. A partir deste momento, tanto o valor do dólar quanto os índices de preços cresceram conjuntamente até princípios de junho. Registraram-se, também, os maiores aumentos no câmbio. O governo adotou outras medidas destinadas a atenuar o déficit: houve aumento das tarifas públicas em 14% e tentou-se melhorar a arrecadação tributária. Contudo, estas disposições não atingiram o objetivo proposto, tanto pela deterioração das tarifas públicas quanto pelo grande aumento da dívida pública interna. Pelo contrário, estas medidas agravaram este endividamento.

A taxa de juros nominal ativa que, em janeiro era de 12,4%, aumentou para 53,7% em abril, para alcançar 145% em maio. Descontada da inflação, a taxa ativa passou de 8,7%

⁸¹ Ocupou o mesmo cargo na presidência de Illia.

em abril para 32,5% em maio de 1989. A grande diferença entre o aumento da taxa de juros e da taxa de crescimento dos depósitos evidenciava a possibilidade de um colapso no sistema financeiro.

O anúncio presidencial do pagamento dos títulos da dívida pública interna não conseguiu reverter a queda nas paridades dos títulos. Os investidores retiravam-se massivamente dos depósitos em austrais e compravam dólares.

De 3 de fevereiro até o final de abril, o dólar livre havia se valorizado em 358%. O BCRA continuou perdendo reservas, que já não superavam os U\$S 510 milhões nos últimos dias de abril. O Ministro da Economia acusou os exportadores de serem os principais responsáveis pela deterioração no valor da moeda ao adiar, com fins especulativos, a liquidação de suas divisas e reiterou que não seria reimplantado o controle de câmbios⁸². (LA NACIÓN, 25/05/89).

Naquele momento, entrava em colapso o sistema de preços inter-empresário. Vendia-se com pagamento adiantado ou com aumentos desproporcionais de 100% ou a mais de 200%, com preço aberto e indexação conforme o tipo de câmbio no momento do pagamento. O desabastecimento de insumos industriais estava vigente, provocando assim, uma interrupção da cadeia de produção e levando ao fechamento temporário de algumas fábricas, especialmente no setor metalúrgico e automotivo. Ver a tabela 19: Evolução mensal dos preços relativos atacadistas e a tabela 18: Evolução do índice de preços ao consumidor por semana.

Em 1 de maio, faltando duas semanas para as eleições presidenciais, adotaram-se novas medidas com o objetivo de controlar a espiral do dólar e provocar um ajuste fiscal.

Adiantou-se a cobrança de diversos impostos e implementou-se um bônus de financiamento solidário, de subscrição voluntária equivalente a 2,5% do faturamento das 250 empresas mais importantes em 1988. Na prática, isto representou um adiantamento da cobrança de impostos com o objetivo de saldar o notável déficit fiscal. Por outro lado, congelaram-se os preços, adiantou-se um terço do pagamento do décimo terceiro salário, aumentaram-se em 200% os encargos sociais e concedeu-se, aos aposentados, um valor fixo de 1000 austrais. O objetivo final era reduzir a aceleração da queda do salário real,

⁸² Diario La Nación, Buenos Aires, 25/05/1989.

que em 45 dias tinha perdido 30% de seu valor. Este plano mantinha intacta a estrutura de impostos a importação vigentes, isto é, conservava-se a proteção alfandegária.

Tabela 18. Evolução do índice de preços ao consumidor por semana*, em 1989.

Janeiro			Julho		
	1ª semana	6,1		1ª semana	62,6
	2ª semana	7,6		2ª semana	167,8
	3ª semana	9,0		3ª semana	259,4
	4ª semana	10,0		4ª semana	293,9
Fevereiro			Agosto		
	1ª semana	5,4		1ª semana	38,1
	2ª semana	7,6		2ª semana	40,1
	3ª semana	10,7		3ª semana	41,5
	4ª semana	13,5		4ª semana	42,9
Março			Setembro		
	1ª semana	10,9		1ª semana	7,6
	2ª semana	17,3		2ª semana	8,2
	3ª semana	22,8		3ª semana	8,3
	4ª semana	25,0		4ª semana	11,3
Abril			Outubro		
	1ª semana	13,0		1ª semana	5,2
	2ª semana	22,3		2ª semana	6,4
	3ª semana	32,1		3ª semana	7,3
	4ª semana	48,8		4ª semana	8,4
Maio			Novembro		
	1ª semana	33,3		1ª semana	2,4
	2ª semana	51,1		2ª semana	4,0
	3ª semana	67,3		3ª semana	5,5
	4ª semana	118,7		4ª semana	7,7
Junho			Dezembro		
	1ª semana	67,4		1ª semana	6,5
	2ª semana	95,7		2ª semana	21,6
	3ª semana	122,7		3ª semana	47,4
	4ª semana	180,3		4ª semana	s/d

Nota: * Variações percentuais, cada semana em relação a média do mês anterior.

Fonte: El Cronista Comercial, Buenos Aires, vários números, 1989. Apud, Peralta Ramos, 2007

Tabela 19 Evolução mensal dos preços relativos atacadistas. Janeiro 1989 – janeiro 1990 (em percentagens)

		Preços relativos*
1989	Janeiro	91,0
	Fevereiro	86,3
	Março	80,0
	Abril	83,0
	Maiο	83,0
	Junho	82,0
	Julho	110,5
	Agosto	101,3
	Setembro	92,7
	Outubro	89,3
	Novembro	89,7
	Dezembro	89,9
1990	Janeiro	99,8

Nota: * Preços relativos: índice de preços atacadista não agropecuários nacionais/ índice de preços atacadista agropecuários nacionais.

Fonte: Instituto de Estadísticas y Censos (INDEC), Estadística mensual, Buenos Aires, vários números. Apud Peralta Ramos, 2007

Permanecia, também, o sistema de reembolsos, tradicional subsídio ao setor mais concentrado da indústria, cuja eliminação talvez tivesse permitido o aumento instantâneo da arrecadação impositiva.

No momento das eleições presidenciais, em 14 de maio, o governo de Alfonsín enfrentava uma situação econômica muito comprometida. Registravam-se uma das maiores quedas do poder aquisitivo do salário real da história argentina, sendo o poder de compra médio menor que aquele correspondente em dezembro de 1983.

Simultaneamente, o sistema financeiro estava em pleno colapso. Desde abril, o crescimento das taxas de juros e a não renovação dos depósitos em austrais apresentavam um grande problema para as entidades financeiras. O ritmo de crescimento dos depósitos era insuficiente para efetivar os juros dos depósitos que estavam perto do vencimento, contribuindo para a aceleração da explosão das taxas de juros que, rapidamente, atingiram níveis superiores a 100% mensais. Esta situação teve como consequência um forte endividamento interno.

Eliminou-se, então, o sistema de preços em austrais, uma vez que a espiral inflacionária era incontrolável. A situação agravou-se ainda com o desabastecimento, a acumulação de estoques e o fechamento voluntário de empresas em diferentes níveis da cadeia de produção, como forma de protesto perante a falta de insumos e produtos. Na primeira semana de maio, a inflação foi de 17,2%.

Outro fator a ser considerado foi a evolução do tipo de câmbio. O dólar para as exportações industriais cotava-se 47% acima do nível do começo do Plano Austral e o tipo de câmbio real do setor agropecuário era 80% superior.

Além disso, deve-se acrescentar um déficit fiscal crescente, a cessação de pagamentos no âmbito externo e os juros da dívida externa que deixaram de ser pagos desde abril de 1988.

2.6. Eleições presidenciais de 14 de maio de 1989: O desenlace eleitoral

Desde os finais de 1988, as pesquisas garantiam uma notória vantagem eleitoral ao candidato peronista, Carlos Saúl Menem. À medida em que as eleições se aproximavam e desatava-se a hiperinflação, esta diferença ficou inquestionável. Durante toda a campanha eleitoral, Menem prometeu um “salariozo” imediato, a fim de incentivar uma revolução produtiva que teria como principais destinatários “os mais pobres dos pobres”. Às vésperas das eleições, numa mensagem televisiva, o candidato anunciou que, se ganhasse, somente poderia oferecer “trabalho, trabalho e mais trabalho”, para assim concretizar a tal revolução produtiva. Desde março de 1989, era evidente que importantes setores do empresariado apostavam na vitória do candidato peronista. Ele foi progressivamente pressionado pelo interesse dos diversos grupos econômicos para obter vantagens de todo tipo, caso ganhasse as eleições. Isto levou Menem a comunicar, em diversas ocasiões, que não aceitaria pressões “nem dos fatores do poder, nem dos grupos de pressão, assim como também, dos entornos,” pois seu compromisso era com o povo⁸³. Menem obteve uma vitória incontestável, apoiado pelo controle de ambas as Câmaras do Congresso. Após a derrota eleitoral do radicalismo, a permanência de Alfonsín no governo tornar-ia-se cada dia mais precária. De acordo com a Constituição, a entrega do

⁸³ *Diario La Nación*, Buenos Aires, 12/05/1989

poder às novas autoridades deveria se efetuar em 10 de dezembro. A perda da credibilidade do governo radical, somada à caótica situação econômica, tornaram impossível o cumprimento do prazo. Começou, assim, uma tempestade de pressões para que o presidente renunciasse e para que Menem nomeasse imediatamente seu gabinete, especificamente seu Ministro de Economia.

De nada serviria uma política de administração de preços se o peronismo ganhasse as eleições presidenciais. Na província de Córdoba começaram os saques e vandalismos aos supermercados, em Buenos Aires, Pugliese deixava seu cargo e desde Washington, o negociador Daniel Marx advertia ao presidente que os fundos públicos seriam suficientes até 8 de julho.

Onze dias após o triunfo de Carlos Menem contra Eduardo Angeloz nas eleições presidenciais, o dólar livre estava cotado em 175 austrais. Em 26 de maio de 1989, Jesus Rodriguez⁸⁴ tornou-se o quarto Ministro da Economia do governo radical, dois dias antes de completar seus 34 anos de idade.

Rodriguez sabia que sua função limitava-se a tentar conduzir o barco da transição para que chegasse até dezembro, após o fracasso das negociações para diminuir o mandato devido à exigência de Menem de que Alfonsín firmasse os indultos aos militares e guerrilheiros antes de deixar o poder.

Neste contexto progressivamente explosivo, iniciou-se uma árdua negociação entre Alfonsín e o presidente eleito, com o intuito de concretizar uma antecipação da entrega do poder. Alfonsín resistia à renúncia e pretendia obter o aval do peronismo, em respeito a uma série de medidas econômicas a serem implementadas que, mais tarde, chamou de medidas para uma “economia de guerra”. Tudo parecia indicar que a aspiração de Alfonsín era colocar pessoalmente a faixa presidencial em seu sucessor, transformando-se no protagonista do primeiro transpasse de poder de um presidente civil para outro nos últimos sessenta e um anos da história argentina. Por sua vez, Menem não tinha nenhuma pressa em assumir e pretendia que Alfonsín, e o partido governante, resolvessem a questão militar e a economia antes da transição de mandato. Nestes termos, a negociação era impossível⁸⁵. O próprio Ministro Pugliese afirmava publicamente que “o governo

⁸⁴ Deputado nacional e líder de uma das correntes internas mais fortes da U.C.R “porteña”.

⁸⁵ Diario La Nación, Buenos Aires, 22/05/1989

perdeu toda a credibilidade” e que “não poderia aguentar até 10 de dezembro” sem nenhum acordo político com a futura administração.

Em 27 de maio, assume, então, Jesus Rodriguez, que reintroduz um regime de controle de câmbios e uma regra de *crawling peg* -um ajuste do tipo de câmbio pela inflação passada. Nesses momentos, a espiral do dólar e dos preços adquiriu um novo ritmo e o país viveu acontecimentos inéditos: o saque de mais de duzentos supermercados e inúmeras lojas nas cidades mais importantes, totalizando onze mortos e quase dois mil detidos. Estes fatos mostravam uma realidade totalmente nova: o dramático empobrecimento da população, especialmente em zonas urbanas. Duas semanas após a designação de Rodriguez, o dólar livre cotava-se em 370 austrais.

A explosão popular precipitou os acontecimentos. No crescente caos, em 31 de maio, o presidente eleito anunciou, finalmente, a designação de seu novo Ministro da Economia: Miguel Roig, importante executivo do poderoso grupo econômico *Bunge e Born*, tradicional opositor ao peronismo.⁸⁶ O grupo *B&B*⁸⁷ ofereceu a Menem um plano destinado a reativar a economia e a concretizar o consenso de todos os setores. A nomeação de Roig foi acompanhada pela promessa, das principais empresas de cereais do país, de ingressar no Banco Central, em conceito de empréstimo, a quantia de 2.500 milhões de dólares, a fim de evitar a total bancarrota do Estado. Desta maneira, tudo parecia indicar que o setor exportador assumiria o controle da política econômica de um governo peronista, na figura do Miguel Roig. Mas a tentativa deste grupo econômico de impor a liderança sobre o resto do empresariado foi um total fracasso.

Junto à nomeação do futuro Ministro da Economia, veio um gabinete composto, em sua maioria, por empresários e políticos extrapartidários, predominando membros da direita liberal, grandes adversários do peronismo desde que constituído como movimento político na década de 1940. Nas palavras de Menem, isto constituiria “uma adequação da doutrina peronista às atuais circunstâncias pelas quais a Argentina e América Latina

⁸⁶ Este grupo econômico foi caracterizado como “uma das maiores companhias del mundo, a maior multinacional latinoamericana com mais de 50.000 funcionários em todo o planeta [...] um dos grupos mais secretos do mundo [...] poucas vezes uma companhia privada conseguiu ter um papel tão importante na economia “, em *Busines Week*, 18 de setembro de 1989.

⁸⁷ Grupo multinacional, forte exportador de matérias primas agropecuárias e industriais, importante exportador de manufaturas industriais, dominador oligopólico em vários setores da produção industrial argentina, especialmente nos setores alimentício, têxtil e petroquímico.

passavam. Isto é, o *aggiornamento* da nossa ideologia e de nossos princípios. Este é o mandato do Gral Juan Perón”⁸⁸.

A designação prematura do gabinete de Menem não deu fim a remarcação – antecipada – de preços, tanto industriais quanto agropecuários. O objetivo era constituir um “colchão” que permitisse absorver o impacto da futura política da nova equipe econômica. Nas últimas duas semanas de julho, a inflação superou todos os recordes históricos. Ver as tabelas 18 e 19.

A composição antecipada do gabinete de Menem deixou o peronismo num profundo estado de choque, assim como também tornou insustentável a posição de Alfonsín de entregar o governo em 10 de dezembro. Poucos dias após as designações, Alfonsín mandou Rodolfo Terragno a La Rioja, para comunicar a Menem que renunciaria a seu cargo a partir de 30 de junho. O acordo ficou para 8 de julho, quando a divisa norte-americana estava em 560 austrais, registrando um aumento de 2843% desde fevereiro. A transição do poder concretizava-se em um marco de recrudescimento hiperinflacionário. O nível de preços aumentou em julho em 197%, os salários entre 110 e 160%, as tarifas de gás, eletricidade e telefone - atrasadas em comparação aos outros preços- em 700%. Metade da remuneração dos assalariados era destinada ao pagamento de serviços. Ainda que a inflação tenha diminuído em agosto, a participação dos assalariados na renda caiu para 20%. Em 1974 era de 43% e em 1988 era de 27%. As consequências da hiperinflação foram graves: a monetarização da economia caiu a valores ínfimos: 3.7% do PIB no primeiro trimestre de 1989 e 1.7% no segundo. A dívida pública interna cresceu exponencialmente a uma taxa de 60% mensais, média entre fevereiro e junho e os ingressos da Tesouraria Geral de Nação reduziram-se violentamente em termos reais.

A ambiciosa proposta de Alfonsín, formulada perante a Sociedade das Américas, de reduzir em 4% a taxa de juros da dívida argentina com os bancos comerciais, durante 3 anos, e estabelecer um período de 30 anos para a devolução do capital foi exterminada. O mandato deste líder terminou com uma hiperinflação, uma queda acumulada de 4,3% do PIB, um nível recorde de pobreza e um total de U\$S 65.300 milhões de dívida externa, com 44% a mais do que em 1983.

⁸⁸ Diario *La Nación*, Buenos Aires, 18/06/1989

Considerações finais

Acreditamos que o objetivo principal proposto na introdução foi atingido. Objetivo esse, de investigar a economia argentina, especificamente o governo de Raúl Alfonsín – o primeiro governo constitucional após a ditadura. Foi necessário analisar o período imediatamente anterior, compreendido entre 1976 e 1983, condição *sine qua non*, dado que condicionou o governo democrático, limitando o desempenho e a evolução do país. No capítulo I, a análise dos governos militares – desde o General Videla até o General Bignone. Evidencia-se o surgimento da pesada carga herdada como consequência da dívida externa, carga constituída tanto pelos empréstimos de fato contraídos (junto com os correspondentes juros contratados) quanto pela estatização de grande parte da dívida. Devem-se também acrescentar as políticas realizadas que priorizavam o setor financeiro, incentivando as “jogadas” financeiras e seus apetitosos rendimentos em detrimento da economia real, combustível para um crescimento próspero e auto-sustentável.

Outro aspecto tratado foi como as Forças Armadas se percebiam – e se percebem até hoje - como um tipo de reservatório moral da nação, no qual se preservam os valores nacionais em sua maior alta pureza. A instituição militar se percebe pois, como uma barreira natural que se ativa para a defesa da nação, cada vez que a pátria está em perigo. Por isso, quando os civis são percebidos pelos militares como ineficientes na direção do Estado, eles aparecem como uma alternativa messiânica capaz de reconduzir a nação para o “buen orden”... hacia la vía del orden y progreso (Perelli, 1991). Desta forma, em nome da eficiência, da “pureza moral” e em nome do “orden y progreso” legitimaram não somente a intervenção política, mas também as reformas que, em matéria econômica, impulsionaram as Forças Armadas no marco das ditaduras nos anos 70.

No segundo capítulo foram enunciadas as medidas tomadas pelo governo radical. Ainda que se iniciasse uma nova etapa na história política da democracia argentina, esta não implicou num novo começo também no quadro econômico. Devia-se fazer frente a situações pré-existentes de difícil solução, com um governo com poucos graus de liberdade para a tomada de decisões políticas.

A falta de credibilidade e segurança que transmitia a equipe econômica foi um outro fator que também deve ser considerado ao se analisar este período.

Desta forma, este trabalho foi escrito com a perspectiva de “olhar para a frente”, identificando algumas chaves que permitem compreender o contexto de crise permanente dos anos 1980 – contexto vigente ainda hoje na sociedade argentina. E a partir de este ponto, tentar avançar, apreendendo da experiência passada, para situações mais prósperas.

O trabalho foi audacioso pelo fato de pretender analisar os motivos pelos quais o processo de consolidação democrático defrontou-se com tantas dificuldades, encerrando-se emoldurado numa crise tão profunda. Ainda que tinha acontecido a entrega de poder de um presidente constitucional para outro, escolhido num contexto de vigência plena de mecanismos de representação política e de respeito às liberdades políticas.

Em outras palavras, o interesse foi de compreender o que deu errado numa nação que em algum momento histórico foi um “modelo” de sociedade e que potencialmente poderia ter empreendido a trajetória para o “crescimento sustentável”.

As crises cíclicas levaram à procura de financiamento externo para tentar saldar os desequilíbrios externos. A dimensão destes compromissos converteu-se numa carga insustentável. Os recursos financeiros foram providenciados pela banca privada internacional, que naquele momento possuía quantidades excedentes, momento de origem do massivo endividamento externo.

A Argentina teve alguns anos favoráveis em termos de comércio exterior, mas em 1975 aconteceu uma forte queda nas exportações. O déficit fiscal continuou aumentando, ao mesmo tempo que as reservas internacionais sofreram uma redução alarmante.

Mas no transcorrer das últimas décadas continua transitando pelo perigoso caminho da crise, fustigada pelos desequilíbrios fiscais, agoniada pelo peso insustentável da dívida externa e o mais dramático; o desemprego e a pobreza, que têm atingido níveis nunca antes alcançados.

Assim a análise feita neste trabalho é o requisito principal para que se possa ter uma visão retrospectiva e posteriormente, se analisar a evolução recente, ou talvez a involução do presente.

A crise contemporânea converteu-se num ponto de confluência da problemática latino-americana, apesar da coexistência das múltiplas singularidades nacionais. Não se trata de uma coincidência casuística, mas sim do resultado do processo de inserção no sistema capitalista mundial, que afeta o conjunto das nações latino-americanas.

Ante este panorama desolador, presente na realidade argentina e latino-americana, podemos nos perguntar: Políticas econômicas para quê e em benefício de quem? Ou em outras palavras, devemos examinar o modelo neoliberal e as repercussões de suas reformas, no processo de crescimento econômico com base na equidade social.

E a partir deste trabalho abrem-se um conjunto de novos questionamentos:

É a pobreza um fenômeno residual que deve ser atacada com políticas específicas? Ou será a pobreza resultado direto da cultura financeira das políticas de ajuste?

Estará a solução em melhorar a articulação das políticas econômicas com as políticas sociais? Ou em se desenhar uma política global que permita construir um sistema econômico que elimine a dicotomia entre objetivos econômicos e objetivos sociais?

Dada à complexidade destas inúmeras questões, que escapam ao conteúdo e objetivo deste trabalho, elas ficam em aberto para sua posterior e possível análise por qualquer outra mente disposta a aceitar este árduo desafio.

Referências bibliográficas

ARGENTINA. Ministerio de Economía. **Mensajes del Ministro de Economía Juan Sourrouille**. Buenos Aires, 1985-1989.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

Azpiazu, Daniel; Basualdo, Eduardo e Khavisse, Miguel. **El nuevo poder económico en la Argentina de los años ochenta**. Buenos Aires, 1986.

Babini, Pablo. La caída de Viola. **Todo es Historia**. Buenos Aires, n. 294, dec.1991.

BANCO MUNDIAL. **Argentina: Industrial Sector Study**. Washington DC, 11 de abril de 1988.

BANCO MUNDIAL. **World Debt Tables**. Washington DC, 1988-1989.

Banko, Catalina. El modelo neoliberal en Argentina y Venezuela. In: Kon, Anita...et al. **Costos sociales de las reformas neoliberales en América Latina**. Pontifícia Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo/PROLAM e Universidad Central de Venezuela, 2000.

Buonuome, Raúl. Crisis y estabilización: particularidades del caso argentino. In: **SEMINÁRIO ESPAÑA Y ARGENTINA EN EL SIGLO XX: UN ANÁLISIS COMPARADO**. Madrid, 1990.

Calcagno, Alfredo Eric e Calcagno, Eric. **La nueva deuda externa explicada a todos**. Buenos Aires: Catálogos, 2006.

Calcagno, Alfredo Eric. **La perversa deuda argentina**. Buenos Aires: Catálogos, 1985.

Canitrot, Adolfo. **Orden social y monetarismo**. Buenos Aires, 1983.

COMISIÓN NACIONAL PARA LA DESAPARICIÓN DE LAS PERSONAS
(CONADEP). **Nunca más**. Buenos Aires: Eudeba, 1984.

De Riz, Liliana. Argentina: ni democracia estable ni régimen militar. In: Oszlak, Oscar. (Comp). **Proceso, crisis y transición democrática/2**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

Delamaide, Darrel. **El shock de la deuda**. Espanha: Editorial Planeta, 1985.

Delgado, Tania. Desarmando el continente. Fuerzas Armadas y neoliberalismo en América Latina. In: Kon, Anita...et al. **Costos sociales de las reformas neoliberales en América Latina**. Pontifícia Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo/PROLAM e Universidad Central de Venezuela, 2000.

Discurso do Presidente Raúl Alfonsín. **La Voz Argentina**. Cordoba, 11/12/1983. Suplemento Especial.

Discurso pronunciado pelo general Jorge Videla, o 30 de março de 1976. In: Gerardo Lopez Alonso. **1930-1980. Cincuenta años de historia argentina. Una cronología básica**. Buenos Aires: Belgrano, 1982.

Duhalde, Eduardo Luis. **El Estado terrorista argentino**. Buenos Aires: El Caballito, 1983.

Fanelli, José María e Frenkel, Roberto. **Políticas de estabilización e hiperinflación en Argentina**. Buenos Aires, 1990.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Ferrer, Aldo. Como se fabrica la deuda argentina. In: Minian, Isaac (Comp). **Transnacionalización y periferia semiindustrializada**. México, 1983.

Ferrer, Aldo. **Nacionalismo y orden constitucional**. Buenos Aires, 1981.

FIDE. Coyuntura y desarrollo. Buenos Aires. Varios numeros.

Frenkel, Roberto...et al. **Situación Latinoamericana. Argentina. Evolución macroeconómica, financiación externa y cambio político en la década de los 80**. Madrid: Fundación CEDEAL, 1992.

Gil, Oscar. **Un rico país pobre. La economía argentina explicada**. Buenos Aires: Macchi, 2004.

Groisman, Enrique. El Proceso de Reorganización Nacional y el sistema jurídico. In: Oszlak, Oscar (Comp). **Proceso, crisis y transición democrática/1**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

Heymann, Daniel. **Tres ensayos sobre inflación y políticas de estabilización**. Buenos Aires, 1986

JORNAL EL CLARÍN. Buenos Aires. Vários números.

JORNAL LA NACIÓN. Buenos Aires. 1976-1990. Vários números.

Kanenguiser, Martín. **La maldita herencia. Una historia de la deuda y su impacto en la economía argentina: 1976-2003**. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

Korol, Juan Carlos e Tandeter, Enrique. **Historia económica de América Latina: problemas y procesos**. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas (FCE), 1999.

Kosacoff, Bernardo. El contexto industrial. In: EURAL, **Industria, Estado y Sociedad: la reestructuración industrial en Europa y América Latina**. Buenos Aires, 1989.

Landi, Oscar. Cultura y política en la transición democrática. In: Oszlak, Omar. (Comp). **Proceso, crisis y transición democrática/1**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

Larra, Raúl. Cronología de los hechos más importantes del conflicto argentino-británico por las Islas Malvinas y Georgias del Sur entre el 2 de abril y el 15 de junio de 1982. **Estrategia**, Buenos Aires, n. 71-72, abril-septiembre 1982.

_____ Documentos anexos a la Cronología de los hechos (2 de abril-15 de junio). **Estrategia**, Buenos Aires, n.72, abril-septiembre 1982.

Lascano, Marcelo. **Política económica actual: consideraciones críticas**. Buenos Aires, 1981.

Lavagna, Roberto. **Argentina, Brasil, Mercosur: Una decisión estratégica, 1986-2001**. Buenos Aires, 1998.

Luna, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 2007.

Machinea, José Luis e Sommer, Juan. **El manejo de la deuda externa en condiciones de crisis de balanza de pagos**. Buenos Aires, 1990.

Maddison, Angus. **Dos crisis: América Latina y Asia, 1929-1938 y 1973-1983**. México, 1988.

Mira, Carlos. **Así somos... y así nos va**. Buenos Aires: Ediciones B, 2007.

Müller, Mary Stela e Cornelsen, Julce Mary. **Normas e Padrões para Teses, Dissertações e Monografias**. Londrina: Eduel, 2007.

Nuestro tiempo. **Historia gráfica de la Argentina contemporánea. De Roca hasta Menem**. Buenos Aires: Hyspamérica, 1991.

O'Donnell, Guillermo e Phillippe C. Schmitter. **Transições do regime autoritário. Primeiras conclusões**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

O'Donnell, Guillermo; Schmitter, Philippe e Whitehead, Laurence (Organizadores/editores). **Transições do regime autoritário. América Latina**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS AMERICANOS. Comisión Interamericana de Derechos Humanos (CIDH). **Informe sobre la situación de los derechos humanos en Argentina**. Washington, 1980.

Ossona, Jorge Luis. **Empresarios, Estado y democracia en la Argentina (1983-1989). Cuadernos de Ciclos**. Buenos Aires, n. 4, 1992.

Palacio Deheza, Carlos. **El plan Martínez de Hoz y la economía argentina**. Buenos Aires: Corregidor, 1981.

Palermo, Vicente. **Mejorar para empeorar? La dinámica política de las reformas estructurales argentina**. In: Kon, Anita...et al. **Costos sociales de las reformas neoliberales en América Latina**. Pontificia Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo/PROLAM e Universidad Central de Venezuela, 2000.

Peralta Ramos, Mónica. **La economía política argentina: poder y clases sociales (1930 – 2006)**. 1ª. Edição. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007.

Perelli, Carina. Desde los cuarteles: el discurso militar sobre la transición democrática en América del Sur. **Peitho**. Montevideo, janeiro, 1991.

Rapoport, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)**. Buenos Aires: Emecé, 2008.

_____ **Las relaciones argentino-soviéticas en el contexto internacional: un análisis histórico**. The Wilson Center Working Paper, n. 173, Washington, 1986.

_____ **Tiempos de crisis, vientos de cambio. La Argentina y el poder global**. Buenos Aires, 2002.

Romero, Luis A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

Rozenwurcel, Guillermo e Sanchez, Marcelo. El sector externo argentino desde la crisis de la deuda. **Ciclos en la historia, la economía y la sociedad**. Buenos Aires, n.6, primer semestre de 1994.

Sandroni, Paulo. **Dicionário de Economia do seculo XXI**. Rio de Janeiro: Record, [2005]. 905p.

Schvarter, Jorge. **Implantación de un modelo económico: la experiencia argentina entre 1975 y el 2000**. Buenos Aires, 1998..

Schvarzer, Jorge. **Empresarios del pasado.La UIA**. Buenos Aires, 1991.

Treber, Salvador. **La economía argentina actual: 1970-1987**. Buenos Aires, 1987.

Troncoso, Oscar. **El Proceso de Reorganización Nacional/1**, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

_____ **El Proceso de Reorganización Nacional/2**, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1984.

Valencia, Judith. Ajustes que reajustan. Coste social y/o ganancia terrenal? In: Kon, Anita...et al. **Costos sociales de las reformas neoliberales en América Latina**. Pontificia Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo/PROLAM e Universidad Central de Venezuela, 2000.

Velasco e Cruz, Sebastião Carlos. **Trajetórias: capitalismo neoliberal e reformas econômicas nos países da periferia**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

Verbitsky, Horacio. **Rodolfo Walsh y la prensa clandestina**. Buenos Aires: Ediciones de la Urraca, 1984.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)